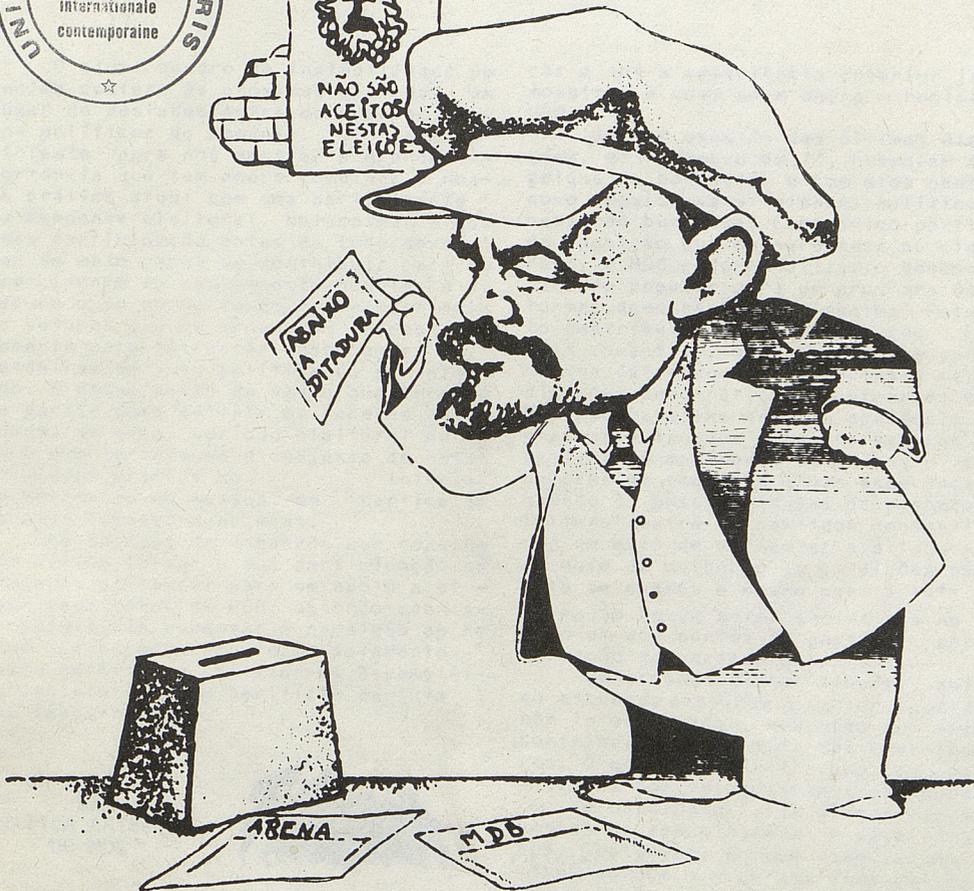


CADERNOS DE CAMPAÑA

1976



Nº 4

40p. 11310

BRASIL

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E A RESISTENCIA À DITADURA

O atual quadro de instabilidade do regime confere às próximas eleições um lugar de destaque entre os acontecimentos políticos do momento. Isto já é suficiente para nos mostrar a grande importância que tem agora combinar a nossa prática atual com uma participação na campanha eleitoral. Naturalmente que esta participação, antes de tudo, deve ser um meio capaz de contribuir para o crescimento da resistência popular à ditadura e, ao mesmo tempo, fortalecer nela os setores que se organizam independentemente para sustentar desde agora as bandeiras de luta política do proletariado. É desse ponto de vista que teremos de partir para definir as tarefas adequadas ao atual período eleitoral de modo a que fortaleçam o conjunto de nossa atividade prática no interior do movimento de massas, em particular de suas camadas avançadas.

Há setores da esquerda que consideram válido voltar a sua participação na campanha eleitoral para um apoio a alguns candidatos do MDB, supondo que isto permitiria aumentar a oposição ao regime e, conseqüentemente, o isolamento deste permitiria utilizar as Assembleias legislativas em benefício da luta dos trabalhadores.

UN BALANÇO DA PRÁTICA ANTERIOR DO MDB



Para compreendermos se essa tarefa contribui de fato para a nossa luta pela organização da resistência ao regime e pelo fortalecimento nela de uma direção operária, nada melhor do que verifi-

car o que a experiência anterior já demonstrou e como agem agora o regime e o MDB.

Já por ocasião das últimas eleições, em novembro de 74, cresciam as brigas da burguesia e com elas ganhavam novo impulso as atividades políticas da oposição burguesa. Como único partido de oposição que se apresenta ao eleitorado, o MDB pôde canalizar o descontentamento popular para um programa de reformas democráticas no regime. Para isto contribui a atividade de seu setor mais combativo, o chamado grupo autêntico que, defendendo as principais reivindicações democráticas do programa do MDB, buscava lhe dar uma aparência mais popular e lançava sobre os setores combativos do movimento de massas e sobre setores da esquerda novas esperanças quanto às possibilidades da disputa eleitoral entre os partidos consentidos ser um meio de enfrentar a ditadura ou um meio de melhorar as condições para a luta de massas e mesmo para a luta pela formação de um setor socialista no MDB como um dos pontos de partida para a formação do partido operário.

Embarcando nessas ilusões, setores da esquerda passaram a apoiar candidatos bem intencionados, buscando com isso contribuir para a luta dos trabalhadores. O que se viu até agora, entretanto, é que os bem-intencionados que conseguiram se candidatar e se eleger não representam os trabalhadores e seus interesses, justamente porque isto vai mais longe do que o programa democrático do MDB e tanto para o MDB como, e principalmente, para o regime defender e lutar pelos interesses dos trabalhadores é o mesmo que fazer "subversão". Essas pessoas bem intencionadas desempenham o papel de representantes políticos da pequena burguesia democrática que ainda

acredita em alcançar as liberdades políticas pela via eleitoral e debaixo de uma ditadura que garante a dominação burguesa. E, mesmo defendendo o programa do MDB, mas de uma maneira mais combativa, essas pessoas passaram a sofrer intimidações e golpes por parte da ditadura. Muitos foram cassados e hoje o seu tor bem-intencionado, ou o chamado grupo autêntico, praticamente se apagou, desapareceu. O próprio deputado Lisianeas Maciel, que não era representante da classe operária, que não defendia os interesses políticos do proletariado, mas tão somente o programa democrático do MDB, ao ser cassado declarou que os parlamentares nada mais fazem no Brasil do que contracenar uma farsa ditatorial.

Enquanto alguns dos "autênticos" eram cassados, outros passaram a mostrar mais claramente aos iludidos que, se a atividade parlamentar pode desempenhar algum papel nos conflitos da burguesia ou na situação política, não pode, pelo menos nas circunstâncias atuais, conter em seu meio uma atividade independente, uma atividade consequente voltada para a luta dos trabalhadores e para a defesa de seus interesses políticos. Assim é que o autêntico Marcos Freire se esforça por encontrar uma "fórmula" de democracia que não retire o poder das mãos da ditadura militar e que o autêntico Airton Soares aparece constantemente em manifestações estudantis procurando esvaziá-las e atraí-las para fins eleitorais.

O apoio aos autênticos visando isolar a ditadura e fortalecer esse setor dentro do MDB, além de ter levado setores da esquerda a abandonar um programa de lutas independente, substituindo-o pela exaltação de algumas reivindicações levantadas pelo MDB, como: abolição do AI-5, liberdades democráticas, direitos humanos, também em nada contribuiu para isolar a ditadura e fortalecer o grupo mais combativo do MDB. Ao contrário, o que se viu foi um isolamento dos que mantiveram a atitude mais combativa dentro do parlamento, sofrendo os golpes do regime, e do outro lado uma tendência a uma aproximação do MDB com o atual governo da ditadura.

O MDB tem se comportado em todo esse período pós-74 como um autêntico partido de fachada da ditadura que tem como dever contracenar uma farsa ditatorial. Por exemplo, o MDB praticamente nada fez frente às centenas de prisões de pessoas ligadas a seus diretórios e acusadas de subversão. O MDB não cumpriu a promessa de abrir comissão de inquérito para apurar os crimes da ditadura nas prisões das forças armadas. O MDB, nas Assembléias dos Estados onde tem maioria, como em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, vive na maior harmonia e colabora o mais que pode com os governadores da ARENA. Mesmo quando a imprensa burguesa denuncia corrupção no governo, o MDB procura o mais rápido possível encerrar o caso, sempre aplaudindo as medidas tomadas pelo ditador.

Essas experiências revelam o con-

trole que a ditadura impõe à sua fachada eleitoral e a impossibilidade de se utilizar de maneira independente uma participação nas campanhas eleitorais voltada para o apoio ao MDB ou a candidatos bem intencionados. Para quem não se ilude com os caminhos eleitorais e parlamentares para derrubar a ditadura e conquistar a liberdade política e melhores condições de vida para as massas trabalhadoras, a participação nas campanhas apoiando candidatos só será válida quando isto contribuir para se erguer, no conjunto da resistência à ditadura, os interesses políticos da classe operária; quando isto contribuir para elevar a consciência política e a organização independente dos setores mais combativos do movimento operário e de outros setores do povo oprimido.

Apesar do que as experiências já mostraram após as eleições de 1974, setores da esquerda ainda continuam esperançosos acerca de um apoio a candidatos do MDB nas eleições municipais deste ano. Estes setores continuam achando ser esta participação nas eleições a melhor maneira de contribuir para a luta dos trabalhadores e para a formação do partido operário através da criação de um setor socialista dentro do MDB. Veja mos então quais são as atitudes que tomam agora o governo e o MDB frente a atual campanha eleitoral, para verificar se essas atitudes criam condições que justifiquem esse tipo de participação.



O GOVERNO
E O MDB
FRENTE A
CONJUNTURA ELEITORAL

A ditadura volta toda a sua máquina para a campanha eleitoral. O atual governo da ditadura quer ganhar as eleições e com isto utilizar o "referendo do voto" para fortalecer o seu projeto de distensão gradual ou mudanças que se fazem necessárias em aspectos da ditadura de modo a diminuir as brigas da burguesia, em particular os atritos entre a burocracia estatal e setores da grande burguesia, e ao mesmo tempo normalizar juridicamente a superexploração e a opressão policial e o próprio "estado de exceção".

Desenvolve assim uma ampla propaganda pela televisão, rádio e cinema, exaltando obras do governo e exaltando os sentimentos patrióticos do povo, e exaltando a união entre o povo e os ideais do golpe de 64. Nem mesmo as contas de luz escaparam dessa avalanche de propaganda, nelas se lê agora a frase: "este é um país que vai prá frente".

Mas ao lado dessa propaganda e dos comícios que o ditador e governadores fazem por todos os cantos do país, desenvolve-se uma intensa campanha anti-comunista. Os militares declaram a todo instante que o comunismo continua agindo, que a segurança do país, frente à "subversão", está acima de tudo. Lide-ranças do governo chegam a acusar todos

os que se opõem ao governo, inclusive a imprensa da grande burguesia, de estar a serviço de um plano comunista. Essa campanha chegou mesmo a estimular os bandos fascistas do regime que resolveram aderir a ela à sua maneira: lançaram bombas no Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul, distribuíram panfletos em unidades militares do sul condenando o "liberalismo" do atual governo. Se o governo não pretendia trazer à tona essas atividades clandestinas dentro do regime, elas acabam também por servir à campanha geral que o governo desenvolve na atual fase de eleições e que tem como objetivo intimidar ainda mais a oposição burguesa, sensibilizar os setores menos politizados da pequena burguesia, manter sob a área de influência do governo as cidades do interior e preparar o ambiente para as novas escaladas repressivas sobre setores avançados do movimento de massas, para mostrar a existência da subversão, procurando agradar a linha dura e atrair para o seu projeto político de institucionalização os setores descontentes da burguesia.

A busca de uma vitória eleitoral ou as ameaças de um endurecimento do regime são os dois meios que o governo utiliza para enfrentar a atual crise política e tentar, depois das eleições, colocar em marcha modificações que, embora possam diminuir os conflitos dentro do bloco dominante, visam antes de tudo a fortalecer o regime da superexploração e opressão policial como forma mais adequada de dominação burguesa no país. Afinal, tanto os descontentes da linha dura quanto os descontentes da grande burguesia desejam a continuidade desse regime.

**OS LIBERAIS
E SEU
PROJETO
DE DEMOCRACIA**



Quanto aos setores liberais que se apoiam na média burguesia e em setores da pequena burguesia, diante dessa situação, se apressam a condenar os extremismos de direita e de esquerda, considerando extremismo de esquerda qualquer luta das massas e qualquer atitude combativa que levanta a defesa dos interesses políticos da classe operária frente aos patrões e ao regime político. Representando na fachada da diladura as idéias liberais, o MDB, face à campanha anti-comunista e às ameaças de endurecimento, volta a estender as mãos ao governo e a pedir uma união em torno da tão falada distensão gradual. E, embora o MDB deseje ir mais longe que a distensão prometida pela diladura, se dispõe agora a fortalecê-la e a reclamar a união de todos para defender as atuais ins-

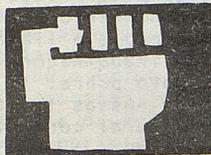
tituições, por piores que sejam, porque acreditam que é desse modo que se enfrentam as ameaças de um maior endurecimento. Isto é o que reclama lideranças de grande força política, como são, por exemplo, Amaral Peixoto e Paulo Brunsard. A nova frente ampla preconizada pelo MDB vai desde o governo, a ARENA, os setores da grande burguesia descontentes com a política econômica do governo, até o povo em geral, incluindo aí os trabalhadores. E, irônica e ironicamente, o MDB, que defende um tímido programa de reformas democráticas na ditadura, quer atrair agora o descontentamento dos trabalhadores para apoiar o governo e suas instituições que garantem a miséria, a superexploração e a total falta de direitos aos que produzem toda a riqueza do país!

Como conclamar as massas trabalhadoras, em particular seus setores mais dispostos à luta, a apoiar candidatos do MDB e ao mesmo tempo explicar que estes candidatos não aceitam a atitude que toma agora o MDB, que se compromete a lutar pelos verdadeiros interesses dos trabalhadores, interesses que de modo algum podem servir a uma política que, para evitar o "pior", defende as instituições que garantem a miséria e a total falta de direitos a quem produz toda a riqueza?

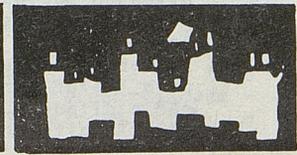
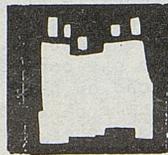
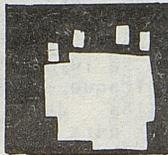
Como explicar às massas trabalhadoras a possibilidade de criar um setor socialista dentro do MDB frente às atitudes que toma o regime, preparando novas escaladas repressivas e frente à atitude do MDB de se colocar ao lado do governo e repudiar qualquer ação considerada "subversiva", isto é, qualquer ação que defenda os interesses da classe operária e fortaleça a sua luta por meios próprios?

O que ocorre é que as poucas pessoas bem intencionadas, alguns operários e alguns representantes da pequena burguesia, que conseguiram se candidatar a vereador, acabam se vendo obrigados a abandonar a luta dentro do movimento, a se afastar da luta pela organização de um movimento de oposição sindical, ou pela reorganização do movimento estudantil, uma vez que estas lutas estão fora dos limites permitidos para a prática dentro dos partidos de fachada da diladura.

Essas pessoas, enquanto não corrompidas, enquanto bem-intencionadas, pretendem desenvolver a luta de resistência à diladura, mas quem para colocá-la a reboque da oposição liberal, iludidas que estão com o democratismo pequeno-burguês. Procuram enfrentar a diladura não como elementos de vanguarda, mas como pessoas que, não vendo um movimento operário forte no cenário político, deixam-se levar pelos caminhos da oposição



**ASSINE
CADERNOS
DE
CAMPANHA
60rs. - 35Fr**



burguesa. E, vacilando entre uma luta consequente contra o regime e uma oposição burguesa ao regime, essas pessoas ou acabam sendo vítimas da ditadura - quando esta precisa mostrar a "subversão" dentro do MDB ou acabam se acomodando dentro do jogo que desempenha o MDB, compactuando com a política de alianças desse partido que, se quer a democracia, prefere por hora fortalecer o governo e suas instituições para tentar ajudá-lo a institucionalizar o regime da superexploração e opressão policial, pensando com isto em evitar o "pior".

A ALTERNATIVA
CLASSISTA
E O
VOTO NULO



O crescente descontentamento popular frente à vertiginosa alta do custo de vida, frente aos baixos salários, frente a toda sorte de arbitrariedades, etc... transforma o voto, em particular nos grandes centros urbanos, numa manifestação espontânea de protesto contra o governo, que é identificado com os problemas que afligem os trabalhadores e outros setores oprimidos. Naturalmente que frente a essa tendência, o MDB, como único partido de oposição que se apresenta ao eleitorado, terá melhores condições para canalizar este protesto e com isto utilizá-lo em benefício de uma aliança com o governo Geisel para fortalecer a ditadura, para ajudá-la a resolver a atual crise econômica e política, esperando que a distensão gradual do ditador venha um dia a dar de presente ao povo uma democracia.

Embora sejamos fracos e embora a nossa atividade tenha acessos bem limitados a esse protesto espontâneo, ainda assim devemos disputá-lo com o MDB, por que o pouco que conseguirmos canalizar para uma política consequente na campanha eleitoral representará forças que estarão surgindo no interior do movimento de massas para avançar na organização da resistência ao regime e sustentar os interesses políticos do proletariado.

Frente a essa necessidade e frente às particularidades da atual fase de campanha eleitoral, quais são as nossas tarefas que visam fazer de nossa participação na campanha eleitoral um meio para avançar na consciência política, para contribuir para o crescimento da resistência ao regime e para avançar a organização e fortalecer os setores mais combativos capazes de sustentar os interesses políticos do proletariado nas bases do movimento de massas?

A primeira de nossas tarefas na atual campanha eleitoral consiste em combater qualquer tipo de apoio ao MDB, explicando pacientemente o erro que representa apoiar este partido ou mesmo a candidatos bem intencionados. Apoiar este partido achando que com isto se luta para isolar a reação ou para enfraquecer a ditadura, é cair na armadilha da própria ditadura que quer atrair para o

seu projeto de distensão todas as forças da burguesia, projeto este que pretende institucionalizar a superexploração e a opressão policial a troco de algumas concessões aos setores descontentes das classes dominantes. Apoiar o MDB quando este estende as mãos ao ditador e deixa para o futuro o seu tímido programa de reformas democráticas seria o mesmo que se colocar atrás dos setores liberais mais sinceros, como Lysiane Maciel que denunciou a farsa eleitoral da ditadura, e compactuar com a politicagem que nada tem a ver com as necessidades mais imediatas da maioria do povo brasileiro e muito menos com os interesses políticos da classe operária.

Também em nada contribui para a luta dos trabalhadores lutarmos para apoiar um ou outro candidato bem-intencionado do MDB. Estes candidatos, nas circunstâncias atuais, não podem utilizar as eleições e o mandato de vereador para defender os interesses da classe operária e de outros setores oprimidos, não podem se colocar ao lado do esforço que os setores avançados da classe operária e de outros setores fazem para se organizar, para defender as reivindicações da massa, para estimular as lutas de resistência. E, além disso, uma atividade mais combativa que possam realizar como candidatos ou uma vez eleitos será condenada pelo próprio MDB e o seu isolamento só servirá para atrair sobre si os golpes da repressão. Contudo, frente a essas pessoas que ainda confiam nas possibilidades da utilização das eleições e do cargo de vereador em benefício dos trabalhadores, devemos buscar uma aproximação, apoiar atitudes combativas que possam vir a tomar, e ajudá-los nos momentos em que são vítimas dos ataques da repressão ou das condenações de seu próprio partido.

A segunda de nossas tarefas na atual campanha eleitoral consiste em denunciar os preparativos que o regime faz para novas escaladas repressivas. A campanha anti-comunista, as declarações dos chefes militares, a necessidade de manter a linha dura apoiando o governo e a necessidade de intimidar as posições burguesas formam um quadro favorável a novas investidas da repressão sobre os setores mais avançados do movimento de massas. Devemos nos preparar para resistir a uma nova escalada repressiva e preparar o mais possível resistências do movimento de massas a qualquer prisão ou arbitrariedade das forças policiais da ditadura. Ganhar os setores avançados para denunciar os novos crimes que a ditadura planeja, para resistir às novas investidas da repressão e para se solidarizar com todas as vítimas da opressão policial é fortalecer nesses setores os interesses da classe operária pela derrubada da ditadura, pelo desmantelamento da máquina repressiva, pela completa liberdade política a todos os trabalhadores e outros setores do povo pobre.

A terceira de nossas tarefas na atual campanha eleitoral consiste em ga-

nhar os setores avançados do movimento operário e da pequena burguesia para uma ampla campanha em favor do voto nulo. Esta forma de luta durante o atual período eleitoral é a melhor maneira de resistir à ditadura e fortalecer nessa resistência uma direção operária.

Grandes contingentes de trabalhadores protestarão espontaneamente contra o regime ao dar o seu voto ao MDB. Em virtude de sermos ainda fracos, em virtude de ainda ser fraca a resistência das massas à ditadura, não é possível canalizar essa manifestação para uma direção mais consequente. Isto, entretanto, não anula a validade do voto nulo, como algumas pessoas acreditam. Pelo contrário, o voto nulo é o voto consciente de protesto contra o regime e sua farsa eleitoral. Seria raciocinar dentro de níveis mais baixos de consciência considerar que, para não se isolar do movimento seria necessário apolarmos o MDB por que este conseguirá atrair para si a votação de grandes contingentes de massas trabalhadoras.

É a nossa presença no interior do movimento de massas, em particular do movimento operário, lutando para conquistar a direção de seus protestos e aspirações espontâneas que se opõe a

qualquer possibilidade de isolamento. O isolamento representa justamente o afastamento das lutas e necessidades do movimento para se comprometer com os estreitos limites da participação no MDB e nas Assembléias Legislativas, uma vez que a lei eleitoral impede que se utilize dos partidos oficiais, das assembleias e dos meios legais usados nas campanhas para uma atividade política independente, a serviço da classe operária.

Devemos participar da tendência espontânea da massa trabalhadora dos grandes centros em se colocar contra o governo, buscando dentro de nossas possibilidades levantar o voto nulo como meio de expressar uma resistência organizada e que levanta as bandeiras dos interesses da classe operária para o conjunto das massas exploradas e oprimidas. Essa forma de luta é a única que pode combinar agora a manifestação espontânea das massas trabalhadoras contra o governo e em defesa de suas necessidades imediatas com uma luta independente, com uma luta que visa avançar a consciência política, organizar a resistência à ditadura e fortalecer as bandeiras da classe operária na luta contra a super-exploração e a opressão policial.

1º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES

Após 2 encontros preparatórios - abril e agosto deste ano - realizou-se no CRUSP, dia 15 de outubro passado, o 1º ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES. 830 estudantes de 8 estados (RS-PR-SP-RJ-MG-DF-BA-PE) ouviram informes sobre a "reorganização do Movimento Estudantil", e sobre a "Situação do Ensino" no país (e em particular das greves em curso na Medicina - da USP, na Universidade de São Carlos-SP, e da Sociologia e Política de SP). Dedicaram-se posteriormente a um intenso debate sobre a "Situação Nacional e as Eleições".

Após a discussão, duas propostas foram apresentadas para a votação dos 279 delegados eleitos em assembleias de escola ou pelos Centros Acadêmicos: - a primeira propondo que o encontro chamasse os estudantes ao VOTO NULO, recebeu 161 votos. - a segunda proposição de apoio ao MDB e discussão com este de um programa, recebeu apenas 14 votos, sendo que houve ainda 104 abstenções.

Foi assim aprovado um chamado aos estudantes, considerando:

1. "a não existência de liberdades de manifestação e organização dos setores explorados e oprimidos da população";
2. "Que o único caminho capaz de superar as contradições da sociedade brasileira é a organização independente dos setores oprimidos da população".

3. "Que tanto o MDB como a ARENA, são partidos criados através do Ato-2, observando uma política de sustentação do regime militar, mostram-se inviáveis na defesa dos setores explorados".

Considerando estes dados, o 1º ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES, "aconselha os estudantes a anular o voto" como forma de manifestação durante o próximo período eleitoral.

O "Encontro" significou desta maneira um passo no sentido do rompimento com as ilusões criadas nas eleições de 1974, e deixou patente que a dinâmica da massa não é somente aquela do seguidismo à oposição burguesa. Acrescentando-se o fato de que as notícias sobre o Encontro, suas resoluções e seu comunicado, receberam ampla divulgação na imprensa burguesa (para não falar da imprensa independente do movimento estudantil e operário, assim como a imprensa revolucionária), merecendo comentários (de desaprovação, é claro) dos dignos representantes da ditadura, da ARENA, do MDB, e dos ... "autênticos". Assim ficam respondidos boa parte dos argumentos de setores da esquerda revolucionária que propõem o chamado "VOTO PROGRAMA" (alguns inclusive dando seu apoio "crítico" aos "moderados" do MDB) que combatiam o VOTO NULO em nome da "dinâmica das massas", em nome da "falta de canais". Pois o encontro, ao assumir pública e massivamente a posição de voto nulo, demonstra que somente para os olhos estreitos do centrismo, que não imagina movimento de massas fora dos marcos da legalidade, podem ser identificados como "abstencionismo" e "isolamento", o fato de se encaminhar uma posição independente e classista de boicote ativo a farsa eleitoral.

JUSCELINO O DEMOCRATA

"Morreu um democrata, um homem do povo!" diziam em resumo os jornais brasileiros referindo-se ao acidente no qual em agosto passado perdera a vida o ex-presidente Juscelino Kubitschek. "Emoção popular"! diziam uns, "protesto popular" diziam os mais radicais referindo-se aos milhares de pessoas que no Rio e Brasília acompanharam seu corpo até o aeroporto do Rio, depois até o cemitério de Brasília.

Uns e outros não mentiam. De fato, morrera um "democrata", de fato, foram dias de "emoção popular", de fato, o seu enterro foi transformado em um "protesto político popular". Mais do que isto, a sua morte, ocorrendo em um momento onde as contradições políticas se manifestam de maneira particularmente acentuada, se transformou em um fato político nacional.

Geisel, ao decretar luto oficial por três dias, procurou mostrar sua "abertura" com os civis; e a "oposição", usou JK como bandeira e como alternativa à Ditadura. E setores da esquerda não deixaram de se alinhar com este posicionamento "em nome da democracia e da luta contra a ditadura".

Mas que tipo de democracia representava Juscelino? Não é muito difícil de se verificar, na medida em que durante 5 anos esteve na cabeça do governo nacional.

No mais imediato, Juscelino é o homem do "desenvolvimento", é o homem de Brasília, é o "desbravador" do planalto central do país. Mas atrás deste imediato, ele é o homem que consolidou um tipo de "desenvolvimento":

A. de uma maior integração com o imperialismo - segundo suas palavras: "Fato de grande importância ocorrido em 1956 foi o renascimento do interes-

se dos capitalistas estrangeiros pelo desenvolvimento industrial do país(1). O resultado deste interesse foi um aumento da dívida interna fazendo com que o gasto na amortização de empréstimos do Brasil passasse de US\$87 milhões em 1955 à US\$97 milhões em 1959. E que, por sua vez, o pagamento de juros evoluísse de US\$48 milhões em 1955 à US\$89 milhões em 1959 (2).

B. de uma redução ao nível da participação dos trabalhadores no fruto do crescimento: a porcentagem de participação dos salários pagos no valor da transformação industrial (crescimento dos salários em relação ao aumento da produção) caiu de 32,2 em 1954 para 26,5 em 1959 (2). Isto se verificava não pelo controle direto dos salários mas através dos mecanismos da inflação e da carestia: o custo de vida (Rio) aumentou de 200 em 1954 para 551 em 1959 (tomando como base 100 em 1949) (2).

C. o estímulo ao peleguismo e ao populismo, combinado com as restrições e repressão à existência de organizações livres dos trabalhadores (manutenção da estrutura sindical vertical - modelo fascista - e impedimento e repressão às organizações políticas dos trabalhadores (exemplo: ilegalidade do PCB). - Ainda segundo suas palavras: "Muito se interessou a administração pelo maior congraçamento dos trabalhadores, ao mesmo tempo que procurou saquear (sic!) as instituições dedicadas à sua defesa, afastando elementos nocivos (...). Os cursos de formação sindical e de divulgação da legislação do trabalho, promovidos por vários órgãos do poder público (sic!) e por entidades privadas (sic!), contribuíram em boa parte, para o desenvolvimento daquelas entidades (de classe), que hoje cooperam com o Poder Público em vários setores administrativos (3)".

Recentemente ainda, Juscelino Kubitschek nos deu outra chance de ver do que ele se tratava - desta vez como homem de oposição ao regime militar. Pouco tempo antes de sua morte, fazia um apelo ao MDB e ARENA a se juntarem a Geisel num acordo nacional (4). (referenciando desta maneira à tese de reforçamento de Geisel contra a "linha dura", isto é, uma ala da ditadura contra a outra).

NOTAS

- (1) Mensagem ao Congresso Nacional em 1957 - Juscelino Kubitschek
- (2) O Milagre Brasileiro, Causas e Consequências - Paulo Singer
- (3) Mensagem ao Congresso Nacional em 1960 - Juscelino Kubitschek
- (4) Fato do qual se aproveitou o MDB, para, mais uma vez, propagandear amplamente a alternativa de reforçar Geisel.

**AS
ELEIÇÕES
E A
ALTERNATIVA
REVOLUCIONÁRIA**

**ENTREVISTA
A
WLADIMIR
PALMEIRA**

CADERNOS DE CAMPANHA: *A proximidade das eleições municipais reabre uma velha discussão dentro da esquerda: a da participação e utilização das eleições. Qual é a sua visão em relação a este problema?*

WLADIMIR PALMEIRA: A esquerda revolucionária brasileira, no final das contas, tem sido envolvida em uma discussão falseada em suas bases. Os reformistas, aproveitando um certo dogmatismo de posições do tipo de Política Operária, insistem há muitos anos em que a participação nas eleições é uma questão meramente tática. Ora, vamos a Lenin e vamos descobrir que se ele boicotou a 1ª Duma de Estado (que nunca é demais esquecer, surgiu depois da insurreição e não pela boa-vontade do Geisel da época), defendeu a participação eleitoral na segunda. Para esta modificação, Lenin argumentava que se a 1ª devia ser boicotada, era porque ainda havia condições de insurreição, enquanto na 2ª não, a contra-revolução era vitoriosa. Não se tratava mais de jogar entre a participação e eleitoral e insurreição, pois esta já tinha sido derrotada e ficado para trás.

E nós, recusando posições do tipo PO, de que a gente nunca pode se sujar na legalidade da Ditadura, na legalidade do regime de força, na legalidade burguesa se se quiser assim, nós ao mesmo tempo caímos na armadilha colocada pelos reformistas: a que terminava fazendo com que a grande divisão teórica com respeito aos problemas eleitorais, fosse entre "2 ou 3" doutrinaristas que não tinham nenhuma visão do aproveitamento das brechas legais em qualquer regime", e de outro lado os "revolucionários competentes que aproveitavam bem as brechas do regime e sabiam que era preciso também atuar dentro da legalidade".

Se neste contexto se tomava posição de defesa do voto nulo numa situação determinada, a gente já tinha perdido metade dos argumentos, porque era espremido entre dois problemas: um colocado pelo principismo e doutrinarismo, outro pelo oportunismo tático.

Mas o que acontecia é que nós aceitávamos uma colocação do problema totalmente falsa. Porque com todo o folclore sobre o tsarismo, com tudo o que se diz sobre o caráter policial deste regime, o fato é que a insurreição de 1905 deixara importantes marcas na vida institucional da Rússia, que se manifestavam, mesmo nas condições de repressão que existiram pelo menos até 1909, 1910. A gente sabe que os bolcheviques podiam apresentar seus candidatos nas eleições e que a divisão de representação em representantes do campo, da cidade, em cúrias operárias, lhes permitiam lançar candidatos bolcheviques. E de tal forma isto se verificava, que os bolchevi-

ques tinham uma fração na Duma. Então, a classe operária, seja através de sua organização direta, mas sobretudo pela existência das duas alas da social democracia de então (bolchevique e menchevique), podia participar e se constituir como corpo político; ter uma atividade concreta no cenário político, usar o parlamento como instrumento de denúncia de uma fração bem determinada e num setor bem determinado da sociedade, como era o caso da representação da classe operária. Tudo isto com uma relativa liberdade de agitação e uma atuação ao nível da legalidade muito importante, mesmo em uma fase de contra-revolução.

A gente observa e vê que não é o caso do Brasil. Não é o caso hoje, não era o caso em 1966, em 1965, em 1960, em 1954, sei lá, em 1952.

Outro fato que também se esquece é que Lenin defendia um controle muito rígido sobre os representantes do Partido no parlamento. Porque a atuação dentro da institucionalidade burguesa tem sempre dois lados, a gente pode aproveitar o lado bom, mas tem o seu lado negativo. Sobretudo quando o regime tem uma capacidade de envolvimento ideológico, apoiado em uma realidade econômica que lhe permite ir envolvendo e controlando uma série de manifestações operárias. Assim é que as parlamentares tinham sempre elementos envolvidos, corrompidos ou pelo menos vacilantes, que não defendiam com nitidez, com disposição, e com a combatividade devida as posições do partido. Por isso, Lenin exigia disciplina da fração parlamentar às posições do Partido, ao Comitê Central e em última instância ao Congresso do Partido. Assim, apesar de concordarem com os anarquistas que a participação nas eleições traziam riscos de corrupção, os revolucionários consideravam que o Partido podia usar a legalidade com grande proveito para fortalecer o seu trabalho sindical e político, para penetrar em setores atraídos da classe para ter uma tribuna que atingisse amplamente os setores com as posições da classe operária. Mas para que isto ocorresse era necessário ter um controle rígido. Se não se pode ter as posições dos anarquistas de não participar nunca, nós temos também de tomar posições bem rigorosas contra o oportunismo. Por isto, naquela época os camaradas revolucionários se preocupavam em ter um controle muito estrito sobre os seus próprios deputados, sobre os deputados que formalmente se submetiam a disciplina do Partido, ou ao controle da população em função do tipo de voto que era feito. E se tinha então meios de desmoralizar um elemento que de fato abandonasse as fileiras do proletariado, empurrando esse indivíduo contra a parede de uma forma bastante nítida.

Quando se traz a polêmica para a realidade brasileira e quando se diz que é um problema apenas tático, a gente em primeiro lugar, está esque-

cendo alguns elementos da própria realidade da situação que nos envolve e que são elementos a serem analisados. Mas sobretudo, a gente está esquecendo que os partidos revolucionários da época tinham possibilidade de participar e defender abertamente suas posições; que a classe operária organizada em um partido tinha possibilidade de apresentar-se nas eleições, defender suas posições e, se por acaso fizesse alianças, fazê-las claramente, publicamente, sem possibilidade de meio termo e dubiedades, sem perda de independência pela participação no processo eleitoral.

Bem, ao aceitar que não há questões de princípio, que a questão se resume à tática, nós, (e eu digo nós, uma série de setores da Esquerda Revolucionária) na ânsia de não nos trarmos doutrinários, estávamos esquecendo que a realidade brasileira era diferente e que de fato é impossível no Brasil que organizações revolucionárias, partidárias, ou mesmo organizações espontâneas da classe operária a nível de base, possam apresentar seus candidatos. Quando se fala em participação nas eleições e se esquece que a classe operária não pode participar nela de forma organizada, que as organizações que tem ideologia operária não podem participar delas abertamente, que a propaganda do socialismo é proibida, que a defesa dos interesses populares não é aceita, que mesmo que a classe operária quisesse eleger determinados candidatos ela não poderia a não ser que eles estivessem sob a legenda do partido da burguesia, então nós vemos que as condições de participação neste processo eleitoral são completamente diferentes das daquela época. E que colocar esta questão hoje no Brasil é renunciar a autonomia da classe operária, a autonomia das organizações de ideologia proletária. E de fato criar e contribuir à mistificação.

C.D.C. : *Mais constantemente é levantado pela esquerda um outro argumento, o do realismo e da efetividade de uma política desse tipo...*

W.P. : De fato, muita gente diz que uma posição de anular o voto não tem meios de comunicação, que é uma posição de seita, de abandono da dinâmica da massa. Na verdade, além das posições já conhecidas do PCB, se cria uma farsa ideológica em que se procura demonstrar que a única alternativa é votar. Que o único meio de se "abrir alternativa", de "comunicar com a massa", é o da legalidade. Que a única possibilidade de intervenção política é aquela pelos partidos da burguesia.

Os mais revolucionários defensores do voto nas eleições, tentam cobrir seu recuo em relação as posições marxistas, através de divagações do tipo

"ter acesso à classe operária", "aproveitar a dinâmica das massas". O que na verdade se aproveita é a má dinâmica das massas. Se aproveita justamente, a dinâmica das massas envolvidas.

"Aproveita-se a dinâmica das massas sem nenhuma análise crítica a respeito dessa dinâmica, sem nenhuma possibilidade de intervenção independente além do respeito a essa dinâmica. Na verdade, alguns saudosos do movimento de massa, tentam no fundo chegar a ela de qualquer jeito, fazendo as concessões que sejam necessárias para isto.

Se tem um plano, hoje, na esquerda brasileira dita revolucionária, de encobrir a capitulação ideológica, que é a posição de voto-programa combinada com gritos de que estamos avançando, de que somos mais maduros e que somos mais dispostos a aproveitar as falhas do inimigo. Na verdade estamos entregando a nossa independência e folheando esta entrega com o ouro falso de duas ou três declarações sobre uma visão revolucionária das eleições. Participar hoje votando nos candidatos burgueses mais moderados e nos radicais da pequena burguesia, com os limitados meios e recursos que nós temos, por mais declarações de princípios que se faça, significa fortalecer a corrente burguesa de alternativa à ditadura. Mesmo votando naquele candidato que põe elementos de um programa operário nos seus discursos, na sua campanha, nos métodos, hoje, não tendo nenhum meio de controle, não tendo uma organização coletiva, não se faz outra coisa senão fortalecer no conjunto, a alternativa do MDB.

Mais claro é o PCB, que defende abertamente essa alternativa, embora se reservando sempre algumas críticas à vacilação dessa oposição burguesa. Mas pelo menos dizem claramente, que "votar com o MDB é votar contra a Ditadura". Alguns setores da esquerda, pelo menos até hoje reconhecidos como revolucionários, se colocam numa posição que no concreto resulta na mesma posição do PCB: a de fortalecer a oposição burguesa e de abandonar a independência da classe operária. Mas para manter as aparências encobrem esta atitude com declarações de princípios e se gabam inclusive de fazer propaganda do socialismo e da luta armada. Mas se sabe que se uma posição vai fazer propaganda do socialismo e da luta armada, se tiver uma posição revolucionária, não vai ter nenhuma facilidade maior de "entrar na dinâmica das massas", nenhuma "facilidade maior de ação legal".

Existe assim um raciocínio que com batemos: o de entrar na dinâmica das massas sem nenhuma análise crítica, sem saber o que as massas estão fazendo, que tipo de experiência, e sem tomar perante esta experiência que ela está vivendo, uma posição bem clara que daqui a um ou dois anos sirva para gente mostrar que o setor revolucionário, proletário, marxista, tinha uma

posição desde hoje bem clara com respeito aos fracassos que ela vai sofrer por ter ilusões na oposição burguesa. Então se criou esta ilusão e se passa hoje, a título de aceitar um certo momento da massa, a go fundo aceitar, posições que não são as posições do proletariado. Par mais que a gente fale nele. Posições que não são revolucionárias por mais que se fale em revolução. E posições que se aproximam cada vez mais do PCB por mais que se fale contra o PCB.

C.D.C : *E qual é então a alternativa?*

W.P. : As posições do PCB são conhecidas, e sobretudo sua prática que vale mais que qualquer declaração. Que diz o PCB: votar no MDB, derrotar a Ditadura, isolar a ditadura, esperando chegar a uma democracia liberal que melhore as condições de luta da classe operária e que permita um relativo avanço nas suas possibilidades de organização. Não se trata jamais para o PC da tomada do poder. Mas ele pretende aproveitar de toda forma de eleição para se organizar, se implantar, organizar seus contatos.

Que dizem os defensores do voto-programa? Que vão votar em alguns elementos que tem um programa "generoso" com a classe operária, que vão ter uma participação na eleição de desmistificação, que vão fazer propaganda do socialismo, que vão promover a organização independente da classe. Mas entre as palavras do voto-programa e a realidade do voto, contra a ilusão do programa, se coloca a situação concreta de que eles fortalecem hoje um tipo de alternativa, um projeto existente. Hoje, no momento em que se fala de distensão, com esta posição se termina por fortalecer um tipo determinado de alternativa, um tipo determinado de solução.

Votar nulo hoje, é apenas uma parte de nosso trabalho. Não somos favoráveis a fazer hoje como algumas organizações fizeram no passado: um dia de protesto contra o arrocho salarial, por exemplo, ou fazer das eleições um dia de luta pela jornada de 8 horas... pela defesa dos direitos da classe operária contra a Ditadura, pela liberdade de imprensa, etc.

Nós não podemos ter em relação às eleições as mesmas proposições do dia a dia. As eleições são um fato político importante e não podemos cair no sectarismo "polopero" de negar a sua importância. Então não podemos ter a solução fácil do passado de simplesmente formar comitês de denúncia da Ditadura na época das eleições. Não. Nós devemos passar este episódio com uma posição clara de anular o voto. E anular o voto significa que a gente não aceita o processo de institucionalização. Que a classe operária não espera que sua organização independente

venha de cima. Que ela saiba que está marginalizada do processo político e que se há setores de classe média e burguesia que defendem a democracia política, eles devem em primeiro lugar se unir para, de início de conversa, derrubar a ditadura que está aí. E desta forma estamos forçando nossa entrada na cena política. A primeira afirmação da classe operária nestas eleições, deve ser a afirmação de sua independência, pela negação de um processo político que a marginaliza.

Nós lutamos pela afirmação da classe operária como uma alternativa de democracia hoje à Ditadura (a qual passa por cima de processos de cúpula) que repousa na intervenção do movimento de massas, que vai propor alguns pontos bastante avançados em função dos interesses populares e, sobretudo, pela afirmação de que sabe que está sendo marginalizada e que tem de inverter esse processo político.

Voto nulo sim, e centro do movimento no movimento de base, na organização das empresas. Mas não é só isto. Voto nulo hoje, também quer dizer que neste processo político, as forças de oposição que querem composição e aliança com a classe operária só poderão ter possibilidade de luta comum quando a classe operária tiver independência pra se manifestar. Alianças nós aceitamos. Alianças fazem parte do processo de luta. Mas não aceitamos esse tipo de aliança que significa fortalecer uma outra força social, frequentemente não revolucionária, sem que nós possamos ter uma intervenção clara, nítida e revolucionária.

Portanto, em primeiro lugar, como classe operária, devemos defender um processo diferente, mostrando que esse processo de "democracia" é tão falso que nós não temos o direito de concorrer nele com nossas organizações. Em segundo lugar, a classe operária deve mostrar que pontos do programa democrático devem ser levados. Tudo isso baseando sua luta em função do movimento de massa.

C.D.C. *Como você então aborda o problema do programa?

W.P. : Existe gente que diz hoje as reivindicações são as mesmas para todos: Habeas Corpus, liberdade de expressão, liberdade de expressão, liberdade de pensamento, etc. Mas na verdade existem dois tipos de programa: Os programas que marcham para a estabilização da democracia burguesa, e os programas que marcham para o socialismo sem necessariamente passar primeiro por uma etapa de democracia burguesa. Ao contrário do que alguns camaradas pensam, nós temos que formular um programa que expresse desde hoje uma diferença concreta com o do reformismo.

O reformismo por conta de acredi-

tar numa reforma pela cúpula, numa reforma a partir dos aparelhos institucionais, está disposto a fazer concessões a nível do programa. Ele está disposto a ceder para alguns aliados, reivindicações essenciais do proletariado, em troca de duas ou três liberdades que o proletariado possa ter. Mas o proletariado não pode aceitar esta condição. Por exemplo nós devemos colocar desde hoje algumas reivindicações que se chocam com o atual quadro político. Porque a gente vê que quando o Gal. Geisel tem uma entrevista política no Japão e a imprensa toda se baba como se fosse um ato de bondade de um Deus misterioso de cima do seu céu, a gente sente então que o quadro político brasileiro tem de cada vez mais para espremer as reivindicações, para diminuir a qualidade do que a classe operária exige, para fortalecer os aspectos mais secundários, os mais "liberais" no sentido puro da democracia burguesa.

Nós então achamos que algumas reivindicações devem ser colocadas, como por exemplo, organização livre de sindicatos de soldados e marinheiros, a lém da reivindicação do direito deles ao voto. Essa é uma reivindicação essencialmente democrática, burguesa, que se coloca hoje em dia. E que será decisiva quando a luta de classe assumir a forma e ritmo diferente do atual. Na verdade muita gente hoje luta pela democracia para estar satisfeito com a democracia, na prática aceitando a posição do MDB. Muita gente confia que para chegar ao socialismo a gente tem que passar pela democracia, e pensa como Lautsky que a democracia é anti-sala do socialismo. Muita gente criou ilusão democrática. Nós achamos que isto corresponde ao nível de consciência das massas hoje, às reivindicações democráticas. Que são reivindicações importantes e que se a gente as conquista, serão pontos importantes para seguir a luta. Mas não se coloca necessariamente uma etapa pela frente. E como não se coloca nenhuma etapa pela frente, a gente não tem nenhuma visão idílica nem da democracia burguesa, nem do liberalismo burguês, nem da tomada de posição de alguns setores da pequena burguesia.

Resumindo, para criar uma alternativa, devemos: 1) afirmar que a classe operária é marginalizada do processo e que votar nulo hoje é assumir nossa independência; 2) afirmar que não existe aliança com a classe operária sem a livre afirmação da classe o



perdria; 3) fortalecer as posições do movimento de massa; 4) compreender ' que hoje se aguçam as contradições da classe dominante, mas sem nenhum exagero, sem nenhuma euforia.

C.D.C.! Como você vê as contradições ' das classes dominantes, e sobre como devem se posicionar os revolucionários em relação a elas?

W.P. : Setores da classe dominante ' começam a debater, a disputar, às vezes de uma forma que há três anos atrás pareceria inconveniente. Na verdade eles estão se disputando frente a crise geral que vive o país, e o projeto de Geisel de institucionalização por cima enfrenta bastante dificuldades.

Há dois tipos de comportamentos: quem tem medo da linha dura e fortalece a linha Geisel e/ou a linha MDB. E fortalecer o MDB hoje é, portanto, ' fortalecer uma perspectiva de liberalização bem determinada, por cima, a partir do grande acordo nacional proposto pelo Senador Brossard. 2 - A outra alternativa que é a de demonstrar do ponto de vista prático: que o voto nulo é um dos elos na cadeia no sentido de aproveitar que os setores da burguesia estão se dividindo não para apoiar um ou outro setor, mas para ' fortalecer e tentar atuar levando a prática a estratégia de nos construir nos como força independente.

Os defensores mais radicais das lutas democráticas, no sentido de que ' estão fascinados pela hipótese democrática, pela etapa democrática, pela vida democrática, eles estão esquecendo que em nenhum país do mundo a liberalização, a institucionalização, o ' processo que se convencionou chamar "marcha pela democracia burguesa", se verificou sem que o fosse pressionado pelo movimento de massa. Não foi ninguém que deu. Não foram os deputados da burguesia, ainda os da burguesia ' mais opositorista que deram a classe operária condições de uma intervenção maior.

O que achamos é que se trata de ' responder de uma forma diferente, que não seja a do apoio passivo ou ativo' a Geisel, mas de responder confiando' sobretudo no movimento de massa na organização de bases.

Bem sabemos, que muita gente no ' Brasil está fatigada, que são muitos anos de lutas. A dominação arbitrária assassina da ditadura militar, faz ' com que alguns pensem que a de certas portas, de certas oportunidades é condição de sobrevivência e que seria ' muito importante pra gente que os poderosos dessem algumas brechas. Nós a chamamos que os poderes começam a curva de declínio, que os problemas entre eles começam a aparecer, e nós a-

chamos mais importante suportar ainda algum tempo com essa ditadura em cima, mas pra fazer com que sua queda ' seja verdadeiramente um passo adiante sendo um grande passo adiante para a liberação da classe operária, e não consideramos como querem alguns, que se deva vender a independência da classe operária em troca de conquistas muito pequenas porque não se aguenta mais

A gente compreende que tem muita ' gente cansada, muita gente sob pressão do meio social, que alimenta uma expectativa de liberalização. Mas, achamos que a política revolucionária, que é a longo prazo correta, é ela ' que vai permitir que daqui há dois ou três anos, nos mostremos como um setor que nunca confiou na institucionalização, que apresentou um caminho e começou a construir-lo. Porque assim vai ter condições, daqui a dois ou ' três anos, de realmente ser o setor ' que aglutina a amplas parcelas da população brasileira mostrando que o caminho passa realmente pela organização da luta do próprio povo e não por simpatias, desejos ou pela aspiração' de que no lugar de governantes duros tenhamos governantes doces.

UMA EXPLICAÇÃO DO CADERNOS DE CAMPANHA

Uma intensa atividade no sentido de consolidar uma estrutura de funcionamento, de colaboradores, de infraestrutura, aliados a alguns problemas imediatos e ao período de eleições, obrigou-nos a algumas opções que merecem uma explicação para os leitores de Cadernos de CAMPANHA :

- a) - a atividade de reorganização com o objetivo de aprimorar nossa revista e de assegurar daqui para frente uma periodicidade mais rígida (bi-mensal) forçou-nos a atrasar este número;
- b) - O atraso verificado fez com que acumulássemos materiais quase suficientes para dois números, o que somado a necessidade de refletir sobre a importância que está assumindo o debate no seio da esquerda brasileira com relação às eleições, leva-nos a efetuar cortes de matérias previstas e seu adiamento para o próximo número;
- c) - dentro destes cortes o mais importante foi o do artigo de RAUL VILLA ' (que teve como um dos elementos o fato do camarada por motivos de força maior ficar impossibilitado de terminá-lo), ficando assim adiado para o próximo número o Debate Programático que pretendíamos abrir;
- d) - Passou-se a dedicar boa parte deste número para o problema das eleições, e considerar nas seções de Documentos Teóricos de Documentos do Interior, matérias que pudessem servir como subsídio a esta discussão - o 1º por servir à compreensão, o significado do Parlamentarismo e seu uso pelos comunistas, o 2º por introduzir a discussão de tática na atual conjuntura brasileira.

BRINCANDO COM AS ELEIÇÕES

NOS MEIOS GOVERNAMENTAIS...



NOS MEIOS MODERADOS...



NOS MEIOS PARLAMENTARES...



NOS MEIOS DA ESQUERDA...

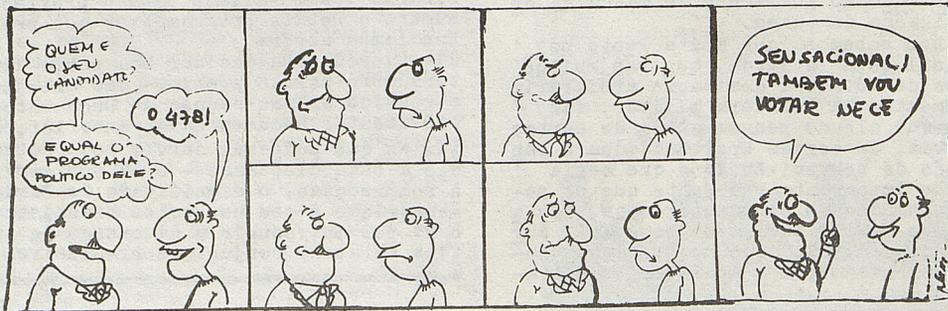
DEFENSORES DO "VOTO PROGRAMA" A PROCURA DE CANDIDATOS DEMOCRATICOS

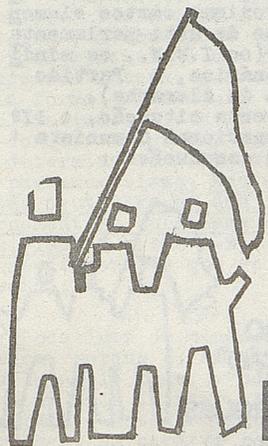


NOSSOS CANDIDATOS

NÃO SÃO ACEITOS NESTAS ELEICOES

NA PROPAGANDA...





RESOLUÇÃO
DO SEGUNDO
CONGRESSO
DA
III INTERNA -
CIONAL (1920)

O
PARTIDO
COMUNISTA
E O
PARLAMENTARISMO

Nada melhor para combater aqueles que em nome do "leninismo" defendem no Brasil o apoio a candidatos do MDB, do que mostrar as teses leninistas de defesa da participação eleitoral e crítica ao "abstencionismo esquerdista".

O documento que publicamos do III Congresso, é a resolução da 1ª INTERNACIONAL COMUNISTA, no seu período leninista, onde esta define a sua posição sobre a participação dos comunistas no parlamentarismo.

Depois de desmistificar o significado do parlamentarismo na época imperialista, abre seu fogo contra o principismo dos que não querem participar em eleições por serem estas burguesas. Muitas das frases soltas de sua argumentação, poderiam ser e são utilizadas pelos pregadores do apoio aos candidatos burgueses. Mas em seu conjunto a argumentação, mesmo se dirigindo contra os abstencionistas, vai colocando a nu o porquê da participação, e como deve ser utilizado o parlamentarismo, desta forma esclarecendo as condições de participação. Assim não só se critica o apoio aos candidatos burgueses e seus partidos, como vai se mostrando a necessidade de um rígido controle dos candidatos operários e bolcheviques. (Quão longe de nossa realidade!).

Uma leitura e estudo atento, do texto e da argumentação anti-abstencionista, é uma arma eficaz de combate ao desvio, exatamente oposto, do seguidismo e oportunismo que se manifestam hoje nas posições de organizações de esquerda revolucionária brasileira.

I
A NOVA ÉPOCA
E O NOVO
PARLAMENTARISMO



A atitude dos partidos socialistas com relação ao parlamentarismo, consistia, originalmente, na época da IIIª Internacional, na utilização dos parlamentos burgueses para agitação. A participação na ação parlamentar era concebida em função do desenvolvimento da consciência de classe, isto é, de despertar a hostilidade das classes proletárias contra as classes dirigentes. Esta atitude se modifica não pela influência de uma teoria, mas pela influência da evolução política. Como consequência do aumento incessante das forças produtivas, e da extensão do domínio da exploração capitalista, o capitalismo e, com ele, os Estados parlamentares adquirem uma estabilidade durável.

Daí, a adaptação da tática parlamentar dos partidos socialistas a ação

legislativa "orgânica" dos Parlamentos burgueses e a importância sempre crescente da luta pela introdução de reformas nos quadros do capitalismo, a predominância do programa mínimo dos partidos socialistas e a transformação do programa máximo em uma plataforma destinada às discussões sobre um "objetivo final" longínquo.

Sobre esta base se desenvolveram o "arrivismo" parlamentar, a corrupção, a traição aberta ou camuflada dos interesses primordiais da classe operária.

A atitude da IIIª Internacional com relação ao parlamentarismo não é determinada por uma nova doutrina, mas pela modificação do próprio papel do Parlamentarismo. Na época precedente, o Parlamento, instrumento do capitalismo em vias de desenvolvimento, trabalhou, num certo sentido, para o progresso histórico. Nas condições atuais, caracterizadas pelo desencadeamento do imperialismo, o Parlamento tornou-se um instrumento de fraude, de mentira, de violências, de destruição, de atos de vandalismo. Obra do imperialismo, as reformas parlamentares, desprovidas de espírito de continuidade e de estabilidade, e concebidas sem um plano global, perderam toda importância prática para as massas trabalhadoras.

O parlamentarismo perdeu sua estabilidade assim como a sociedade burguesa em seu conjunto. A transição do período orgânico ao período crítico cria uma nova base para a tática do proletariado no domínio parlamentar. É assim que o partido operário russo (o partido bolchevique) já determinava as bases do parlamentarismo revolucionário na época anterior, tendo a Rússia perdido depois de 1905 seu equilíbrio político e social e tendo entrado, desde então, num período de tormentas e agitação social.

Quando socialistas, aspirando ao comunismo, ressaltam que a hora da revolução ainda não chegou em seus países e se recusam a se separar dos parlamentares oportunistas, no fundo, eles se apoiam, consciente ou inconscientemente, em uma visão de que o período que se abre é considerado um período de relativa estabilidade da sociedade imperialista e pensam, por esta razão, que uma colaboração com os Turati e os Longuet pode dar, sobre esta base resultados práticos nas lutas pelas reformas.

O comunismo deve tomar como ponto de partida o estudo teórico da nossa época (apogeu do capitalismo, tendências do imperialismo a sua própria negação e destruição, agravamento contínuo da guerra civil, etc.). As formas de relação política e de agrupamento podem diferir nos diversos países, mas no fundo as coisas são as mesmas em todos os lugares: trata-se para nós da preparação imediata, política e técnica, da insurreição proletária que deve destruir o poder burgues e estabelecer o novo poder proletário.

Para os comunistas, o Parlamento não pode ser em caso nenhum, na hora a

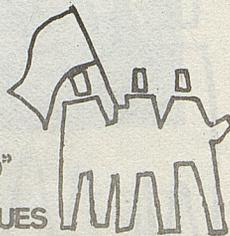
tual, o teatro de uma luta por reformas e pela melhoria da situação da classe operária, como acontecia em certos momentos na época anterior. O centro de gravidade da vida política atual está completa e definitivamente fora do Parlamento. Por outro lado, a burguesia é obrigada, pelas suas relações com as massas trabalhadoras e também em consequência das relações complexas existentes no seio das classes burguesas, de a provar de diversas maneiras, algumas de suas ações pelo Parlamento, onde frações da burguesia se entredisputam o poder, manifestam suas forças e fraquezas, se comprometem, etc.

O dever histórico imediato da classe operária é de arrancar estes aparelhos das mãos das classes dirigentes, quebrá-los, destruí-los e substituí-los pelos novos órgãos do poder proletário. O Estado maior revolucionário da classe operária está, aliás, profundamente interessado em ter sentinelas avançadas nas instituições parlamentares para facilitar sua obra de destruição. Ve-se então, claramente, a diferença essencial entre a tática comunista de ir ao Parlamento para fins revolucionários, e a do parlamentarismo-socialista que começa por reconhecer a estabilidade relativa e a duração indefinida do regime. O parlamentarismo socialista tem por tarefa obter reformas a qualquer preço, ele está interessado em que cada conquista seja posta pelas massas na contada parlamentarismo socialista (Turati, Longuet & Cia.).

O velho parlamentarismo de adaptação e substituído por um parlamentarismo novo, que é um dos meios de destruir o parlamentarismo em geral. No entanto, as repulsivas tradições da antiga tática parlamentar aproximam certos elementos revolucionários de anti-parlamentares por princípio (os I.W.W., os sindicalistas revolucionários, o Partido Operário Comunista da Alemanha).

Considerando esta situação, o IIº Congresso da Internacional Comunista chega as seguintes conclusões:

II O COMUNISMO, A LUTA PELA DITADURA DO PROLETARIADO E "PELA UTILIZAÇÃO" DO PARLAMENTO BURGUES



- 1 -

1º: O parlamentarismo de governo tornou-se a forma "democrática" da dominação burguesa, a qual é necessário, num dado momento de seu desenvolvimento, uma ficção de representação popular, exprimindo em aparência a "vontade do povo" e não a das classes, mas constituindo na realidade, um instrumento de coação e opressão nas mãos do capital reinante;

2º: O parlamentarismo é uma forma de -

terminada de Estado que não convém de forma alguma à sociedade comunista, que não conhece nem classes, nem luta de classes, nem poder governamental de qual quer tipo;

3º: O parlamentarismo também não pode ser a forma de governo proletário no período de transição entre a ditadura da burguesia e a ditadura do proletariado. No momento mais grave da luta de classes, quando esta se transforma em guerra civil, o proletariado deve inevitavelmente construir sua própria organização governamental, considerada como uma organização de combate na qual os representantes das antigas classes dominantes não serão admitidos; to da ficção de "vontade popular" e, durante estafase, nociva ao proletariado, este não tem nenhuma necessidade da separação parlamentar dos poderes, que só lhe seria nefasta; a República dos Soviets é a forma da ditadura do proletariado;

4º: Os parlamentos burgueses, constituindo-se em um dos principais aparelhos da máquina governamental da burguesia, não podem enquanto estado burguês, ser conquistados pelo proletariado. A tarefa do proletariado consiste em fazer explodir a máquina governamental burguesa, destruí-la, as instituições parlamentares inclusive, sejam elas de repúblicas ou de monarquias constitucionais;

5º: O mesmo acontece com as instituições municipais ou comunais da burguesia, e é teoricamente falso, opô-las aos órgãos governamentais. Em verdade, elas também fazem parte do mecanismo governamental da burguesia: elas devem ser destruídas pelo proletariado revolucionário e substituí-las pelos Soviets dos Deputados Operários;

6º: Logo, o comunismo se recusa a ver no parlamentarismo uma das formas da sociedade futura; ele se recusa a ver aí a forma de ditadura de classe do proletariado; ele nega a possibilidade da conquista durável dos parlamentos, e se determina como objetivos, a abolição do parlamentarismo. Não se pode cogitar então da utilização das instituições governamentais burguesas senão para destruí-las. E neste sentido, é unicamente neste sentido que se pode colocar a questão:

- 2 -

7º: Toda luta de classes é uma luta política, porque é, em última instância uma luta pelo poder. Toda greve estendida a um país inteiro, torna-se uma ameaça para o Estado burguês e adquire por isso, um caráter político. Esforçar-se para derrubar a burguesia e destruir o estado burguês, é sustentar uma luta política. Criar um aparelho de governo e de coerção proletária de classe, contra a burguesia refratária, isto é, seja qual for este aparelho, conquistar o poder político;

8º: Logo, a luta política não se reduz somente a uma questão de atitude com relação ao parlamentarismo. Ela engloba toda a luta de classe do proletariado,

desde que esta luta deixe de ser local e parcial, e tenda para a derrubada do regime capitalista em geral;

9º: O método fundamental na luta do proletariado contra a burguesia, isto é, contra o seu poder governamental é, antes de tudo, o das ações de massa. Estas últimas são organizadas e dirigidas pelas organizações de massa do proletariado (sindicatos, partidos, soviets), sob a direção geral do Partido Comunista (1), solidamente unido, disciplinado e centralizado. A guerra civil é uma guerra. Nesta guerra o proletariado deve ter bons quadros políticos e um bom estado maior político dirigindo todas as operações em todos os domínios da ação;

10º: A luta das massas constitui todo um sistema de ações em via de desenvolvimento, que se avivam por sua própria forma e levam, logicamente, à insurreição contra o estado capitalista. Nesta luta de massa, chamada a se transformar em guerra civil, o partido dirigente do proletariado deve, em regra geral, fortificar todas as suas posições legais, torna-las pontos de apoio secundários de sua ação revolucionária subordinados ao plano de campanha principal, isto é, a luta de massas;

11º: A tribuna do parlamento burguês é um desses pontos de apoio secundários. Não se pode invocar contra a ação parlamentar o caráter burguês da instituição em si mesmo. O Partido Comunista se introduz não para se engajar numa ação orgânica, mas para sabotar a máquina governamental e o Parlamento (ex: a ação de Liebknecht na Alemanha, a dos bolcheviques na Douma do Tsar, na "Conferência Democrática" e no "Pre-parlamento" de Kerenski, na Assembléia Constituinte, nas Municipalidades; enfim, a ação dos comunistas búlgaros).

12º: Esta ação parlamentar que consiste sobretudo em usar a tribuna para fins de agitação revolucionária, em denunciar as manobras do adversário, em agrupar em torno de certas idéias as massas que, principalmente nos países atrasados, consideram a tribuna parlamentar com grandes ilusões democráticas, deve ser totalmente subordinada aos objetivos e tarefas da luta extra-parlamentar das massas.

A participação nas campanhas eleitorais e a propaganda revolucionária do alto da tribuna parlamentar tem uma significação particular para a conquista política dos setores da classe operária que, como as massas trabalhadoras rurais continuam, até o presente, isoladas do movimento revolucionário e da política;

13º: Se os comunistas obtêm maioria nas municipalidades eles devem: a) formar uma oposição revolucionária ao poder central da burguesia; b) se esfor-

nota

(1) - entenda-se aqui, que o texto se refere aos PCs na década de 20-30, isto é, antes da degenerescência da Internacional e seu processo de "stalinização".

gar por todos os meios possíveis em servir a parte mais pobre da população (medidas econômicas, criação ou tentativa de criação de uma milícia operária armada, etc.); c) revelar em toda ocasião possível, os obstáculos suscitados pelo estado burguês contra toda forma; d) desenvolver sob esta base uma propaganda revolucionária enérgica, sem temer o conflito com o poder burguês; e) substituir em determinadas circunstâncias, as municipalidades por Soviets de Deputados Operários. Toda a ação dos comunistas nas municipalidades deve então se integrar na obra geral de desagregação do sistema capitalista;

14º: a própria campanha eleitoral deve ser levada, não no sentido de obtenção do máximo de mandatos parlamentares, mas no da mobilização das massas sob palavras de ordem da revolução proletária. A luta eleitoral não pode ser um ato dos dirigentes do partido sozinhos, a totalidade dos membros do partido deve nela tomar parte; qualquer movimento de massas deve ser utilizado (greves manifestações, efervescências no Exército e Marinha, etc.), estabelecer-se com este movimento um contato estreito; a atividade das organizações de massa será incessantemente estimulada;

15º: Se são observadas estas condições e indicadas numa instrução especial, a ação parlamentar encontrar-se-á em completa oposição a repulsiva política dos partidos socialistas de todos os países, cujos deputados vão ao parlamento para sustentar esta instituição "democrática" e, na melhor das hipóteses, para conquistá-la. O partido comunista só pode admitir a utilização exclusivamente revolucionária do parlamentarismo, à maneira Liebknecht, de Hoeglund e dos bolcheviques.

III NO PARLAMENTO

16º: O "anti-parlamentarismo" de princípio, concebido como a recusa absoluta e categórica de participação nas eleições e nas ações parlamentares revolucionárias, é somente uma doutrina infantil e ingênua que não resiste a crítica, resultado as vezes, de uma aversão pelos políticos parlamentares, mas que não percebe, por outro lado, a possibilidade do parlamentarismo revolucionário. Ocorre ainda, que esta opinião se baseie numa noção completamente errada do papel do Partido, considerado não como a vanguarda operária centralizada e organizada para o combate, mas como um sistema descentralizado de grupos mal ligados entre si;

17º: por outro lado, a necessidade de uma participação efetiva nas eleições e assembléias parlamentares, não decorre absolutamente do reconhecimento em princípio da ação revolucionária. Aqui

tudo depende de uma série de condições específicas. A retirada dos comunistas do Parlamento pode tornar-se necessária num dado momento. Foi esse o caso da retirada dos bolcheviques do "Parlamento" de Kerenski, a fim de torpedeá-lo e assim, torná-lo impotente e opô-lo mais nitidamente ao Soviet de Petrogrado, as vésperas de colocar-se a frente da insurreição, foi esse o caso quando os bolcheviques trouxeram o centro de gravidade dos acontecimentos políticos para o III Congresso dos Soviets. Em outras circunstâncias, o boicote das eleições pode se impor, ou o aniquilamento imediato, pela força, do Estado burguês e da coesão da burguesia; ou ainda, a participação nas eleições coincidindo com o boicote do próprio parlamento, etc.;

18º: Reconhecendo assim, em regra geral, a necessidade de participação nas eleições parlamentares e municipais e dos trabalhos nos Parlamentos e municipalidades, o Partido Comunista deve analisar a questão segundo o caso concreto, se inspirando nas particularidades específicas da situação. O boicote das eleições ou do Parlamento, assim como a saída do Parlamento, são admissíveis sobretudo em presença de condições que permitam a passagem imediata a luta armada pela conquista do poder.

19º: É indispensável ter constantemente em vista o caráter relativamente secundário desta questão, estando o centro de gravidade da luta extra-parlamentar pelo poder político; claro é que a questão geral da ditadura do proletariado e da luta das massas por esta ditadura não pode se comparar à questão particular da utilização do parlamentarismo;

20º: É por isto que a Internacional Comunista afirma da forma mais categórica que ela considera uma falta grave a face ao movimento operário, toda cisão ou tentativa de cisão provocada no seio do Partido por esta questão, e unicamente por esta questão. O Congresso convida todos os partidários da luta das massas pela ditadura do proletariado, sob a direção de um partido centralizado, sobre todas as organizações da classe operária, a realizar a união mais completa dos elementos comunistas, a despeito de divergências possíveis quanto à utilização do Parlamento burguês.

IV A TÁTICA REVOLUCIONÁRIA

As medidas seguintes se impõem a fim de garantir a aplicação efetiva de uma tática revolucionária no Parlamento:

1º: O Partido Comunista no seu todo e seu Comitê Central se asseguram desde o período preparatório que precede as eleições, da sinceridade e do valor co

munista dos membros do grupo parlamentar comunista; ele tem o direito indiscutível de recusar todo candidato designado por uma organização, se ele não tem convicção de que este candidato fará uma política verdadeiramente comunista.

Os partidos comunistas devem renunciar o velho hábito social-democrata de fazer eleger unicamente parlamentares "experimentados" e sobretudo, advogados. Por norma os candidatos serão escolhidos entre os operários sem receio de designar simples membros do Partido sem grande experiência parlamentar. Os partidos comunistas devem afastar com desprezo impiedoso os "arribistas" que venham a ele com o fim único de entrar no Parlamento. Os Comités Centrais só devem aprovar as candidaturas de homens que, durante anos, tenham dado provas indiscutíveis de seu devotamento à classe operária.

2º: Fintas as eleições, cabe exclusivamente ao Comitê Central (CC) do Partido organizar o grupo parlamentar, quer o partido seja legal ou ilegal nesse momento. A escolha do presidente dos membros do grupo parlamentar deve ser aprovada pelo CC. O CC do Partido terá no grupo parlamentar um representante permanente, gozando do direito de veto. Sobre todas as questões políticas importantes o grupo parlamentar tem por obrigação pedir diretivas prévias ao CC.

O CC tem o direito e o dever de designar ou de recusar os oradores do grupo chamado a intervir sobre questões importantes e de exigir que as teses ou o texto completo dos discursos, etc sejam submetidos a sua aprovação. Todo o candidato que está na lista comunista assina o engajamento oficial de renunciar ao seu mandato na primeira ordem formal do CC, a fim de que o Partido tenha sempre a possibilidade de substituí-lo;

3º: Nos países onde reformistas, meio-reformistas, isto é, simplesmente arribistas, já conseguiram se introduzir no grupo parlamentar comunista (já é o caso em vários países) os CC dos partidos comunistas tem por obrigação proceder a uma depuração radical destes grupos, se inspirando no princípio de que um grupo parlamentar pouco numeroso, mas verdadeiramente comunista, serve muito melhor aos interesses da classe operária, que um grupo numeroso mas sem firmeza política comunista.

4º: Todo deputado comunista tem por obrigação, sob decisão do CC de unir o trabalho ilegal ao trabalho legal. Nos países onde os deputados comunistas beneficiam ainda de uma certa imunidade, em virtude das leis burguesas, esta imunidade deve servir à organização e à propaganda ilegal do Partido.

5º: Os deputados comunistas tem por obrigação subordinar toda a sua atividade parlamentar à ação extra-parlamentar do partido. A apresentação regular de projetos de lei puramente demonstrativos, não esperando ser adotados pela

maioria burguesa, mas concebidos para a propaganda, agitação e organização deve ter lugar sob as indicações do Partido e de seu CC.

6º: O deputado comunista tem por obrigação encabeçar as massas proletárias, na primeira fila, bem a vista, nas manifestações revolucionárias.

7º: Os deputados comunistas tem por obrigação formar por todos os meios (sob controle do Partido), relações epistolares e outras com os operários, os camponeses e os trabalhadores revolucionários de todas as categorias, sem imitar em nenhum caso, os deputados socialistas que se esforçam em manter com seus eleitores, relações de negócios. Eles estão a qualquer momento a disposição das organizações comunistas para o trabalho de propaganda em todo o país;

8º: Todo deputado comunista tem por obrigação selembrar que ele não é um "legislador" procurando uma linguagem comum com os outros legisladores, mas um agitador do Partido enviado ao inimigo para aplicar as decisões do Partido. O deputado comunista é responsável não perante a massa anônima de eleitores, mas perante o partido comunista legal e ilegal;

9º: Os deputados comunistas devem ter no Parlamento uma linguagem inteligível para o operário, para o camponês, para a lavadeira, para o pastor, de forma que o Partido possa editar seus discursos e panfletos e distribuí-los nos lugares mais retirados do país;

10º: Os operários comunistas devem, mesmo que estejam somente em sua iniciação parlamentar, abordar sem temor a tribunas dos Parlamentos burgueses e não ceder seu lugar a oradores mais "Experimentados". Em caso de necessidade, os deputados comunistas operários simplesmente lerão seus discursos, destinados a reprodução na imprensa e em panfletos;

11º: Os deputados comunistas tem por obrigação utilizar a tribuna parlamentar para desmascarar, não somente a burguesia e sua vassalagem oficial, mas também os social-patriotas, os reformistas, os políticos equívocos de centro e, de um modo geral, os adversários do comunismo visando também propagar as idéias da III Internacional;

12º: Os deputados comunistas, que se rão somente dois ou tres, tem por obrigação demonstrar por toda sua atitude, seu desafio ao capitalismo e jamais esquecer que, somente aquele que, não verbalmente, mas por seus atos, se revela inimigo da sociedade burguesa e de seus servidores social-patriotas, é digno do nome de comunista.



COMUNICADO

BOICOTAR A FARSA DA DITADURA TRANSFORMAR A CAMPANHA ELEITORAL NUMA AMPLA LUTA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS¹

Em meio a um aprofundamento da crise econômica e política aberta após 1974, que a cada dia ameaça transformar-se também em crise social de profundas consequências, o país prepara-se para as eleições municipais de 15 de novembro. Uma vez mais, milhões de brasileiros de todas as classes sociais prepararam-se para exercer o único "direito" político que a ditadura tem lhes permitido nos últimos 12 anos: o de escolher entre candidatos rigorosamente selecionados e submetidos ao crivo dos órgãos de segurança apresentados por dois partidos fantoches criados para a representação de um arremedo de jogo democrático, seus "representantes" nas casas legislativas e nos executivos municipais.

Conscientes da farsa em que a burguesia, através de seus representantes no poder, os militares, transformou qualquer processo eleitoral no Brasil, os marxistas-revolucionários sabem, entretanto, que não basta contentar-se com denunciar o simulacro de eleições. Pelo contrário, consideram que as próximas eleições, mais do que nunca, exigirão da vanguarda revolucionária uma participação ativa e consequente, que não se limite ao propagandismo e a denúncia abstrata, mas que apresente as amplas massas, particularmente aos trabalhadores, aos estudantes e a todas as camadas exploradas e oprimidas da população, uma alternativa política e programática aos projetos políticos e aos programas agitados pelos dois partidos burgueses de dentro e fora do governo, que os capacite a uma ação consequente e independente de toda a tutela das classes dominantes e do governo.

Queiramos ou não, o processo eleitoral, mesmo com todas as suas deformações e a caricatura de si mesmo a que foi reduzido, ainda é um fato político. Como o demonstraram as eleições parlamentares de 1974, ainda é um momento que favorece a discussão política, que cria brechas de relativa liberdade para o debate e a denúncia. Dado o grau de desorganização do movimento de massas ainda existente, da falta de sindicatos livres e organizações independentes, de uma imprensa livre, de partidos políticos solidamente implantados, enfim, de canais de real expressão popular, ainda se constitui num dos poucos meios através do qual, coletivamente, a nível nacio-

nal, podem os trabalhadores e o povo brasileiro manifestar.

O gigantesco NÃO do 15 de novembro de 1974, em que 15 milhões de brasileiros repudiaram este governo anti-operário e anti-popular, é uma prova do que afirmamos. O fato de terem votado no MDB antes que um apoio a esse partido da burguesia marginalizada, foi a expressão de formada desse protesto, dada a inexistência de canais de autêntica expressão popular.

Criar esses canais, dar uma perspectiva e uma direção correta para esse descontentamento é a tarefa central dos revolucionários.

CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA - A FALÊNCIA DOS PARTIDOS BURGUESES - A TENDÊNCIA À RECUPERAÇÃO DO MOVIMENTO DE MASSAS

É importante que tenhamos claro o quadro sob o qual se darão as próximas eleições. Dois partidos, a ARENA e o MDB cumprirão o papel de tentar canalizar milhões de votos populares. A ARENA desmoralizada diante de amplos setores da população por sua completa falta de independência sabe de antemão que pouco tem a esperar destas eleições. Sua derrota, nos grandes e médios centros urbanos, principalmente nos de maior concentração operária e de maior politização, é uma certeza.

O partido de oposição consentida o MDB, surge como provável "vitorioso" nas eleições de novembro. A maça votada recebida em 1974 foi um providencial sopro a reanimar seu corpo moribundo, na época ameaçado de desaparecer. Vai capitalizar uma vez mais, não seus próprios méritos, ou seja, uma prática consequente de oposição a ditadura de Geisel, mas o fato de aparecer, para milhões de brasileiros, como uma forma de expressar uma vez mais o seu repúdio ao governo.

Entretanto, sua posição com relação a 1974 certamente deverá deteriorar-se consideravelmente, pelo menos junto aos setores mais conscientes do movimento de massas e suas vanguardas, que o apoiaram em 1974. Incapazes, por sua própria debilidade, a burguesia liberal e os setores pequeno-burgueses radicalizados que o compoem não conseguiram demonstrar que podiam constituir-se numa verdadeira alternativa para todos os que se opõem a ditadura. Sua trajetória desde o 15 de novembro de 1974, foi de contínuas capitulações diante da ditadura. No afã de credenciar-se diante do "sistema" como um partido da Lei e da Ordem a direção burguesa e a grande maioria dos parlamentares emedebistas não vacilaram em trair os compromissos adquiridos com os setores populares que votaram no MDB e não cumprir, ainda que minimamente qualquer dos pontos do programa que demagogicamente agitaram na última campanha eleitoral.

Prova disto são o recuo diante da convocatória da CPI dos Direitos Humanos em 1975, quando o MDB tinha as condições regimentais para tanto, a recusa

em convocar o Ministro da Justiça para explicar o paradeiro dos 25 presos políticos desaparecidos (assassinados na tortura), a quase nenhuma reação diante dos "contratos de risco", a omissão diante dos assassinatos de Wladimir Herzog e Manuel Fialho e das prisões em massa de seus filiados quando da repressão ao PCB, enfim a cautela e a moderação diante da cassação de cinco deputados do grupo "autêntico". Sem falar, é claro da total ausência do MDB e de seus departamentos trabalhistas ou da juventude (salvo raras exceções) de todo e qualquer movimento grevista e mobilizações ocorridos nos meios operários ou estudantis.

Essa posição capitulacionista e conciliadora, da qual não escapou nem mesmo a grande maioria do grupo "autêntico" (a trajetória do hoje senador Marcos Freire que gasta sua "imaginação criadora" na busca de instrumentos eficazes para dotar o regime de defesas contra a "subversão", o vergonhoso episódio da aliança com os "adesistas" na última Convenção Nacional do MDB, seu próprio desmoronamento enquanto grupo, enfim, são significativos) contribuiu para desacreditar o MDB, diante de alguns setores importantes e mais conscientes que o apoiaram em 1974. Muitas das ilusões que floresceram nos idos de 74 feneceram com a mesma rapidez com que foi se consumando a trajetória de traições desse movimento burguês.

Pese a isso, para os setores mais ultradireitistas das Forças Armadas e das classes dominantes, o MDB aparece ainda hoje como um foco de contestação, um perigo "esquerdizante", em função da presença nesse partido de grupos e militantes mais identificados com setores populares, em função da camisa de força do bipartidarismo. Departamentos trabalhistas, da juventude, femininos e os IEPES, mais pelo que potencialmente representam do que por sua realidade atual, são considerados como "focos" perigosos de contestação ao regime. Nem mesmo a operosidade e o empenho com que a direção do MDB tem procurado enquadrá-los e reduzi-los ao silêncio (veja-se a "caça as bruxas" desencadeada pela direção do MDB gaúcho, a mais "liberal" e "avançada" das direções regionais do partido - contra o departamento trabalhista e o IEPES, reduzindo as atividades deste último praticamente a zero) tem surtido efeito diante da linha dura do governo, permanecendo o MDB como o estigma (imerecidamente) de partido contestador.

E nesse quadro político-partidário que se inscreve a chamada Lei Falcão, que limita ao máximo a já limitada propaganda eleitoral através do rádio e da televisão. Não bastassem a censura que a Polícia Federal e a auto-censura que as direções dos dois partidos impõem a seus candidatos, quer o governo limitar ao máximo o debate político. A amarga experiência de 1974, que tão caro custou aos planos de "distensão" de Geisel esta bem viva diante do governo:

se para Geisel um MDB relativamente forte tinha um papel a cumprir na chamada "descompressão gradual", o inesperado e desmesurado crescimento da votação oposicionista, mais do que uma surpresa, foi um fator de atrito com os "duros" do regime, que lhe impuseram toda uma série de recuos.

A "Lei Falcão", um dado a mais no processo de direitização do regime, é outra concessão que Geisel, representante do setor mais lúcido e esclarecido das classes dominantes (mas nem por isso o mais forte política e militarmente) tem que fazer, se quiser manter ainda que tenuamente sua política de "distensão" como projeto, Geisel e seus pares sabem que um endurecimento qualitativamente maior do regime, uma "fascistização" (sic) mais acentuada, ou a volta pura e simples aos métodos de governo adotados durante o período Medici trazem em si mesmo, graves perigos a sua sobrevivência.

Não se vive hoje mais na época áurea do "milagre econômico". O bolo econômico está cada vez menor, faltando fatias para muitos setores da própria burguesia. As migalhas com que se podia contar, comprando ou neutralizando amplos segmentos da pequena-burguesia são cada vez mais escassas. As amplas massas vêm seu estado de miséria alcançar níveis insuportáveis e tendem a aumentar - mesmo que atomizada e desorganizadamente suas reivindicações, ao mesmo tempo em que o aprofundamento da crise, praticamente reduz a zero a margem de manobra e a possibilidade de concessões significativas de parte a parte do governo e da burguesia.

Diante do quadro de crise, a mesma homogeneidade e monolitismo existentes na época de Médici entre as classes dominantes dificilmente repetir-se-á. A tendência é a burguesia tentar recuperar senão todo, pelo menos parte do exercício do poder político que delegou aos militares e aos tecnocratas. Muito dificilmente a histeria anti-comunista ensaiada por alguns setores é capaz de comover e unir a totalidade dos grupos burgueses hoje conflitantes entre si.

Moderar o crescimento do MDB nessas eleições, mantê-las quase que por uma formalidade, faz parte da tática de Geisel, enquanto ganha tempo para fazer prevalecer seu projeto "distensionista" dentro mesmo do "establishment" militar e introduzir algumas alterações de fachada no regime, pretensamente capazes de prolongar sua existência por alguns anos mais.

Paralelamente a isso, o movimento de massas deu alguns passos pequenos mas significativos no sentido de sua recuperação. Surgidas já antes de 1974, multiplicaram-se as greves, as paralizações, as operações "tartaruga", e as manifestações de protesto nas fábricas, canteiros de obras, bairros e estações ferroviárias. Em alguns Estados mais importantes e industrializados, núcleos significativos de Oposições Sindicais

têm se desenvolvido, ao mesmo tempo em que uma oposição e crítica ao sindicato oficial e acerca da necessidade de se construir desde hoje seus organismos independentes - as comissões operárias nas fábricas e bairros começa a enraizar-se entre os elementos mais avançados da vanguarda operária.

O movimento estudantil que sempre se opôs à ditadura militar não tem faltado a essa tradição, assumindo mesmo, em muitos momentos a vanguarda das lutas anti-ditatoriais. Essa radicalização do ME tem se estendido a outros setores da pequena burguesia, como jornalistas e artistas, bem como trabalhadores da classe média (bancários) - que também apresentam sintomas de recuperação.

Pode-se afirmar, sem que se caia a num impressionismo e num voluntarismo vulgares, que existe hoje um movimento próprio de massas. Embrionário, atomizado, ressentido-se, é verdade, de um maior desenvolvimento de suas lutas, da ligação entre si, da inexistência desolidas organizações sindicais independentes bem como de uma vanguarda política firmemente implantada.

A TÁTICA DOS MARXISTAS REVOLUCIONÁRIOS DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL

Este quadro é determinante na formulação da tática dos marxistas revolucionários com relação ao período eleitoral. Partindo do pressuposto de que é importante a participação no processo eleitoral, qual a posição a adotar? Apoiar o MDB e aplicar uma grande derrota na ditadura ou simplesmente votar nulo?

Para nós, essas duas alternativas, ou por sua incorreção (apoiar o MDB) ou por sua insuficiência (apenas votar nulo) não apresentam uma orientação adequada para o movimento de massas. Discutamo-las por partes.

A primeira alternativa, apoiar o MDB para aplicar uma derrota à ditadura parece-nos totalmente falsa. Pelo que vimos acima, o MDB, que em 1974 capitalizou o descontentamento popular, não constituiu, em momento algum, uma alternativa consequente para as forças anti-ditatoriais. Nem mesmo como um movimento burguês anti-imperialista, que em determinados momentos pode e deve ser apoiado por uma organização marxista revolucionária (o 26 de Julho na sua 1ª fase, em Cuba; os nacionalistas bascos) o MDB foi capaz de se constituir. Se para os setores mais ultra-direitistas das classes dominantes ele aparece como um foco de contes tação, não é menos útil para todo um outro setor da burguesia e das FF AA liderado por Geisel, que nele apostavam como fator de contestação e de canalização para os marcos do regime o descontentamento popular. Como o demonstrou a sua prática, durante toda a sua existência, antes e depois das eleições de 74, em nenhum momento foi uma "verdadeira oposição autêntica e feti-

va", ou será capaz de se transformar num partido "democrático mais forte", como o desejam alguns setores honestos mas equivocados, existentes no MDB, como os signatários do manifesto de 29 de maio de 1976, de Porto Alegre.

Evidentemente, nenhum revolucionário sério, não sectário, e com um mínimo de sensibilidade desconhecerá a existência, no MDB, de alguns setores, principalmente entre suas bases trabalhistas e juvenis, sinceramente engajados numa perspectiva de luta anti-ditatorial. É justamente essa fragilidade da esquerda, que faz com que um sem número de antigos militantes de vanguarda, bem como toda uma geração que hoje faz sua primeira experiência política, busquem no MDB uma alternativa partidária.

Essa constatação remete os marxistas revolucionários a alguns problemas táticos de importância. Para nós, reconhecendo que esses setores ainda passarão por uma experiência política no MDB, dada a debilidade do polo revolucionário, trata-se de adotar uma tática que nos permita ao mesmo tempo em que trabalhamos conjuntamente com esses setores, chamando-os constantemente para uma unidade de ação, (por exemplo, durante mobilizações estudantis e operárias, por campanhas contra os crimes da ditadura, de defesa do voto popular e contra as cassações, etc.) obrigar esses setores a se radicalizarem cada vez mais em direção ao seu rompimento definitivo com o MDB. Para que esse trabalho seja consequente, devem os marxistas revolucionários, desde hoje, manter sua independência orgânica e programática, que lhes permita capitalizar as futuras rupturas que se derem naquele partido, desenvolvendo-a desde hoje, implantando sua organização nos setores fundamentais do movimento de massas, independentemente de toda e qualquer vinculação ou subordinação ao MDB, sem transferir para o futuro a formação de tal organização revolucionária. Por maiores que sejam as especificidades regionais, a existência de bases mais combativas no MDB, numa ou outra região do país, este deve ser, no fundamental a nossa orientação.

O que não podem admitir os marxistas revolucionários - mesmo com o risco de serem chamados de principistas puristas, incapazes de fazer política, conspirativistas, etc. - é, em nome de um trabalho de influência junto as bases do MDB, conciliar com suas vacilações ou alimentar suas ilusões quanto à possibilidade de que esse partido possa representar, mesmo episodicamente, uma verdadeira oposição a ditadura, ou que venha a se transformar, no futuro, num partido autenticamente popular. Esse tipo de ilusões quanto ao caráter democrático ou progressista da burguesia liberal tem custado inúmeras derrotas aos trabalhadores brasileiros.

Para nós, o MDB é um partido burguês. Esse caráter está dado por sua origem - formado que foi por decisão da

própria ditadura viteriosa em 65,- por suas propostas programáticas que jamais ultrapassaram os limites da redemocratização do país ou que acenem com qualquer tipo de transformação da sociedade, por sua prática política.

(...)

O MDB vem credenciando-se junto a setores significativos da burguesia marginalizada, buscando representá-la em sua luta pela sobrevivência diante das investidas do capital monopolista, sobretudo internacional, efetivando os seus propósitos de apoiar-se no movimento demassas para obter concessões econômicas e políticas mais significativas do imperialismo e da grande burguesia nacional associada.

(...)

Nem o pretexto de que através do MDB se pode conseguir uma maior penetração junto a alguns setores populares tem validade para essas eleições. Como vimos, a recuperação do movimento demassas tem uma dinâmica própria que se dá independentemente da atuação ou participação do MDB, oferecendo um quadro de intervenção para os revolucionários que lhes permite manter uma independência diante desse partido, não se justificando a concessão, tática, de apoio em troca da penetração nas bases.

Em vista disso a posição dos marxistas revolucionários para estas eleições é de nenhum apoio eleitoral, sob pretexto algum ao MDB partido político nem mesmo aos seus candidatos "progressistas", ou seja, aqueles integrantes de suas alas "autênticas", mais identificados com alguns setores populares, mas que pretendem canalizar o descontentamento popular para soluções do tipo parlamentar/eleitoralista, induzindo suas bases a confiar no MDB, ou em sua ala esquerda, como alternativa política. (...) Toda solidariedade as bases e aos militantes do MDB perseguidos pela ditadura, cassados e torturados, chamar consistentemente as bases populares do MDB para unidade de ação em torno de objetivos de interesse dos trabalhadores e oprimidos, convencê-los a abandonar esse partido, ao mesmo tempo que o boicotam, eis a posição dos marxistas revolucionários.

Tampouco acreditamos que a segunda alternativa, a do voto nulo puro e simples, ofereça maiores orientações ao movimento de massas e aos militantes de vanguarda (...) pois também cai num desvio eleitoralista: limita sua orientação apenas ao período eleitoral - "votar nulo" ao invés de "votar no MDB", não respondendo aos problemas mais candentes sentidos pelas massas.

Nossa proposta é a de transformar essa campanha eleitoral numa ampla campanha de denúncia da ditadura, através do boicote ativo as eleições, de luta em favor das liberdades democráticas e da elevação do nível de vida das massas, agitando ofensivamente e propondo na prática a criação da organização inde-

pendente dos trabalhadores e estudantes o direito de greve, a liberdade para os partidos políticos, a realização de eleições livres e diretas e a convocação de uma Assembléia Constituinte, eleita pelo voto universal e secreto, com a participação de todos os partidos políticos populares.

(...)

(a luta por liberdades democráticas) ... partindo dos problemas mais imediatos sentidos pelas amplas massas, é capaz de, assumindo uma dinâmica revolucionária, levá-las através da consciência de sua opressão política da falta de liberdades, à necessidade de criar seus sindicatos livres, dos germes embrionários de poder, a derrubar a ditadura e marchar em direção à instauração de um governo operário e camponês no Brasil.

A luta por liberdades democráticas é o meio através do qual os trabalhadores, fazendo-se eco das necessidades e aspirações de todos os oprimidos e dançados, são capazes, eles mesmos, de adquirirem uma consciência política que ultrapasse os limites do economicismo. Não é uma etapa abstrata a alcançar, onde depois estarão dadas as condições para que os trabalhadores e seus aliados formem seus partidos políticos, seus sindicatos independentes, etc.

(...) Os marxistas revolucionários acreditam que esse deve ser o verdadeiro eixo da tática para a campanha eleitoral, aparecendo o voto nulo como uma consequência dessa posição.

Em vista disso, chamamos as organizações operárias e populares, os diversos núcleos revolucionários existentes no país, as oposições sindicais, partais e demais organizações da classe operária, ao movimento estudantil e suas entidades, aos grupos que desde fora ou dentro do MDB lutam pela conquista revolucionária das liberdades democráticas e pela elevação do nível de vida das massas - a apoiar essa proposta, promovendo uma unidade de ação em todos os lugares onde for possível, transformando o processo eleitoral numa gigantesca luta em favor das liberdades democráticas e de defesa dos interesses mais imediatos das amplas massas.

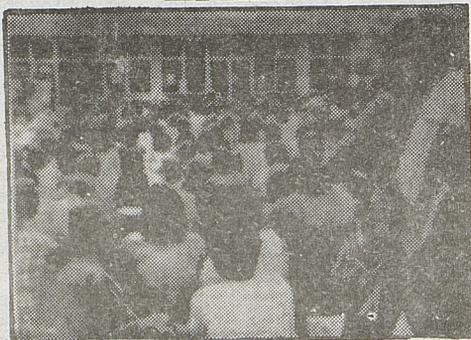
(1) Este documento, recebido do interior, foi-nos encaminhado pelos camaradas do GRUPO DE APOIO AO POC no exterior, porque segundo os camaradas, "tradicionalmente o CAMPANHA, abre suas páginas para o debate entre as forças de esquerda, neste tipo de ocasiões.

Aproveitamos para explicar que se isto não ocorreu desta vez, foi exclusivamente pelo motivo do atraso e do período de reorganização que passou a revista. De qualquer maneira, publicamos o seu documento dentro do princípio de democracia revolucionária que sempre nos pautamos.

(a redação de C. de CAMPANHA)

GREVE E OCUPAÇÃO NO CRUSP

UMA LUTA EXEMPLAR



O centro residencial da USP (CRUSP) foi a residência de muitos estudantes sem recursos. Hoje, entretanto, de residencial ele só tem o nome. Aproveitando a onda de repressão que a ditadura policial desencadeou a partir do enfraquecimento das mobilizações de massa em 1968, a polícia política invadiu-o, espancando e prendendo os estudantes que lá moravam. E até hoje o CRUSP é mantido fechado. Embora derrotados, os estudantes não se esqueceram e mantiveram viva a

perspectiva de reconquistá-lo.

Neste segundo semestre de 1976, o CRUSP voltou a ser um centro de lutas. Seu restaurante, que funciona como restaurante central para toda a universidade, teve um novo aumento no preço das refeições: de 6,00 para 7,50. Era o segundo aumento este ano, pois no começo das aulas as refeições eram cobradas a 4,50. No total o novo aumento corresponderia a uma elevação de 66% no preço das refeições em apenas 6 meses.

Porém, não foi só o preço que aumentou. Aumentou também a falta de higiene do restaurante, pois as bandejas eram servidas com restos de comida e até mesmo insetos eram os "complementos" das refeições. O que diminuiu e bastante foi a qualidade da comida que era servida. Não havia serviço de balanceamento da alimentação e a nutricionista que fazia este serviço foi despedida por não concordar com a qualidade dos alimentos servidos aos estudantes.

Juntamente com o aumento no restaurante central, os bares e restaurantes nas escolas (explorados por particulares) também elevaram seus preços, passando as refeições de 9,30 para 11,60.

Tudo isto foi feito em silêncio, durante as férias, para pegar de surpresa os estudantes. Mas quem ficou realmente surpresa foi a burocracia da universidade, ao se ver frente à organização e disposição de luta do conjunto dos estudantes. Logo nos primeiros dias de agosto, a partir de uma reunião aberta do DCE-livre da USP para discutir o problema, foi convocada uma assembléia geral para decidir o encaminhamento da luta. Na 3a.-Feira (5 de agosto), contando com 300 pessoas, a assembléia foi realizada.

Para alguns, o boicote ao restaurante era a posição mais justa, para outros o boicote quando muito obrigaria os estudantes a se dirigirem aos bares e restaurantes particulares e acabar pagando muito mais, além de não apresentar alternativas para os funcionários que teriam mesmo de comer no CRUSP. Foi proposta então uma concentração em frente ao CRUSP na 4a.-Feira (11 de agosto) e que todos exigissem a manutenção do preço antigo, fazendo suas refeições naquele mesmo dia por 6,00. Esta proposta era inegavelmente a mais acertada e todos acabaram se comprometendo com ela. Não faltou, é verdade, a vacilação da diretoria do DCE, o que aliás tem sido comum em todas as suas intervenções, que além de propor o boicote apresentava como alternativa a realização de picnics de protesto, o que provavelmente não passaria do primeiro dia e não permitiria a volta do preço antigo.

A unidade em torno da proposta de ação conjunta - concentração diante do CRUSP e fazer as refeições pelo preço antigo - foi a primeira vitória do movimento. Todos os grupos e todos os estudantes mais comprometidos com as lutas de resistência concentraram seus esforços na convocação e preparação da concentração. No dia marcado, 1200 estudantes reuniram-se diante do CRUSP, contando também com a presença do diretor do COSEAS

(Coordenadoria de Saúde e Assistência Social do USP, responsável pela manutenção e pelos serviços do restaurante central), Sr. Irineu Strenger. Este ainda quis enganar os estudantes, dizendo-se disposto a um "diálogo democrático" com eles. Respondendo às reivindicações do movimento, o Sr. Strenger disse que não havia nutricionista em razão do baixo salário que podia pagar e que o preço das refeições tinha que ser aumentado porque a elevação dos preços dos gêneros alimentícios já chegara a 43%.

"Este é mais um motivo para que o preço antigo seja mantido" foi o que ouviu em resposta. E ante a disposição dos estudantes em invadir o restaurante e realizar suas refeições por 6,00, o Sr. Strenger, irritado, disse que teriam que passar por cima de seu cadáver. Para reforçar a ameaça, dispensou todos os funcionários do restaurante e se colocou numa das portas para impedir que os estudantes entrassem. Sem maiores dificuldades, entretanto, os estudantes passaram, não por cima, mas ao lado do Sr. Strenger, tomando o restaurante. Num clima alegre e descontraído, os estudantes assumiram a caixa e a cozinha do restaurante, almoçaram pelo preço antigo e ao final de tudo deixaram o recinto mais limpo do que normalmente ficava.

A partir disto, o restaurante foi fechado pelo COSEAS e alguns alunos, notadamente a diretoria do DCE, foram convocados ao DEOPS para prestarem depoimentos. Tais fatos elevaram ainda mais a disposição de luta dos estudantes e novas assembleias foram marcadas para dar continuidade ao movimento. Cabia então aproveitar a potencialidade e as conquistas daquela luta para avançar na organização e no fortalecimento da resistência dos estudantes, isto é, aproveitar os ensinamentos obtidos em relação à união e à organização independente do movimento estudantil de modo a juntar à sua voz a de todos os oprimidos que resistem à ditadura policial. Como restaurante central fechado e os estudantes obrigados a fazerem suas refeições nos bares e restaurantes das escolas, seria um atrazo para o movimento exigir nestes bares e restaurantes o preço antigo de 9,30. Na falta do CRUSP era preciso assegurar a continuidade da luta pelo preço de 6,00 nas refeições, e isto deveria ser exigido por todos mesmo nos restaurantes particulares.

Novamente surgiram vacilações pois alguns acharam esta alternativa radical demais e acharam também que ninguém a entenderia. Foi preciso que na assembleia de 6a.-Feira, 13 de agosto, os 2000 estudantes presentes gritassem em coro "a favor dos 6,00 nos restaurantes particulares" para que aquelas pessoas entendessem que esta reivindicação já tinha sido assumida pelo movimento. Com isso os estudantes saíram da assembleia em passeata, dirigindo-se para o restaurante da Física, onde almoçaram por 6,00. Isto foi repetido mais duas vezes, com a tomada do restaurante da Biologia e a seguir o da Comunicação.

Por outro lado, o nível a que chegara o movimento já exigia um posicionamento mais claro acerca de seus objetivos. O reitor da



USP negou-se a reconhecer o DCE-livre, alegando ser ele uma entidade ilegal e portanto a receber os representantes dos alunos e as suas reivindicações. A tomada dos restaurantes particulares não poderia ser feita indefinidamente. A administração da universidade e mesmo alguns jornais e emissoras de rádio começaram a fazer uma autêntica campanha contra o movimento alegando que os estudantes eram privilegiados por pagarem 7,50 por refeição ("o preço de um sanduiche", diziam) e queriam ser ainda mais privilegiados.

Mas o que não se falava era da desobrigação progressiva do Estado em relação ao custeio do ensino e dos serviços prestados na universidade, ou seja, o abandono crescente a que vem sendo relegada a subvenção da educação pelo governo a fim de instituir o ensino pago em todos os seus níveis. Além de impedir que a maioria da população possa manter seus filhos nas escolas e enviá-los à universidade, a ditadura vem desviando cada vez mais as verbas da educação para outros setores que considera prioritários de modo a satisfazer as exigências da monopolização do capitalismo brasileiro. Enquanto diminuem as verbas para a educação aumentam os recursos colocados à disposição das grandes empresas e das Forças Armadas; enquanto o ensino pago é implantado sorrateiramente através da cobrança de taxas e da introdução do crédito educativo, as grandes empresas e os capitalistas deixam de pagar boa parte de seus impostos através de benefícios concedidos pelo governo para a aplicação de capital em investimentos.

Era então fundamental exigir que o governo concedesse mais verbas para a universidade e subvencionasse todos os serviços prestados aos estudantes, resistindo a uma tentativa aberta e descarada de transferência dos gastos com educação para os estudantes. Ou seja, era fundamental exigir que o COSEAS subvencionasse o CRUSP para manter o preço da refeição a 6,00 e levá-lo a encampar os bares e restaurantes particulares, servindo neles refeições pelo mesmo preço. Além disto, era também fundamental exigir que a reitoria reconhecesse o DCE-livre como o autêntico representante dos alunos da USP e se comprometesse em preservar a integridade física e a liberdade de todos os que estavam sendo ameaçados pela repressão.

Na assembleia de 6a.-Feira, 13 de agosto, a que nos referimos acima, estas questões começaram a ser enfrentadas. Foi aprovado então que a USP entrasse em greve geral na terça-feira seguinte (dia 17) para exigir a reabertura do restaurante do CRUSP e o atendimento das reivindicações dos estudantes. Foi igualmente

aprovada uma moção que pedia a renúncia dos estudantes que participavam do Conselho Universitário (representação estudantil oficial, inteiramente controlada pela reitoria da Universidade) a fim de reforçar o papel do DCE-livre como único representante autêntico dos alunos e também se responsabilizou o reitor pela segurança dos estudantes ameaçados. Nesta mesma assembléia foi aprovado que o DCE-livre teria o nome de Alexandre Vannuchi Leme, estudante da USP assassinado pelos torturadores nas masmorras do IExército, em SP, em 1973.

Durante toda a 2a.-feira, os esforços se concentraram na preparação da greve geral a fim de que ela fosse uma greve ativa, isto é, com ocupação das instalações e num trabalho de esclarecimento dos objetivos do movimento, tanto dentro da USP quanto fora dela. Uma carta aberta do DCE à população foi distribuída em todos os jornais e divulgada amplamente.

Na 3a.-feira a USP parou. O movimento ganhou o apoio da quase totalidade dos estudantes (apenas alguns alunos de turmas de graduação e pós-graduação não aderiram) e a solidariedade dos funcionários e professores. As atividades cotidianas da grande universidade foram paralizadas pelos estudantes em luta. Assustado com a força do movimento, o reitor convocou, pela primeira vez, o DCE e os demais representantes dos alunos para discutir as reivindicações. Com isto reconhecia na prática o DCE-livre como o verdadeiro representante dos alunos. Na reunião, alegou que o preço de 7,50 era até pequeno pois não eliminava os prejuízos que o restaurante causava à administração e que a universidade não tinha verbas suficientes para subvencioná-lo. Ante a firmeza dos estudantes e a amplitude do movimento, o reitor viu-se pressionado a discutir o problema com o governador do estado que, à tarde, acabou por se comprometer a atender as exigências do movimento e a conceder mais verbas à universidade para que o preço das refeições fosse mantido a 6,00.

Era a vitória, uma das vitórias mais importantes do movimento estudantil desde 1968. Uma alegria contagiante tomou conta de todos os estudantes que resistiam na universidade quando a notícia foi divulgada pelos meios de comunicação e pela própria reitoria. Muitos se abraçavam e choravam emocionados. Haviam demonstrado que, com sua unidade, com sua organização independente, com sua combatividade, é possível resistir à ditadura todo-poderosa e alcançar a vitória.

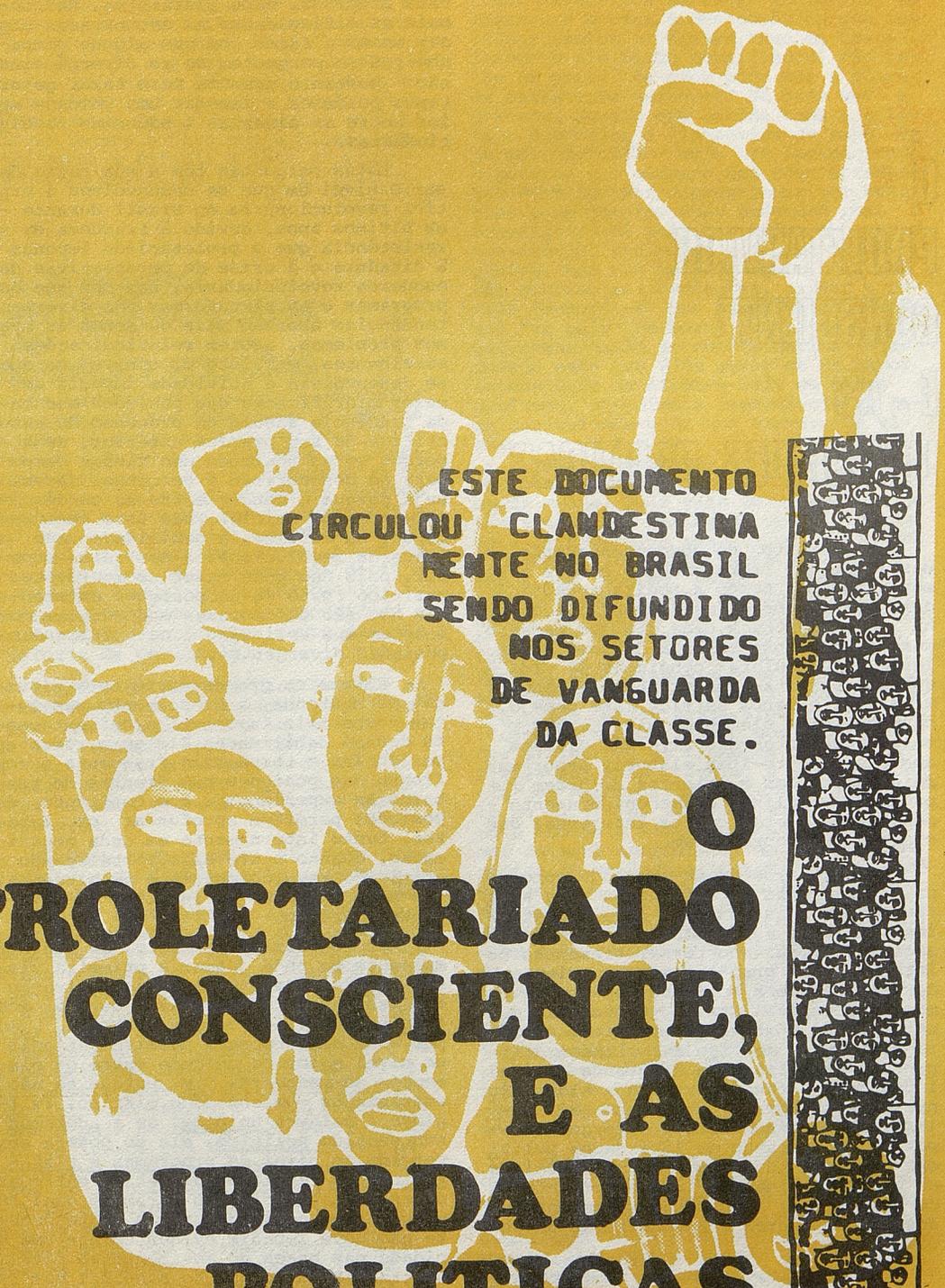
Por trás da reabertura do CRUSP ao preço antigo coloca-se uma vitória ainda maior, a da subvenção do governo do estado para o restaurante. Este é um passo pequeno, mas muito importante, na luta por mais verbas para a universidade, na luta contra a elitização do ensino e contra o ensino pago. Um outro saldo importante desta luta foi o reconhecimento na prática do DCE-livre pela reitoria. Este fato, aliado à renúncia dos representantes estudantis no Conselho Universitário, significou um passo adiante na luta pela organização independente do movimento estudantil, pela conquista da liberdade de organização e manifestação pa-

ra os estudantes. Apesar das vacilações de sua diretoria, o DCE-livre conseguiu adquirir uma efetiva representatividade pois atuou como órgão centralizador do movimento, responsabilizando-se pelo encaminhamento das propostas aprovadas em assembléias e demonstrando a todos os estudantes a importância de uma entidade livre e centralizadora das lutas.

É importante ressaltar ainda que o êxito da mobilização dependeu fundamentalmente da unidade que se conseguiu em torno de posicionamentos que pressupunham organização e luta aliadas à capitalização sucessiva das conquistas parciais que o movimento ia obtendo. Esta unidade em termos de encaminhamentos práticos visando a condução do movimento de maneira consequente, unidade esta que não dispensa a disputa de influência política mas a pressupõe, foi obtida tanto pelo consenso a que chegaram alguns grupos e estudantes de vanguarda acerca dos objetivos e amplitude real que a mobilização era capaz de assumir, quanto pela pressão exercida pela massa sobre setores que vacilavam em levar a luta mais à frente. Ou seja, a lição que se pode extrair da mobilização da USP é que os estudantes verdadeiramente socialistas, ao intervirem no movimento, necessitam ter bastante claros os objetivos que se pretende atingir numa determinada luta a fim de que suas propostas correspondam efetivamente a uma elevação constante do nível de organização e de combatividade daquela mobilização, fazendo com que os voluntarismos e vacilações que sempre se fazem presentes sejam paralizados e arrastados pelo movimento.

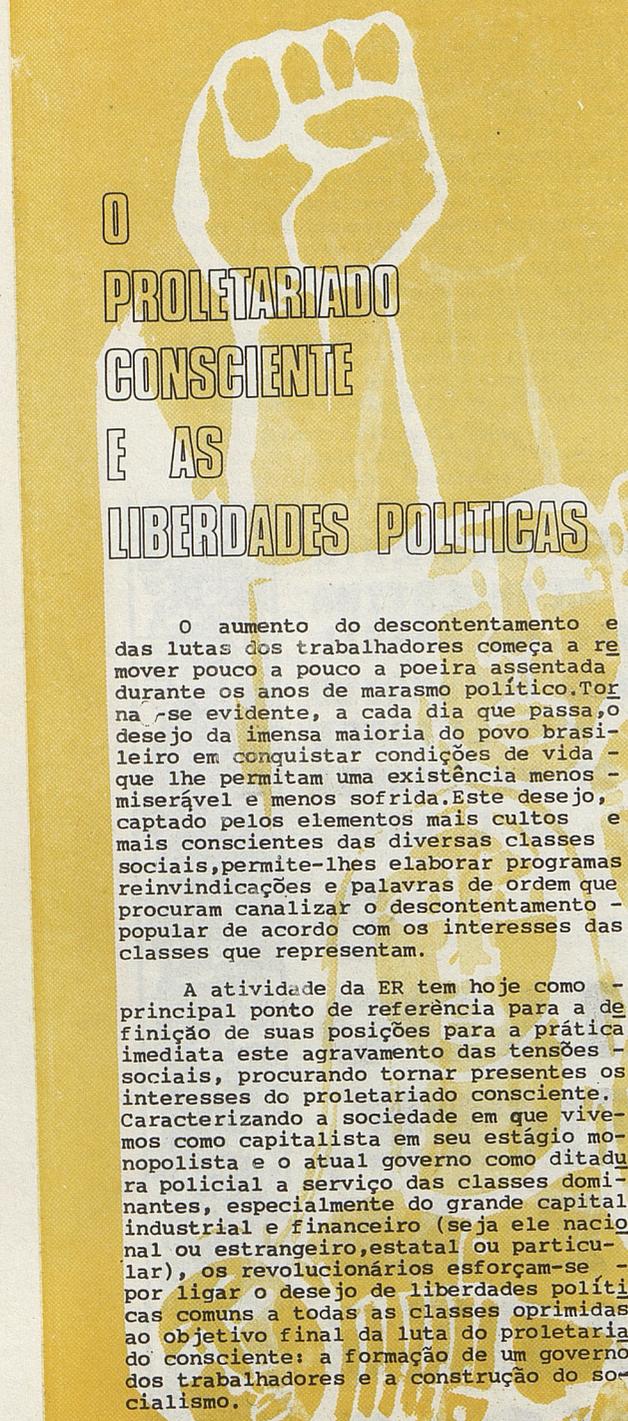
Este é um ensinamento de grande importância para todos os que se esforçam para fazer avançar a organização da resistência dos estudantes ao regime, contribuindo para o avanço da resistência dos oprimidos à ditadura policial da burguesia e fortalecendo nesta resistência os interesses do proletariado revolucionário. Isto porque estes objetivos são alcançados não apenas com a agitação e propaganda das reivindicações políticas da classe operária (o que é certamente indispensável), mas também com a liderança e representatividade que os estudantes verdadeiramente socialistas adquirem junto aos demais estudantes graças à sua combatividade, à sua dedicação, ao seu trabalho de organização, às suas propostas para o encaminhamento das lutas, enfim, graças aos compromissos que demonstram assumir com o fortalecimento da resistência que o movimento estudantil opõe à ditadura.





ESTE DOCUMENTO
CIRCULOU CLANDESTINA
MENTE NO BRASIL
SENDO DIFUNDIDO
NOS SETORES
DE VANGUARDA
DA CLASSE.

**O
PROLETARIADO
CONSCIENTE,
E AS
LIBERDADES
POLITICAS**



O PROLETARIADO CONSCIENTE E AS LIBERDADES POLITICAS

O aumento do descontentamento e das lutas dos trabalhadores começa a remover pouco a pouco a poeira assentada durante os anos de marasmo político. Tor-na-se evidente, a cada dia que passa, o desejo da imensa maioria do povo brasileiro em conquistar condições de vida - que lhe permitam uma existência menos miserável e menos sofrida. Este desejo, captado pelos elementos mais cultos e mais conscientes das diversas classes sociais, permite-lhes elaborar programas reivindicatórios e palavras de ordem que procuram canalizar o descontentamento - popular de acordo com os interesses das classes que representam.

A atividade da ER tem hoje como principal ponto de referência para a definição de suas posições para a prática imediata este agravamento das tensões - sociais, procurando tornar presentes os interesses do proletariado consciente. Caracterizando a sociedade em que vivemos como capitalista em seu estágio monopolista e o atual governo como ditadura policial a serviço das classes dominantes, especialmente do grande capital industrial e financeiro (seja ele nacional ou estrangeiro, estatal ou particular), os revolucionários esforçam-se - por ligar o desejo de liberdades políticas comuns a todas as classes oprimidas ao objetivo final da luta do proletariado consciente: a formação de um governo dos trabalhadores e a construção do socialismo.

No entanto, o simples reconhecimento de este objetivo não é suficiente para que exista um programa, uma plataforma de reivindicações e palavras de ordem comuns a todas as tendências revolucionárias, e os debates e divergências que

se observam entre elas demonstram isto. Não é tarefa fácil, porém, compreender as minúcias e sutilezas que diferenciam cada programa, cada plataforma, das demais. As dificuldades aí encontradas chegam mesmo a fazer com que alguns companheiros se perguntem se as divergências são bastante grandes para fazer gerar tanta polêmica e impedir uma unidade maior entre as diversas tendências revolucionárias.

Estas perguntas têm a sua razão de ser. O nível em que se desenvolveu a prática revolucionária no Brasil durante - os últimos anos, devido à fraqueza da resistência que o proletariado impunha à ditadura e à crise de perspectivas da esquerda revolucionária, faz com que os programas e as plataformas das diversas tendências abordem mais ou menos os mesmos problemas, adotem reivindicações semelhantes, etc. Isto é, o nível em que se desenvolvia a atividade impedia uma maior clarificação das posições de cada tendência assume no processo de auto crítica de sua prática anterior, seja - porque estas posições não tinham campo para se desdobrarem e se consolidarem, seja porque o debate entre as tendências era ainda inicial. Tudo isto corresponde, na verdade, à debilidade que a esquerda revolucionária necessita superar, pois não pode haver um movimento político forte se as posições existentes não são desdobradas e depuradas com base em sua aplicação e na crítica das posições divergentes.

Embora em grande parte esta situação se mantenha, o crescimento das lutas torna mais favorável o enfrentamento destas debilidades. Ele gera ricas experiências e torna mais frequente o confronto das posições nas frentes de trabalho. As experiências e o confronto de posições permitem aprofundar os debates, tanto internamente em cada organização, quanto entre elas, fortalecendo a atividade revolucionária e as alternativas mais corretas no interior do movimento operário.

Ao contrário, portanto, do que normalmente se pode julgar à primeira vista, o aprofundamento e a generalização dos debates é indispensável devido aos resultados positivos que acarreta. Só por este caminho será possível atingir um nível maior de unidade entre os elementos de vanguarda. Sim, porque se não emprestamos um conteúdo místico, religioso à palavra unidade, se a adotamos num sentido político, ela só poderá ser forjada ao nível de programas e plataformas como resultado do debate entre as diversas tendências no curso do qual suas posições sejam depuradas (este debate não deve impedir evidentemente uma unidade nas bases do movimento ao nível do trabalho de oposição sindical nas fábricas, bairros e sindicatos e eventualmente a um nível mais elevado, com objetivos bem determinados).

Para que este resultado seja atin-

gido, é necessário que os operários conscientes participem destes debates, enriqueçam-nos com suas experiências e aprofundem os principais temas em disputa. As dificuldades para isto devem ser superadas dado que esta participação é fundamental para o fortalecimento da atividade revolucionária no Brasil, para que se adotem posições corretas na prática cotidiana e para que a classe operária venha a dirigir a luta de todas as classes oprimidas contra a ditadura.

1- A BURGUESIA A PEQUENA-BURGUESIA E AS LIBERDADES POLITICAS

De um modo geral, podemos constatar que o problema das liberdades políticas é o eixo de todas as alternativas políticas formuladas pelas tendências revolucionárias, as quais se diferenciam ao caracterizar mais concretamente aquelas liberdades e as maneiras de lutar por elas. Diferenças da maior importância, como veremos a seguir. De início, o que importa determinar é a existência desta preocupação comum, em termos gerais, e que ela corresponde a uma necessidade - cada vez mais sentida por parte da imensa maioria da população.

O ponto de partida para avaliar estas concepções de liberdades políticas só pode ser a análise da conjuntura que o país atravessa, especialmente no que diz respeito ao modo de conceber as liberdades políticas por parte das diferentes classes sociais em que se divide a população.

Vivemos hoje numa situação de crise política da ditadura, na qual esta procura de todas as formas os meios de aperfeiçoar seus métodos de dominação a fim de manter-se à frente dos negócios de Estado. Os velhos métodos, empregados durante a época do "milagre", onde o fruto da superexploração dos trabalhadores era o bastante grande e suculento para saciar a fome de todos os abutres, desde os pequenos até os grandes patrões, os velhos métodos, dizíamos, já não servem inteiramente para garantir a estabilidade de política do regime. A crise econômica em que o país mergulha cada vez mais diminui os lucros que os capitalistas podem obter e com isto a luta por estes lucros se intensifica; os fantasmas da falta de crédito e de capital, da falência e da sua conversão em assalariados, roubam o sono dos patrões. Quem será o primeiro a fechar? Quem será o homem de sorte que conseguirá se manter e que em pregará aqueles que falirem? Não, assim não é possível, pensam nossos esforçados capitalistas. Acostumados durante tantos anos a engordarem os bolsos com somas enormes de dinheiro não podem ver senão com desespero este fenômeno natu-

ral do capitalismo que é a crise econômica. E saem pelo país afora, como os antigos cavaleiros andantes medievais, em busca das bruxas e dos demônios que lhe causam tantos problemas. Como os trabalhadores não estão mobilizados, não estão em greve, de quem pode ser a culpa da catástrofe eminente? Só pode ser o governo, aquele que decide toda a política econômica e financeira do país. Se ja por corrupção, seja por incapacidade o governo é o culpado. Mas como apresentar suas queixas e pressionar por soluções a um governo todo poderoso como o brasileiro? Há pois que mudar o governo, suavizá-lo, raciocina a lógica dos burgueses, mas não mudá-lo muito para que não ocorram manifestações, greves e outras "desordens" que aumentem os problemas "do país". Um morno desejo de mudanças emana então de nossos capitalistas, desejo este que é de maior ou de menor intensidade, de alcance mais ou menos profundo, conforme a importância de cada capitalista e de sua clareza de visão.

Para os grandes, os monopolistas nacionais e estrangeiros, não de deve mudar muito, pois eles normalmente já têm acesso aos gabinetes dos ministros, para apresentarem suas reivindicações, a crise dificilmente os arruinará graças a seu enorme poder econômico e os riscos de um aumento das lutas operárias são percebidos por eles. Entre mortos e feridos - refletem - nos salvaremos todos. Para eles, as mudanças devem ser lentas, controladas e o mais superficiais possíveis. Já os demais capitalistas não podem pensar assim. Eles não têm praticamente nenhum acesso aos gabinetes dos ministros, as finanças de suas empresas são mais frágeis, a sua dependência dos monopolistas para o fornecimento de capitais, matérias primas e mercado é enorme. A visão que conseguem formar de seus escritórios apertados lhes mostra, de um lado, a bocarra feroz dos monopólios, e de outro, o descontentamento dos operários, mas um descontentamento desorganizado, que não produz maiores mobilizações e que eles julgam poder controlar. Para eles, a mudança deve ser um pouco maior, mas não sabem exatamente qual. Desejam exprimir o seu descontentamento com a situação e obter maiores garantias de crédito e de mercado para seus produtos, mas não desejam abrir mão da ditadura, da superexploração e opressão policial que ela exerce sobre as classes trabalhadoras.

As vacilações, as idas e vindas da oposição liberal, do MDB, mostram precisamente o comportamento destes capitalistas; desejam mudanças mas não sabem exatamente quais; necessitam do apoio das classes oprimidas (já que não conseguem nem nas forças armadas e nem no restante do governo) mas um apoio sem contestações; para conseguir este apoio absorvem algumas das reivindicações dos oprimidos, adaptando-as às suas conveniências, sem no entanto empenhar-se em defendê-las. Os políticos liberais são

contra o arrocho, é claro, e propõem-se a "lutar" contra ele sentados confortavelmente nas poltronas macias colocadas à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre os salários; são a favor do direito de greve e da liberdade sindical, desde que "responsáveis", isto é, desde que não se façam greves e nem se utilize a liberdade sindical para colocar entraves no funcionamento da vida econômica do país, pois não pode existir "liberdade sem responsabilidade", são contra a violência policial, as torturas, aos presos políticos e a favor de uma anistia a todos os perseguidos, mas são covardes o suficiente para adotarem qualquer posição concreta acerca destes problemas a fim de não provocar a ira dos donos do poder. Está aí o Senador Franco Montoro, do MDB de São Paulo com seu livro "Da Democracia que temos à Democracia que queremos"; está aí o "autêntico" senador Marcos Freire, MDB de Pernambuco, formulando malabarismos, para incluir os aspectos "indispensáveis" do AI-5 na Constituição; está aí o senador Orestes Quércia, MDB de São Paulo, que quando prefeito de Campinas ostentava em seu gabinete um imenso retrato do ditador Médici, a defender a criação de uma Assembléia Constituinte. Os exemplos são numerosos e basta ter a paciência de ler as páginas de política nacional dos jornais burgueses, e acompanhar da cretinice de que são vítimas "os nossos" políticos, para se dar conta do caráter de classe burguês da quase totalidade destes políticos e para se dar conta que do caminho parlamentar que advogam nada de concreto se pode esperar em termos de conquista de liberdade.

É mais que evidente que o descontentamento de diferentes setores da classe capitalista com a ditadura não significa uma superação desta forma de dominação de classe no país. Não significa e nem poderia significar, pois um país econômico, política e culturalmente subdesenvolvido, associado e dependente do imperialismo internacional, só é capaz de manter um funcionamento aceitável de suas atividades econômicas (do ponto de vista capitalista) se mantém os trabalhadores acorrentados a uma superexploração desenfreada. É esta superexploração que permite os "milagres", os surtos de grande desenvolvimento econômico que, ao contrário de diminuir, aumentam as desigualdades e as deformações inerentes à sociedade capitalista. Para que os apetites de lucro dos capitalistas sejam saciados, torna-se indispensável um regime policial que transforme todo o território do país numa gigantesca prisão para os trabalhadores, onde são praticadas as mais diversas arbitrariedades. Seria um absurdo acreditar que a burguesia pudesse dispensar num país como o nosso, um regime policial. Ela só o faria em termos de hipóteses, caso a repressão das massas oprimidas tornasse interessante um recuo a fim de evitar que as massas trabalhadoras compreendam de uma vez por todas que a única maneira

de obter e garantir as suas liberdades políticas é assumirem elas mesmas o poder político. Mesmo que este recuo da burguesia aconteça, ele será apenas passageiro, temporário, para quebrar o ímpeto das massas oprimidas e refazer as suas forças, a partir do que, voltaria a adotar uma forma de governo abertamente reacionária e policial.

O caminho percorrido recentemente por países semelhantes ao nosso pela sua base produtiva, seu subdesenvolvimento e sua dependência e associação ao imperialismo, sobretudo na América Latina mas também em outras partes do mundo, é um exemplo disto. O fim da ditadura militar argentina concebida por Lanusse e a trajetória do governo peronista (saída de Cãmpora, governo de Peron e a seguir de Isabelita e Lopes Rêga) indicam claramente este recuo temporário seguido de uma escalada repressiva cada vez maior sobre os trabalhadores até a readoção de um regime reacionário e policial sem nenhuma máscara.

A burguesia como um todo não é democrática e nem acredita ser democracia a forma de governo que melhor lhe convém. Seu descontentamento com a ditadura não a transforma em defensora das liberdades políticas e nem a leva a questionar o regime policial em que vivemos. Seus desejos de mudanças limitam-se a retoques, a reformas parciais, a aperfeiçoamentos dos métodos de dominação de classe no país com base numa ditadura adaptada às novas circunstâncias. Mesmo a atuação do MDB não representa outra coisa - que o comportamento de setores descontentes da classe dominante frente ao regime visando reformá-lo sem contudo mudar-lhe o que é essencial - a função repressiva sobre as classes trabalhadoras. Nada disto impede, entretanto, à burguesia de empregar um recuo temporário durante o qual ela procurará mostrar-se como a defensora mais leal da democracia. Esta primeira fonte de liberdade é portanto falsa, é uma miragem projetada hoje por setores descontentes da burguesia para enganar as classes oprimidas com o objetivo de pressionar o regime por reformas.

A segunda fonte de liberdades políticas no momento atual é representada pelas lutas de resistência democrática da pequena-burguesia. Constituída principalmente de assalariados, a pequena burguesia sente o peso da crise da diminuição da oferta de empregos colocados à disposição e na redução de seus salários, coisas que barram para ela os sonhos de ascensão social. Durante os anos de "milagre", a pequena burguesia foi quase inteiramente neutralizada pela ditadura, mas agora isto não acontece. Suas parcelas mais conscientes e politizadas, ao tentarem esboçar seu protesto com a situação são implacavelmente reprimidas pelo regime que não pode conceder-lhes liberdade de expressão (e mesmo de organização) por temer a repercussão que isto teria na

classe operária.

O agravamento da crise política da ditadura pode ser medido em grande parte pela diminuição de sua influência sobre a pequena-burguesia, dado que o regime sempre se preocupou em ostentar uma fachada democrática que as classes médias ajudaram a compor e a sustentar. Quando estas lhe retiraram o apoio (ou mesmo a neutralidade) eleitoral e voltaram-se para o MDB, a ditadura se desespera em compor uma nova fachada que seja tão aceitável quanto a anterior, mas não o consegue. E o pior para o regime é que, paralelamente ao esvaziamento de sua influência na pequena-burguesia, aumenta no interior dela a representatividade de suas parcelas mais politizadas. Tal como em 67 e 68 estudantes, intelectuais e artistas, entre outros, ganham simpatias dos demais setores graças à coragem de seus desafios à ditadura.

A incapacidade do regime em atender as suas necessidades de ascensão social, e principalmente, a repressão que se abate sobre as atividades profissionais e suas lutas reivindicatórias, levam uma vez mais a pequena burguesia a estabelecer o esquema "ditadura ou democracia". O caráter de classe desta forma de governo não é pensado e nem levado em conta. Nem o é tampouco o fato de que a democracia é uma noção histórica que varia de acordo com as épocas. Aliás, seria um absurdo esperar que a pequena-burguesia se questionasse desta maneira. O que importa para ela é que o atual governo, além de não apresentar alternativas à crise econômica que reduz os salários e a oferta de empregos (o que efetivamente a ditadura não pode fazer no momento), não permita que o "povo" expresse suas "justas reivindicações" e adote as medidas que lhe são mais convenientes. Comportamento mais que natural, pois parte de uma classe intermediária na sociedade, espremida entre a burguesia e o proletariado e que tende sempre a acreditar que seus anseios e ilusões, por se oporem tanto à reação burguesa quanto ao radical proletariado, representam os interesses do povo.

Este é o credo democrático que a pequena burguesia reza hoje, assim como reza nas marchas com Deus, pela Família e pela propriedade privada o enterro da democracia populista em 1964. Naquela época a democracia significava o fim da corrupção, o fim da subversão, a ordem e a disciplina do trabalho. Hoje significa o fim da censura, do AI-5, eleições livres e uma nova Constituição. É de fundamental importância assinalar, ao levantar estas palavras de ordem, a pequena-burguesia não se coloca a favor de uma derrubada da ditadura, mas, pelo contrário, ela se coloca a favor de um "fim" da ditadura através de um processo de reformas de regime. Precisamente por isso, as reivindicações da pequena-burguesia não se dirigem contra as bases de sustentação da ordem de superexploração e opressão policial, mas sim, aspectos "parciais" destas ba-

ses. Por este motivo, é impossível (para um revolucionário, claro) separar estas reivindicações de um programa de poder pequeno burguês, de uma luta reformista contra a ditadura. Assim como é inconsequente assimilar servilmente as reivindicações políticas da pequena-burguesia e transformá-las no centro da agitação revolucionária.

No Brasil atualmente, a pequena-burguesia é a principal interessada na conquista destas liberdades, na conquista desta democracia, na conquista de um governo que se identifique com ela. No entanto, ela não tem condições de levar a diante suas alternativas de modo independente por não ser uma das classes fundamentais da sociedade. Nas lutas de classe da sociedade capitalista a pequena-burguesia termina sempre por apoiar direta ou indiretamente as alternativas ou da burguesia ou do proletariado. Hoje, como o proletariado não está presente nas lutas políticas com sua alternativa de classe, a pequena-burguesia se aproxima da posição liberal e sua influência no interior do MDB tende inclusive a crescer, seja através de eleições, seja como consequência das lutas de massa (estudantis, por exemplo) fazendo com que a oposição liberal se apresente, nestas circunstâncias como a autêntica representante da pequena-burguesia democrática. Mas o resultado deste caminho de luta contra a ditadura seria ou um governo democrático burguês instável e transitório (no caso de um recuo da ditadura e da burguesia), ou uma ditadura "mais suave" e "compreensiva".

2-A DIREÇÃO OPERÁRIA NA LUTA CONTRA A DITADURA

Como vimos acima, a burguesia em seu conjunto não é democrática e nem favorável às liberdades políticas, o que não a impede de vestir uma máscara de democracia temporariamente. A pequena-burguesia por seu lado, é uma representante entre aspas das liberdades políticas, tanto pelas suas vacilações, pela incerteza de seus passos, ora à direita ou à esquerda, quanto pela sua fé irracional numa liberdade e democracia irreais, que levam a uma perspectiva reformista de luta contra a ditadura.

O proletariado é, em nosso país, a única fonte de verdadeiras liberdades políticas. Em primeiro lugar, porque ao contrário da burguesia, não vê na liberdade uma maneira de enganar o povo, pois as liberdades que desejam interessam à maioria do povo, à todas as classes oprimidas, principalmente aos trabalhadores. Em

segundo lugar, porque, ao contrário da pequena-burguesia, o proletariado não tem necessidade em acreditar em utopias reacionárias mas sim em liberdades políticas reais, concretas. Em terceiro lugar como consequência, o proletariado é a única classe interessada num combate radical e sem vacilações contra a ditadura, a única classe interessada em eliminar as raízes da ditadura a fim de que estaerva daninha não mais cresça, a única classe interessada em derrubar a ditadura - policial por métodos revolucionários, por meio de um levantamento armado das classes trabalhadoras. Em quarto lugar, porque o proletariado é a única classe interessada em sustentar sem reservas um governo que se comprometa efetivamente com verdadeiras liberdades políticas para os trabalhadores e que se comprometa em adotar medidas capazes de garanti-las. E o mínimo que se pode afirmar acerca de reivindicações do tipo de "liberdade" e "democracia" em geral, assim como de "liberdades democráticas", é que não expresse com clareza estas particularidades - do comportamento do proletariado frente às verdades políticas.

Se não estamos intoxicados com a fé da pequena-burguesia e seu Credo democrático, é nossa obrigação definir o que chamamos de liberdades políticas, quais são elas. Sim, porque não se pode falar em liberdade em geral ou em democracia em geral e querer permanecer dentro de um ponto de vista revolucionário. A liberdade e a democracia em geral não existem, o que existe é a liberdade e a democracia que cada classe formula como seu projeto político. Para os capitalistas, a liberdade significa a liberdade de explorar e oprimir o trabalho assalariado, a liberdade de reprimir as massas trabalhadoras quando estas se levantam contra as condições de vida que lhes são impostas. Para os capitalistas, a democracia é uma das maneiras pela qual ela pode exercer a sua dominação de classe, mantendo a opressão sobre os trabalhadores por meio de métodos mais sofisticados, mais "educados", de frases bonitas e adocicadas que se apoiam no atraso e nos preconceitos - que a burguesia procura cultivar na consciência do proletariado.

Para a pequena burguesia, a liberdade e a democracia são o mistério personificado no Estado, é Deus-Pai Voto, Deus-Filho Parlamento e Espírito Santo Constituição, mistério impenetrável e impossível de se compreender, mas que "todo homem sente dentro de si quando, através de seu voto, decide o futuro do país". Na sociedade real, este mistério converte-se numa arma poderosíssima para a burguesia manter o seu poder político através do engano das massas trabalhadoras. É por esta razão que "liberdade" e "democracia" estão escritas em relevo nos programas e nas bandeiras dos oportunistas de todo o mundo, os quais estão comprometidos em preservar a dominação de classe da burguesia. Por este mesmo motivo, os verdadeiros revolucionários estão obrigados -

em todo o mundo em não falar em "liberdade" e em "democracia" em geral, a utilizar estas palavras com o máximo cuidado, deixando sempre bem exposto o caráter - de classe que dão a elas.

Para o proletariado, a liberdade e a democracia não são meios nem frases para enganar o povo, e por isso correspondem às medidas concretas que são necessárias para garantir as liberdades políticas para a imensa maioria da população, para as classes trabalhadoras. Medidas - que, para cumprir este objetivo, significam também repressão contra a minoria de parasitas e exploradores que, até desapaecerem inteiramente da face da terra, - continuarão lutando por seus privilégios com as armas que estiverem ao seu alcance. O proletariado não tem necessidade de enganar o povo porque não tem nenhum tipo de privilégio a defender; o proletariado não tem necessidade de acreditar em utopias reacionárias porque o lugar que ocupa na sociedade permite-lhe ver que a verdadeira liberdade é inseparável do trabalho produtivo, isto é, será aquela forjada pelos trabalhadores de acordo com as necessidades de desenvolvimento da produção social.

É evidente que, para expressar estas particularidades do comportamento do proletariado frente às liberdades políticas para diferenciar com precisão este comportamento do adotado pelas demais classes, não se pode assumir as reivindicações destas classes como se fossem as do proletariado. Ou será que esta distinção não é necessária? Ou será que dar um caráter de classe à luta contra o poder não é necessário? Ou será que essas reivindicações que adotamos não devem expressar os nossos compromissos com o proletariado revolucionário? Pelo contrário, esta distinção, este caráter de classe e estes compromissos devem aparecer não apenas nos programas e na propaganda dos objetivos finais dos comunistas, mas também nas reivindicações e palavras de ordem que os revolucionários adotam para a prática cotidiana. Esta distinção, este caráter de classe e estes compromissos, representam condições fundamentais para forjar uma consciência independente na classe operária, para dirigi-la rumo às suas perspectivas revolucionárias. Sem isto nossa atividade no seio da classe operária teria como resultado a confusão e o fortalecimento dos preconceitos pequenos burgueses na consciência das massas trabalhadoras. E a pior coisa para um revolucionário é criar confusão nas questões fundamentais, pois isto equivale a um escorregão em direção ao oportunismo.

Todos são unânimes em reconhecer - que, no Brasil atualmente, a ditadura é o principal obstáculo à conquista de liberdades políticas. Pois bem, o proletariado não está interessado em realizar reformas superficiais na ditadura reformas que mantenham a superexploração e a opressão policial que ela exerce. Todos provavelmente são unânimes em reconhecer que a liberdade e a democracia em geral não

existem, e que as perspectivas de poder da pequena-burguesia são utópicas e reacionárias. Pois bem, o proletariado não está interessado apenas no final do AI-5, mas sim no de toda a legislação repressiva, uma vez que antes do AI-5 o proletariado já não gozava de liberdades políticas (isto mesmo antes do golpe de 64); o proletariado não está interessado em liberdade a todos os partidos políticos, e uma vez que não tem o menor interesse em conceder liberdade de ação para os partidos burgueses reacionários; o proletariado não está interessado em lutar apenas por eleições livres, deixando de lado as medidas que anulam a influência política e ideológica do poder econômico que a burguesia concentra em suas mãos, pois isto seria enganar os trabalhadores uma vez que estas eleições não seriam de forma alguma livres; o proletariado não está interessado em lutar apenas contra a censura à imprensa, deixando de lado as medidas que grantam aos trabalhadores o controle dos monopólios de informação - que a burguesia detém em suas mãos (jornais, rádio, televisão), pois também isto seria enganar os trabalhadores uma vez que seria a mesma coisa que lutar pela liberdade de informação para a burguesia, isto é, liberdade para a burguesia distorcer os fatos e a realidade segundo seus interesses, etc, etc.

É mais que evidente que aqui falamos dos interesses do movimento operário em seu conjunto, em termos das liberdades políticas que interessam o proletariado. Hoje estes interesses não são conscientes para a maioria dos explorados, mas ca-be justamente aos operários de vanguarda e às tendências revolucionárias torná-los conscientes. Para isto é necessário - desde já defender estes interesses, divulgando-os através da agitação e propaganda revolucionária e combatendo a sua diluição em programas ou reivindicações democráticas em geral pois isto nada mais é que limpar o terreno das lutas de classes das utopias reacionárias formula-das pela pequena burguesia.

Os fundamentos, as bases essenciais que permitem definir uma ação consequente na luta contra a ditadura, estão claramente expressos nas "Resoluções sobre o Programa":

"... a) o caráter da revolução brasileira em sua atual etapa é socialista; b) o proletariado industrial é a força principal na luta pelo poder e pelas transformações econômicas na sociedade; c) o governo revolucionário dos trabalhadores da cidade e do campo é a forma de governo provisório mais adequada aos interesses dos trabalhadores brasileiros - em sua luta contra o poder político da burguesia que, no atual estágio das lutas de classe, tem na ditadura aberta das classes dominantes, a forma mais viável de poder; d) a luta pela completa liberdade de manifestação e organização das classes trabalhadoras e a luta pela conquista de um governo revolucionário provisório são inseparáveis uma da outra, e

constituem a principal tarefa do proletariado na luta pelo socialismo e por sua ditadura; e) para levar à prática esta tarefa, o proletariado consciente necessita atrair para si as massas proletárias ainda sob influência da burguesia ou da pequena-burguesia, os camponeses pobres e setores da pequena-burguesia urbana; f) na luta para influir sobre as massas proletárias e para atrair os camponeses pobres e parcelas da pequena-burguesia urbana, o proletariado consciente terá que voltar seus golpes contra a democracia pequeno-burguesa, representada pelo populismo, reformismo, liberalismo, etc., a fim de isolá-las das massas populares que formam a base política para a transição ao socialismo".

Eis aí os fundamentos de uma tática consequente sem mistificações, sem afirmações truncadas. Todo revolucionário e todo operário de vanguarda deve analisar estes pontos com profundidade e ver como eles estão interligados, relacionados entre si, de tal modo que "concordar" com alguns e negar os restantes significa na verdade negar todo o conjunto. Sim, porque em verdade não se pode defender o caráter socialista da revolução e abdicar das tarefas que ela impõe. Mesmo numa situação difícil como a que vivemos, em que a nossa atividade parece estar muito longe dos grandes combatentes do proletariado consciente, os interesses do proletariado não deixam de estar presentes na prática cotidiana, condicionando as reivindicações e as palavras de ordem que adotamos. E isto não significa apenas profissões de fé no socialismo ou no comunismo em geral, não significa apenas "propaganda" do socialismo enquanto que na prática cotidiana adotam-se reivindicações e palavras de ordem que têm como resultado a separação da luta contra a ditadura da luta pelo socialismo, como se estes fossem dois processos revolucionários distintos, como se a luta contra a ditadura tornasse necessário adiar para o futuro a defesa de interesses verdadeiramente proletários.

Na luta contra a ditadura o proletariado revolucionário está interessado em destruir inteiramente as bases de sustentação do regime reacionário da burguesia - a máquina montada para pôr em funcionamento e assegurar a ordem de superexploração e opressão policial - e isto só acontecerá se a ditadura for aniquilada, se ela for derrubada por meio de um levantamento armado das massas trabalhadoras visando a formação de um governo revolucionário provisório sustentado pelas organizações de poder dos trabalhadores.

De um modo mais pormenorizado, na luta contra a ditadura o proletariado está interessado em derrubar o arrocho salarial e conquistar um aumento geral de salários juntamente com o congelamento dos preços e garantia de emprego a todos os trabalhadores da cidade e do campo. Isto é, em suprimir definitivamente a superexploração, o que implica também, entre outras coisas, a encampação dos mono

polios nacionais e estrangeiros, a encampação de todas as instituições financeiras, o controle operário da produção, a nacionalização da terra, a posse da terra pelos camponeses que a cultivam. Todas estas medidas são indispensáveis para suprimir definitivamente a superexploração.

Na luta contra a ditadura, o proletariado revolucionário está igualmente interessado em conquistar o direito irrisório de se manifestar e organizar politicamente, para si e para todos os trabalhadores. Isto é, em suprimir definitivamente a opressão, o que implica também, entre outras coisas, no fim de toda a legislação repressiva, no reconhecimento das organizações de base (nas fábricas, bairros, sindicatos, etc) como órgãos de poder, na liberdade para os partidos e organizações das classes oprimidas e na supressão dos partidos burgueses e reacionários comprometidos com a ditadura, na encampação e controle operário dos monopólios de informação (jornal, rádio, televisão). Todas estas medidas são indispensáveis para suprimir definitivamente a opressão.

Finalmente, na luta contra a ditadura o proletariado está interessado no fim da repressão e da máquina repressiva da ditadura, principal instrumento que permite a esta exercer a superexploração e a opressão sobre os trabalhadores. Isto é, em suprimir definitivamente a repressão policial a serviço da burguesia, o que implica também, entre outras coisas, o armamento dos trabalhadores, o aniquilamento de qualquer resistência armada da burguesia, a instalação de tribunais populares, e o julgamento dos responsáveis pela tortura, pelos crimes e assassinatos praticados pela ditadura. Todas estas medidas são indispensáveis para suprimir definitivamente a repressão da ditadura policial da burguesia.

Estas medidas em seu conjunto correspondem a reivindicações que se dirigem contra as bases de sustentação do regime a fim de destruí-lo. Como qualquer pessoa pode notar, elas não isolam artificialmente o caráter policial do governo de seu conteúdo de classe burguês, capitalista.

Em outros termos, não separa a ditadura do Estado burguês, já que aquela na da mais é que a maneira atual (e a mais estável para a burguesia) da dominação capitalista no país. A conclusão que se pode tirar deste raciocínio é que a obrigação, o dever dos revolucionários e dos operários de vanguarda é travar a luta contra a ditadura inseparavelmente da luta pela formação de um governo dos trabalhadores sustentado pelas organizações de poder dos trabalhadores, fundindo-as numa única coisa: uma alternativa proletária à ditadura policial. Este governo dos trabalhadores, não é ainda a ditadura do proletariado pois entre suas tarefas não está a socialização dos meios de produção mas sim um governo transitório, surgido de um combate radical e consequente à ditadura, que prepare a luta por esta ditadura e pela construção do socialismo.

Isto no plano político. No plano teó

rico este governo corresponderia ao governo operário e camponês proposto pela "Resolução sobre a Tática" aprovada no IV Congresso da Internacional Comunista, o último em que Lenin participou:

"Um governo deste tipo - afirma a 'Resolução' - só é possível se surge da luta de massas, se se apoia em organismos operários aptos para o combate e pelos mais vastos setores das classes oprimidas. Um governo operário surgido de uma combinação parlamentar também pode proporcionar a revitalização do movimento operário revolucionário. Mas é evidente que o surgimento de um governo verdadeiramente operário e a existência de um governo que realize uma política revolucionária deve conduzir à luta mais encarniçada e eventualmente à guerra civil contra a burguesia". (1)

Assim abordou a questão a III Internacional. Em nosso país a história transcorrerá assim? Será aos resultados acima expostos que as lutas de classes no Brasil nos conduzirão? Não o sabemos e nem podemos adivinhar. Mas é nossa obrigação jogar todas as esperanças na possibilidade de mais avançada de desenvolvimento das lutas de classes, naquela em que o proletariado possa tirar melhor proveito e se movimentar mais livremente, e trabalhar com paciência, energia e tenacidade para que se torne realidade. E é inegável que a luta mais consequente contra a ditadura é aquela que ataca as suas bases de sustentação; que as reivindicações mais ajustadas são aquelas que implicam na supressão destas bases de sustentação; que a alternativa de poder ou governo mais adequada a tudo isto (e único capaz de garantir tudo isto verdadeiramente) só poderá ser um governo revolucionário provisório sustentado pelos trabalhadores.

3.- A REIVINDICAÇÃO DE ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

Quando mais atrás fizemos algumas observações acerca da maneira truncada pela qual se procura expressar os interesses políticos do proletariado através das reivindicações democráticas, uma delas (e não a menos importante) foi deixada propositalmente de lado: a Assembléia Constituinte. Entendida num contexto democrático geral (liberdade para todos os partidos políticos, eleições livres, etc.) esta reivindicação não é nada mais que a formalização da proposta de se lutar por uma alternativa burguesa de poder e de se lutar por um caminho reformista de luta contra a ditadura, implicando no reconhecimento de uma etapa democrática na revolução brasileira. Neste contexto democrático uma Assembléia Constituinte não implica-

1- "Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista", cadernos de Pasado y Presente nº 47 (Siglo XXI Argentina Editores S/A, 1973), pag. 187.

ria nem mesmo na derrubada da ditadura, como o compreendem claramente diversos parlamentares burgueses que vêm numa Assembléia Constituinte o passo inicial no "aprimoramento das instituições democráticas do país" e na "volta ao Estado de Direito".

No entanto, alguns companheiros podem argumentar que a Assembléia Constituinte pode ser a forma através da qual pode-se apresentar o governo revolucionário provisório, o governo dos trabalhadores. Examinemos este raciocínio:

Para que uma Assembléia Constituinte venha a representar a forma de um governo deste tipo, seria necessário que a sua convocação não fosse determinada por um critério democrático geral (eleições livres, liberdade para todos os partidos políticos) mas sim por um critério de representação especial que garantisse ao proletariado e às demais classes trabalhadoras a maioria dos assentos desta Assembléia. Isto porque seria uma ilusão pretender que as classes oprimidas possam fazer frente, em pé de igualdade, neste terreno, com as classes dominantes. O poder econômico, a força dos preconceitos e tradições fortemente arraigadas entre as parcelas mais atrasadas das massas oprimidas, ao lado de uma série de outros fatores que acompanham a dominação de classe na sociedade capitalista, impedem que estas eleições sejam de fato livres e que seu resultado seja uma maioria de representantes para as massas trabalhadoras.

Não corresponde portanto a um ponto de vista revolucionário a adoção de critérios democráticos em geral para a eleição de uma Assembléia Constituinte. Quanto aos critérios especiais que falamos acima, temos uma experiência semelhante na própria América Latina: a Assembléia Popular formada na Bolívia durante o governo de Torres (1971). O artigo número 1 de seus estatutos a definia do seguinte modo:

"A Assembléia Popular é uma frente revolucionária anti-imperialista dirigida pelo proletariado". (2)

Seu artigo número 3 definia os critérios de representação:

"A representação proletária será sempre de 60% (sessenta por cento) do total para efetivar sua direção política dentro da frente anti-imperialista. A mesma proporção será observada quando da constituição dos organismos de direção e das comissões, assim como das Assembléias que funcionem nas capitais de departamento e nos locais de trabalho". (3)

Esta composição era a seguinte:

- delegados das organizações sindicais operárias = 132
- delegados das organizações sindicais da peg. burg. = 52
- delegados das organizações camponesas = 23
- delegados dos partidos políticos das classes oprim. = 11 (4)

TOTAL = 218

Uma Assembléia nestas condições seria inegavelmente uma forma de governo revolucionário, não importa se represen-

tando um duplo poder, isto é, de um governo revolucionário existindo ao mesmo tempo que um governo burguês (como o foi na Bolívia) ou se surgindo da derrubada do governo burguês.

Entretanto, reivindicar uma Assembléia como esta não seria de nenhuma utilidade no momento, dado que as lutas políticas no país ainda estão muito embrionárias e sobretudo porque o seu desenvolvimento fatalmente impulsionará a organização das massas trabalhadoras de modo a indicar a forma mais adequada de se constituir o governo revolucionário em nosso país. Assim o governo revolucionário poderá ser sustentado ou pelas próprias organizações de base dos trabalhadores, ou por conselhos de deputados operários, camponeses e soldados (como na Rússia), ou por organismos semelhantes aos cordões industriais criados pelos trabalhadores chilenos, etc., pois o proletariado é sempre mais criativo em sua luta do que os "teóricos" que procuram entregar-lhes fórmulas prontas. Mesmo hoje ao estimularmos a criação de formas embrionárias de organização independente da classe operária (como os grupos que se organizam nas fábricas para sustentar um movimento combativo de oposição ao sindicalismo pelego), compreendendo a necessidade destes organismos se fortalecerem, se generalizarem por todos os locais de trabalho e conquistarem uma representatividade ampla entre as massas trabalhadoras, levamos em conta que estas organizações de base poderão perfeitamente vir a representar as principais bases de sustentação sobre as quais se sustentará o governo dos trabalhadores, seja qual for a forma que ele tome".

Se, por um lado, se pensar em argumentar que "Lenin também defendia a Assembléia Constituinte", não invoquem seu nome em vão. Lenin e os bolcheviques jamais foram defensores do democratismo pequeno-burguês e falavam em Assembléia Constituinte em situações bem concretas de sua revolução e num sentido claramente revolucionário. Já em 1905 ele escrevia:

"Com efeito, tomai esta palavra de ordem que já se tornou corrente, adotada por todos: Assembléia Constituinte, eleita por sufrágio universal, etc. Ela é suficiente do ponto de vista de uma democracia conseqüente? Ela é suficiente do ponto de vista dos objetivos revolucionários do momento? Só podemos responder estas perguntas pela negativa. Para nos convenceremos disto, basta olhar atentamente o programa do nosso partido... Também nosso programa faz da Assembléia Constituinte de todo povo (estando entendido que 'povo inteiro' quer dizer, por abreviação, assembléia eleita por sufrágio universal, etc.) sua pedra angular. Mas esta palavra de ordem não está lá sozinha. Ela está colocada em tal contexto com tais condições e comentários que es-

2- "Documentos del Movimiento Obrero Boliviano" (Ediciones Masas, Chile, sem data), pag. 131.

3- Idem, pag. 131.

4- Idem, pag. 128.

tá excluída qualquer falsa interpretação por parte daqueles que combatem pela liberdade com a mínima consciência, ou mesmo dos que combatem contra a liberdade. Esta palavra de ordem figura em nosso programa em função do seguinte: 1) DERRUBADA da autocracia czarista; 2) substituição da autocracia pela REPÚBLICA democrática; 3) SOBERANIA DO POVO garantida por uma constituição democrática, isto é, concentração de TODO o poder político, supremo nas mãos de uma Assembléia Legislativa". (5)

Compreenderam? Isto em 1905, numa conjuntura em que a revolução ganhava as ruas, numa etapa em que o objetivo dos revolucionários era derrubar a monarquia autocrática e liquidar os restos do feudalismo, isto é, numa etapa em que a revolução era democrático-burguesa. Mesmo depois, nos anos de descenso, a reivindicação de Assembléia Constituinte não era uma das principais. E mesmo depois da queda da monarquia em fevereiro de 1917, ela continua figurando cercada de "condições" e "comentários", sendo as reivindicações principais a "paz imediata" (retirada da Rússia da guerra inter-imperialista iniciada em 1914), "pão" que saciasse a fome dos trabalhadores (controle operário da produção e confisco pelo Estado dos estoques de alimentos), e "terra aos camponeses"; jamais portanto a Assembléia Constituinte figurou como palavra de ordem principal na agitação política dos bolcheviques.

O que dizer de nós, no Brasil, numa etapa em que a revolução é socialista, e especialmente numa conjuntura em que o proletariado não está presente nas lutas políticas e em que o democratismo pequeno-burguês está em pleno vigor? Logicamente que, do ponto de vista dos objetivos da revolução, não tem sentido falar na "constituinte", e do ponto de vista da prática imediata ela é inteiramente incorreta, pois favorece o democratismo pequeno-burguês em detrimento das perspectivas proletárias.

Em termos de hipótese, só teria sentido apoiar a convocação de uma Assembléia Constituinte numa situação em que a burguesia não estivesse em condições de controlá-la politicamente nem de utilizá-la como freio para o movimento de massas. Aí, uma Assembléia Constituinte poderia ser importante para a educação política dos trabalhadores, para libertá-los das ilusões e preconceitos, pois o proletariado estaria gozando de amplas liberdades políticas e a dinâmica de suas lutas não seria paralizada por esta constituinte.

Nenhuma destas condições existe hoje, e não estamos nem mesmo numa situação em que a queda da ditadura esteja iminente. Adotar nestas circunstâncias a reivindicação de Assembléia Constituinte é apostar na possibilidade mais atrasada de desenvolvimento das lutas de classe (que não assegura sequer a queda da ditadura), abdicando de trabalhar pela mais avançada (que vise a formação de um governo revolucionário provisório). Numa conjuntura em que setores da burguesia expressam seu descontentamento com a di-

tadura e em que o democratismo da pequena-burguesia cresce, ambos empunhando a bandeira da Constituinte, falar em "liberdade democrática", e "Assembléia Constituinte" é abraçar as perspectivas da pequena-burguesia e rechaçar a formação de uma consciência independente no movimento operário.

4.- INTERESSAM AS "LIBERDADES DEMOCRÁTICAS" AO PROLETARIADO CONSCIENTE?

Mas reivindicações que a pequena-burguesia formula, tais "liberdades democráticas", "fim do AI-5", "liberdades para todos os partidos políticos", etc. não interessam ao proletariado? Estas reivindicações não podem representar objetivos parciais na luta por um governo revolucionário provisório? Tais são as questões levantadas por alguns companheiros. Vejamos por partes.

Certamente que nenhum operário consciente irá afirmar que é melhor lutar pelo socialismo sob as botas assassinas de uma ditadura aberta e sanguinária da burguesia do que sob os fraques e cartolas de um governo democrático-burguês. Principalmente nós, depois de 12 anos de repressão intensa não podemos pensar de modo algum assim (uma posição como esta seria mais propriamente caso para um psiquiatra que para um político). Entretanto, só um reformista, só quem tenha abandonado a dialética de Marx pode retirar deste raciocínio uma concepção mecânica: primeiro se luta contra a ditadura, depois então veremos como chegar ao socialismo. Pelo contrário, a nossa atividade deve revelar aos olhos das classes trabalhadoras a necessidade de fundir num todo indissolúvel a luta contra a ditadura e a luta por um governo revolucionário provisório.

Em razão disso, reivindicações do tipo de "liberdades democráticas", "fim do AI-5", "eleições livres", etc. interessam e não interessam ao proletariado ao mesmo tempo. E não há aqui nenhum jogo de palavras. A generalidade e a amplitude destas reivindicações são nas interpretações de acordo com o desejo de cada um. Não é por acaso que todos os defensores de "liberdades democráticas" se esforçam por dar cada um deles a sua interpretação desta reivindicação; não é por acaso que em seus documentos, jornais e outros materiais afirmam que "o que entendemos por liberdades democráticas é...", "as liberdades democráticas que de sejam são...", "lutar por liberdades democráticas significa lutar por..." e assim por diante.

Mas, em política, não é o desejo (por mais sincero que ele seja) dos seus defensores que dá o sentido das reivindi-

- 5- "Os objetivos democráticos do proletariado revolucionário", artigo publicado no "Proletari" nº 4 (17 de junho de 1905), Lenin - Oeuvres, tomo 8.

cações e das palavras de ordem, mas sim a situação política existente, isto é, as alternativas de classe presentes nas disputas políticas. Atualmente há um nítido predomínio das idéias e das reivindicações da pequena-burguesia na resistência dos oprimidos à ditadura, uma vez que o proletariado não está consciente, organizado e mobilizado para defender um caminho próprio (e o único consequente) na luta contra o regime. As reivindicações democratas têm sua origem e seu maior interesse na pequena-burguesia, o seu caráter geral e ambíguo corresponde às ilusões do programa de poder pequeno-burguês. Abraçar este democratismo representa ou uma traição aberta ao proletariado revolucionário, ou um seguidismo em relação à pequena-burguesia ou ainda uma indefinição mais precisa das posições por parte das tendências de esquerda do país, independente de estarem elas conscientes ou não disto. E se falamos nestas três opções é porque o caráter embrionário das lutas operárias e a não consolidação das posições que as Organizações revolucionárias assumiram em seu processo de auto-crítica são fatores decisivos que condicionam qualquer análise do democratismo defendido por estas tendências.

As lutas de resistência da pequena-burguesia interessam ao proletariado na medida em que revelam o descontentamento da pequena-burguesia com a ditadura policial, na medida em que as suas lutas desgastam a ditadura, fornecem exemplos importantes de combatividade e permitem aos que atuam nestes movimentos agitar as reivindicações mais avançadas em termos de liberdades políticas, tentando dirigir estas lutas de acordo com os interesses do proletariado. Já as liberdades democráticas que surgem como bandeiras de luta nestes movimentos não interessam ao proletariado na medida em que expressam as perspectivas de poder da pequena-burguesia com as quais se pretende dirigir a luta contra a ditadura; na medida em que levam a uma luta reformista contra o regime. Essa afirmação não significa que a classe operária seja contrária por princípio a quaisquer liberdades democráticas nem que a pequena-burguesia, ao defender a liberdade em geral, converte-se automaticamente num inimigo da classe operária. Os anseios das classes oprimidas em termos de liberdades, inclusive os da pequena-burguesia democrática, só tem um significado concreto no programa do proletariado revolucionário e só são viáveis com a derrubada da ditadura, o que equivale a dizer que só são viáveis por meio da luta revolucionária cuja vanguarda deve ser assumida pela classe operária. Neste sentido os revolucionários não devem se deixar embriagar pela resistência que setores da pequena-burguesia opõem à ditadura, abdicando de defender antes de tudo e em primeiro lugar os interesses políticos do proletariado consciente. Mesmo nas lutas de massa que estejam dominadas pelas idéias democráticas em geral os revolucionários, assumindo um compromisso (não escrito nem verbal) com o movimento, procuram fazer com que ele vá o mais longe pos-

sível, apresentado as alternativas mais avançadas e desenvolvendo uma agitação e propaganda revolucionária.

Quando se pergunta normalmente se as "liberdades democráticas" interessam ou não ao proletariado, as pessoas o fazem como se elas fossem uma questão em si mesma, desligada do movimento social e não sujeita à dialética das lutas de classes. O raciocínio que essas pessoas empregam parece considerar a luta por liberdades políticas como uma escada cujo primeiro degrau a ser atingido é as "liberdades democráticas". Elas esquecem que a derrubada da ditadura é uma condição básica e fundamental para que exista em nosso país verdadeiras liberdades políticas. Elas esquecem que em termos das lutas de classe em nosso país as "liberdades democráticas" representam o ponto de vista da pequena-burguesia acerca das liberdades políticas, ponto de vista esse que corresponde aos sonhos e ilusões de classe da pequena-burguesia, e que por isso não devem se converter em um objetivo da atividade revolucionária.

Em termos políticos, os interesses do proletariado vão além do ponto de vista pequeno-burguês acerca das liberdades, vão além da ambiguidade e da generalidade das liberdades democráticas. Estes interesses significam medidas bastante precisas e concretas que se dirigem contra as bases de sustentação da ditadura. Na luta por estas reivindicações, que é a luta pela derrubada da ditadura, e pela formação de um governo revolucionário provisório, devemos nos esforçar para que o proletariado conquiste o máximo de liberdades políticas para si e para as classes oprimidas e limite a liberdade de ação da burguesia e de seus aliados. A agitação e propaganda política que os revolucionários desenvolvem nas lutas de resistência das classes oprimidas deve então estar centrada na defesa dos interesses políticos da classe operária, acumulando forças para que ela venha a liderar a luta pela derrubada do regime policial. E uma condição essencial para que este trabalho produza resultados positivos é demonstrar, revelar, tornar visíveis as diferenças que existem entre a concepção de liberdades do proletariado e a concepção de liberdades da pequena-burguesia, entre o caminho revolucionário e o caminho reformista e inconsequente de luta contra a ditadura, pois essas diferenças são indispensáveis para forjar a consciência independente da classe operária e para fortalecer a direção operária nas lutas de resistência.

5.- ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE LUTAR POR "OBJETIVOS PARCIAIS" E A TÁTICA LENINISTA

As reformas ou melhorias parciais no poder político da burguesia, em qualquer processo revolucionário digno deste nome, são sempre um sub-produto das mobilizações das classes oprimidas. Falando

em outros termos, as reformas são sempre um sub-produto de um movimento verdadeiramente revolucionário. Os comunistas, por compreenderem a dialética das lutas de classe, jamais se contentaram em centrar sua atividade contra "aspectos parciais" ou por "objetivos parciais" do poder político da burguesia (como por exemplo o autoritarismo da ditadura policial). Em qualquer conjuntura, em qualquer situação concreta das lutas de classe, mesmo quando a classe operária não tem força para lutar diretamente pelo poder, a agitação revolucionária faz a ligação entre o presente e o futuro do movimento, centrando-se nos objetivos da etapa da revolução em que vivemos.

Certamente que a agitação não se limita a divulgar estes objetivos e deve denunciar todas as arbitrariedades do governo reacionário, todas as consequências da política anti-operária e anti-popular deste governo; em suma, deve apresentar o ponto de vista revolucionário acerca de todos os fatos e aspectos da vida social. Entretanto, para apresentar o ponto de vista revolucionário acerca de todos os fatos e aspectos da vida social, a agitação deve estar dirigida pelos objetivos do proletariado na luta contra a ditadura e levar a eles, isto é, deve expressar uma luta que tem como alvo as bases de sustentação do governo reacionário da burguesia a fim de conquistar as liberdades políticas para os trabalhadores e um governo revolucionário provisório. As reivindicações que melhor expressam estes objetivos são as que devem estar no centro de nossa agitação e propaganda: fim do arrocho, congelamento dos preços e elevação geral dos salários e garantia de emprego a todos os trabalhadores; direito irrestrito de manifestação e organização para os trabalhadores; fim da repressão e desmantelamento da máquina repressiva da ditadura. Ao levarmos para a classe operária esta perspectiva estamos, não só trabalhando para que ela venha a lutar por seus interesses revolucionários, como também para que ela aproveite ao máximo qualquer recuo da burguesia e da ditadura.

Não lutamos, portanto, por melhorias parciais ou por objetivos parciais em relação ao poder político da burguesia, não lutamos por uma suavização da ditadura nem por um governo democrático-burguês, mas sim pela derrubada da ditadura e por um governo dos trabalhadores. Se durante esta luta ocorrer uma suavização da ditadura (o que é mais provável) ou surgir um governo burguês democrático (o que é menos provável), ficaremos muito satisfeitos pois nosso inimigo se enfraqueceu e a luta contra ele poderá se ampliar e se fortalecer ainda mais sob a direção do proletariado consciente, uma vez que a atividade que desenvolvemos anteriormente possibilitaria isto. Ainda mais: se levarmos em conta que qualquer recuo eventual que a burguesia e a ditadura sejam obrigados a efetuar seria ocasionado pelas lutas de massa das classes oprimidas, se essas lutas de massa vierem a se travar sob uma direção consciente e revolucionária os recuos que a

burguesia poderá efetuar não serão suficientes para que ela paralize o movimento de massas.

Mas se a nossa atividade não se preocupa com a direção operária na luta contra a ditadura, se em vez de ter como objetivo a derrubada da ditadura e a formação de um governo dos trabalhadores ela centra-se em "objetivos parciais" (formas democráticas no poder político da burguesia), o proletariado não estará preparado para aproveitar ao máximo um recuo da ditadura e da burguesia nem tampouco tornará necessário que este recuo seja bastante significativo. Ou seja, o proletariado não estará preparado para aproveitar o enfraquecimento de seus inimigos, dirigindo as lutas de todas as classes oprimidas no sentido de constituir um movimento político capaz de travar um combate verdadeiro contra o governo da burguesia visando a conquista de liberdades políticas completas para os trabalhadores e de um governo comprometido em garanti-las.

Os companheiros da APML, ao fundamentarem o eixo central de sua tática como sendo a luta por "liberdades democráticas", o fazem justamente adotando a concepção de lutar por objetivos parciais. Em seu documento "Na luta contra a farsa eleitoral, ampliar a resistência à ditadura" (1974), os companheiros escrevem:

"Entendemos como justa a luta pela ampliação da resistência dos trabalhadores à ditadura militar tomando como eixo central a luta por liberdades democráticas. Isto significaria que estaríamos lutando então por um governo burguês democrático? Não, absolutamente. O fato de lutarmos para conquistar liberdades democráticas significa exatamente conseguir acumular forças para, conquistando tais objetivos, estarmos em melhores condições de intervenção nas lutas de classe, de propor alternativas políticas concretas e partir já de uma nova situação, em que a própria correlação de forças deverá mudar, quando ocorrerá a possibilidade de uma ampla mobilização de classe." (pág. 4)

Lutar por liberdades democráticas significa lutar por um governo democrático burguês? "Não, absolutamente", respondem os companheiros. Mas que governo corresponde à conquista deste objetivo? Os companheiros não dizem que a acumulação de forças fica assim separada de uma perspectiva revolucionária; não se destinam a fortalecer os interesses do proletariado nas lutas de resistência nem visa a direção operária da luta contra a ditadura ainda mais porque não se vai divulgar hoje os objetivos do proletariado na luta contra a ditadura (ou, como dizem os companheiros, "alternativas concretas"). Na verdade, o que se propõe é uma luta gradual contra o poder político da burguesia: primeiro se luta por "liberdades democráticas" e depois, tendo já conquistado este objetivo, se lutará por alternativas revolucionárias.

As idéias dos companheiros são mais desenvolvidas num documento posterior, no qual afirmam:

"Entendemos que à classe operária

-que tem na ditadura militar hoje o principal obstáculo ao seu avanço- interessa isolá-la, enfraquecê-la e tentar derrubá-la com uma alternativa própria. Que neste processo, entretanto, é justa a luta por objetivos parciais, que permitam acumular forças, romper a imobilidade, disputar a influência em cima do movimento espontâneo, tentar a direção nas condições em que fôr viável. Neste sentido é que defendemos a resistência dos trabalhadores como forma de combate -ainda em condições defensivas- à ditadura militar, expressando reivindicações parciais de natureza democrática." (Carta a OCML -PO pag. 14)

Ao separarem artificialmente a tática da estratégia, isto é, ao não compreenderem que acumular forças para que o proletariado venha a lutar pela derrubada da ditadura com uma alternativa própria torna necessário levar estas perspectivas hoje para o movimento operário, os companheiros convertem ao centro de sua agitação o democratismo pequeno-burguês. Em termos práticos, acumula-se forças para este democratismo (pois também as lutas da pequena-burguesia caracterizam-se pela resistência), não se fortalecendo os interesses proletários nas lutas de resistência. Não se pode pretender que o proletariado venha a dirigir as lutas das classes oprimidas segundo seus interesses políticos, segundo sua perspectiva revolucionária, se estes interesses são deixados de lado, se não se procura formar na classe operária a consciência desta perspectiva, se não se procura defender esta perspectiva nas lutas de resistência, se as reivindicações que a ela correspondem não estão no centro de nosso trabalho de agitação e propaganda.

Segundo os companheiros, a tática deve centrar-se em objetivos parciais no caso as liberdades democráticas que acumulem forças para a luta pelos objetivos finais da atual etapa da revolução. Sem o saber, os companheiros repetem argumentos utilizados pelos liquidacionistas russos após a derrota da revolução de 1905 e que foram duramente criticados por Lenin. Analisando as experiências da revolução de 1905, Lenin escreveu:

"A primeira lição fundamental é que só a luta revolucionária das massas é capaz de obter melhorias um pouco sérias da vida dos operários e da direção do Estado...

A segunda lição é que não basta limitar, limitar o poder czarista. É preciso suprimi-lo. Enquanto o czarismo não for suprimido, as concessões arrancadas ao czar serão sempre precárias... Só a conquista da república democrática, a derrubada do poder czarista, a passagem do poder às mãos do povo, podem livrar a Rússia das violências e das arbitrariedades dos funcionários, da Duma dos Cem-Negros e dos outubristas, da onipotência dos grandes proprietários de terra...

...a terceira e principal lição da revolução (foi que) nós vimos como agiram as diferentes classes do povo russo. Antes de 1905, muitos acreditavam que todo o povo aspirava igualmente a liber-

dade e queria uma liberdade igual; ao menos a imensa maioria não estava ao par que as diversas classes do povo russo encaram diferentemente a luta pela liberdade e não reivindicam a mesma liberdade. A revolução dissipou o nevoeiro."(6)

Como se pode ver, as melhorias (parciais) um pouco sérias são uma consequência da luta revolucionária das massas oprimidas, ou seja, de uma luta que não está centrada em "objetivos parciais" do governo reacionário mas sim contra as bases de sustentação deste governo visando derrubá-lo, suprimi-lo. E, isto é o principal, esta luta é entendida como uma maneira particular de ver e de lutar pelas liberdades por parte de uma classe determinada (no caso da Rússia, em meio a uma etapa burguesa e anti-feudal da revolução esta era a maneira de ver e de lutar pela liberdade por parte da classe operária em aliança com os camponeses).

É por isto que, mesmo após a derrota da revolução de 1905, as principais palavras-de-ordem dos bolcheviques permaneciam: república democrática; confisco das terras dos grandes proprietários; jornada de trabalho de 8 horas. Elas foram mantidas pela Quinta Conferência da Rússia do POSDR em 1908 (em pleno descenso) pela Conferência do Comitê Central do POSDR em 1912 e em 1913 (setembro), anos em que já se iniciava lentamente a retomada das lutas. Esta última Conferência (1913) chegou mesmo a aprovar uma resolução acerca do trabalho de agitação redigida por Lenin, onde podemos ler:

"Neste estado de coisas geral, a tarefa da social-democracia consiste em levar, como no passado, uma larga agitação revolucionária entre as massas pela derrubada da monarquia e por uma república democrática. É necessário demonstrar sem descanso, a partir de exemplos vivos da realidade, o quanto é nocivo o reformismo isto é, a tática que coloca no centro, em lugar das palavras-de-ordem revolucionárias, a reivindicação de melhorias parciais.

Em sua agitação em favor de liberdade de coalizão e de reformas parciais em geral, os liquidadores se perdem na via liberal..." (7)

Isto tudo diz respeito ao caráter que se devia imprimir ao trabalho de agitação: se um caráter reformista ou revolucionário. Já o eixo central para o qual convergia o conjunto da atividade dos revolucionários não era a derrubada imediata do governo reacionário. O movimento de massas ainda era fraco, a contra-revolução era extremamente forte. Este eixo central era a consolidação do partido ilegal, clandestino, de modo a não permitir que todas as conquistas da revolução se perdessem (ver o folheto de Lenin cha-

6- "Os ensinamentos da revolução", artigo publicado na "Rabotchaia Gazeta" nº 1 (12 de novembro de 1910), Lenin-Oeuvres, tomo 16, pag. 316-7.

7- "Resoluções da Conferência do Comitê Central ampliada aos militantes do Partido", publicada em dezembro de 1913, Lenin-Oeuvres, tomo 19, pag. 452

mado "Questões em Litígio"). Este eixo central visava preparar o proletariado para que, quando surgisse novamente o ascenso do movimento de massas, ele pudesse dirigir a luta das massas oprimidas para a destruição do tzarismo e a conquista da república democrática. É por isto que as reivindicações e as principais palavras-de-ordem permanecem em todos os momentos ajustadas ao objetivo final, embaçadas nele, não truncadas nem "parcializadas".

Pode-se argumentar que na Rússia, naquela época, já existia um partido, que o proletariado já havia passado pela revolução de 1905, etc. Embora estes fatos sejam importantes enquanto indicadores da capacidade de o proletariado travar lutas políticas em seu sentido mais completo, a inexistência deles não torna válida a concepção de luta por "objetivos parciais". Estratégia, tática, agitação e propaganda são instrumentos das forças conscientes, sejam elas numerosas ou não; a tática faz parte da estratégia e a ela serve; a tática diz respeito às formas de luta e de organização mais adequadas em cada momento político à conquista do êxito estratégico; a agitação e propaganda revolucionárias são precisamente os principais meios de ligar o presente ao futuro, de fazer com que a tática realmente faça parte da estratégia e a ela sirva, e por isto deve estar centrada nos objetivos finais da etapa da revolução. Tais são os fundamentos da tática leninista; tais são as razões pelas quais a concepção de lutar por "objetivos parciais" equivale a uma concepção reformista das lutas de classe.

Quando limitam a atividade revolucionária à luta por "objetivos parciais" objetivos estes que nada mais são que as alternativas formuladas pela pequena-burguesia democrática em suas lutas de resistência, os companheiros da APML, ainda que involuntariamente, afastam-se do leninismo no plano teórico, entram em contradição com o caráter socialista da revolução que afirmam defender e desenvolvem uma prática que não fortalece os interesses políticos do proletariado nas lutas de resistência. Fortalece, sim, as ilusões e os preconceitos reformistas e populistas existentes na classe operária.

Também as posições adotadas pelos companheiros do MR-8 podem ser incluídas nesta crítica. Para eles, as lutas democráticas ou por liberdades democráticas representam na atual conjuntura o que eles chamam de "centro tático". Ao justificar este caráter democrático do "centro tático", os companheiros se aproximam bastante do raciocínio empregado por APML de sua concepção de luta por "objetivos parciais". No documento aprovado pelo plebiscito realizado em 1972, os companheiros do MR-8 afirmam:

"... Compreender de forma revolucionária e comunista o caráter deste centro tático (democrático) implica em negar a perspectiva de transformá-lo em luta por um poder alternativo, o que implicaria em colocar a luta da pequena-burguesia e setores atrasados da burguesia por um poder anti-histórico na vanguarda do

movimento social, confundindo o proletariado e seus aliados. Compreender como revolucionário e comunista o caráter deste centro tático implica em ter clareza de que o avanço da consciência e da organização do proletariado e do campesinato ultrapassará, esgotando a sua capacidade de expressar corretamente o estágio da correlação de forças existente e colocando a necessidade da proclamação de um centro tático mais avançado." (pag. 28)

A que governo, a que poder político, a que classe social corresponde este centro tático democrático hoje? A nenhum poder alternativo? Mas "liberdades democráticas", "eleições livres", etc., não levam a nenhum poder alternativo à ditadura? São por acaso reivindicações soltas no ar? Certamente que não. Queiram ou não os companheiros, estejam ou não conscientes disto, as reivindicações políticas sempre dizem respeito a uma perspectiva de poder, a uma alternativa de poder a um poder alternativo. Dependerá, sim, do conteúdo de classe deste poder que se deseja alcançar quando se formula um programa revolucionário e comunista.

Colocar a luta da pequena-burguesia na vanguarda do movimento social não confunde o proletariado e seus aliados, mas sim trai o proletariado e seus aliados. O que confunde é defender certas reivindicações políticas e ao mesmo tempo afirmar que elas não devem se transformar em luta por um poder alternativo. O que confunde é afirmar que o avanço da consciência e da organização do proletariado e do campesinato colocará necessariamente um "centro tático" mais avançado e não ver que, para que esta consciência e esta organização avancem é indispensável levar para o movimento operário suas perspectivas revolucionárias, seus interesses políticos, sem diluí-los, nem truncá-los.

6.- A TÁTICA HOJE FORTALECER A DIREÇÃO OPERÁRIA NAS LUTAS DE RESISTÊNCIA

Definidos os objetivos da etapa da revolução (conquistar irrestritas liberdades políticas para os trabalhadores e um governo comprometido em garanti-las) e compreendidos que estes objetivos só serão atingidos se o proletariado vier a dirigir as lutas das classes oprimidas contra a ditadura policial da burguesia, cabe então ver como deve se desenvolver a nossa atividade atualmente de modo que ela signifique um avanço efetivo naquele rumo. Para isto é necessário analisar o grau de mobilização e de consciência da classe operária.

Não constitui novidade para ninguém que os trabalhadores padecem de uma super-exploração sem limites, que os salários que recebem são insignificantes, que as condições de trabalho são extremamente ruins. A miséria social é uma praga que se alastra entre os explorados. O descontentamento dos trabalhadores com esta

situação é bastante grande, mas encontra obstáculos poderosos para se manifestar. A fim de garantir a realização da super exploração, a ditadura intervém na vida econômica, fixando os aumentos de salários, suprimindo na prática o direito de greve, subordinando estreitamente os sindicatos ao aparelho do Estado e às suas conveniências, reprimindo as lutas dos trabalhadores e perseguindo os operários mais combativos. A consequência disto é que as lutas operárias rapidamente se defrontam com problemas políticos mais gerais que o nível de organização e de consciência dos trabalhadores não é capaz de fazer frente.

Podemos caracterizar as lutas operárias que ocorrem atualmente como lutas de resistência econômica numa situação de defensiva. São lutas contra atrasos de pagamentos, contra mau-tratos de chefes carrascos, contra as péssimas condições de trabalho, isto é, lutas que não questionam diretamente a intervenção da ditadura na vida econômica (lei do arrocho, lei anti-greve, por exemplo) e ocorrem de modo localizado, geralmente numa seção ou eventualmente em toda uma fábrica, não se generalizando. Ou seja, ao se dirigirem contra aspectos da super exploração (atrasos de pagamentos, por exemplo) que não acontecem da mesma forma e ao mesmo tempo em todas as fábricas, as lutas não encontram um denominador comum que permita a sua unificação num movimento mais amplo.

O agravamento das condições de vida e a generalização dos abusos cometidos pelos patrões -gerados pela crise econômica-, e a própria experiência de luta que vai se acumulando, tendem a superar esta situação. As lutas por melhorias salariais que começam a tomar corpo são um sintoma disto.

Destacam-se nesta situação as atividades desenvolvidas por operários combativos nas fábricas, nos bairros, nos sindicatos. Estas atividades não expressam um nível elevado de consciência, possuem ainda fraquezas muito grandes, mas representam inegavelmente o aspecto mais importante da realidade para o desenvolvimento da prática revolucionária. Ligar-se a estas atividades e procurar ampliá-las ao máximo, esforçando-se para enfrentar suas maiores fraquezas atuais, são nossas tarefas mais urgentes.

A primeira destas fraquezas é a dispersão destes operários, que faz com que suas iniciativas numa luta de fábrica, numa assembléia sindical, tenham poucos resultados em termos de avanços na organização e na consciência da classe operária. Apresentar a eles a formação ou o fortalecimento de um movimento de oposição ao sindicato pelego significa reconhecer que o sindicato, com todos os seus problemas (peleguismo, atrelamento ao Ministério do Trabalho), é a única forma de organização mais ampla que a classe conhece. Por isso, todo movimento mais amplo da classe deve utilizar o sindicato como um meio de expandir e de ampliar as lutas em defesa de melhores condições de vida e de trabalho, de estimular a organização nas fábricas, visando inclusive

transformar o sindicato num órgão combativo sustentado pelas organizações de base nas fábricas, nos bairros, etc.

A segunda fraqueza é precisamente esta falta de organização nas bases. Não pode haver nenhum movimento forte e combativo se ele não está solidamente organizado a partir principalmente das fábricas, contando com a sustentação de grupos capazes de convocar e comprometer maior número de trabalhadores com as lutas de oposição. Não cabe inventar fórmulas prontas, acabadas e ideais de organização nas fábricas, mas sim compreender que toda forma de organização nas bases deve ser estimulada de modo a que elas venham a se constituir num processo de lutas em comissão representativa dos trabalhadores de cada empresa.

A terceira destas fraquezas é o não aproveitamento de certas possibilidades de ampliação do movimento que o sindicato pelego pode fornecer, independentemente da vontade de sua diretoria; isto é, procurando transformar reuniões e assembléias sindicais em órgãos permanentes de apoio às lutas nas fábricas, às lutas pelas necessidades mais imediatas dos trabalhadores, etc.

A quarta destas fraquezas é a inexistência (na maioria das áreas sindicais) de instrumentos adequados para a aglutinação dos operários combativos, para auxiliar o trabalho de organização nas fábricas, para orientar as lutas de fábrica e pelas necessidades imediatas da classe, em suma, um instrumento adequado ao enfrentamento das fraquezas das atividades combativas que apontamos: um boletim de oposição.

A disposição de lutar pelas necessidades imediatas da classe (melhorias salariais, melhores condições de vida e de trabalho) e a disposição de enfrentar as maiores fraquezas atuais das atividades combativas representam os pontos iniciais que permitem unir, organizar e fortalecer as atividades combativas num movimento de oposição ao sindicato pelego. Ou em outras palavras, são os pontos que permitem estabelecer uma unidade mínima entre os operários combativos, unidade esta que expressa uma atividade combativa nas fábricas, bairros, sindicatos e que corresponde aos principais problemas a enfrentar para fortalecer o movimento operário numa perspectiva de organização independente.

Certamente que não devemos nos contentar com estes pontos de partida ou com esta unidade mínima que se pode e se deve estabelecer hoje para fortalecer as atividades combativas. Eles são insuficientes para que se avance o movimento operário independente, para que se venha a forjar uma direção operária nas lutas das classes oprimidas, para que se possa travar um combate sério à ditadura policial e conquistar as liberdades políticas para as massas trabalhadoras. Contentar-se com estes pontos de partida é reduzir a prática revolucionária aos marcos estreitos de um economicismo vulgar, é negar o papel de vanguarda que o proletariado deve desempenhar na luta pela liberdade. A unidade mínima que se pode estabelecer ho

je para fortalecer as atividades combativas deve ser elevada através da atuação que os revolucionários desenvolvem em seu interior a fim de que estas atividades combativas liguem-se estreitamente aos interesses do proletariado consciente na luta contra a ditadura policial da burguesia.

Esta ligação entre as práticas combativas e os interesses do proletariado na luta contra a ditadura realizam-se hoje de duas maneiras. Uma, mais indireta, quando os operários conscientes assumem a direção de uma oposição sindical, de um grupo de fábrica, de uma greve, graças à sua liderança, à sua representatividade, ao respeito que seu nível de consciência e combatividade despertam nos demais operários. Quando isto ocorre, além de se direcionar de um modo consequente as atividades dos operários combativos, cria-se uma situação mais favorável para realizar a ligação entre o presente e o futuro de maneira mais direta, através da agitação e da propaganda revolucionárias. Esta agitação e propaganda é a segunda maneira de ligar as práticas combativas com a luta contra a ditadura, sendo tão indispensável quanto a primeira e por isto inseparáveis uma da outra na atividade revolucionária.

Salta à vista que a agitação e propaganda revolucionárias representam a maneira mais avançada de ligar as atividades combativas com as perspectivas do proletariado consciente, uma vez que tem como resultado uma elevação do nível de consciência dos operários que despertam para a luta, bem como daqueles que ainda carregam consigo desvios ou deformações das práticas passadas. O conteúdo desta agitação e propaganda não deve limitar-se nem às reivindicações mais imediatas dos trabalhadores nem tampouco às reivindicações mais "parciais" da luta contra a ditadura. O resultado de nosso trabalho seria, nestes casos, a formação de uma consciência puramente sindicalista ou a formação de uma consciência "parcialmente" independente, se me permitem a expressão. Pelo contrário, se é nossa tarefa forjar a consciência independente, revolucionária, da classe operária, precisamos aproveitar todas as oportunidades, todos os atos e manifestações da ditadura, todas as arbitrariedades cometidas pelo regime (e elas são bastante frequentes), todas as consequências da super-exploração e da tirania em que vivemos, para divulgar os interesses políticos do proletariado revolucionário na luta contra a ditadura para divulgar as reivindicações que expressam estes interesses.

A sua realização dependerá de uma série de circunstâncias, dentre elas o grau de mobilização dos trabalhadores (que cresce em épocas, como campanha salarial, 1º de Maio, eleições sindicais), as forças com que contam o movimento revolucionário, etc. Esta agitação e propaganda não podem ser feitas hoje de um modo extremamente amplo a todo momento; por exemplo, distribuindo milhares de panfletos a cada semana. Nossas forças não comportam este tipo de trabalho e sua capitalização é insignificante (e de pouco vale fa-

lar em agitação e propaganda se não se preocupa em como capitalizá-la). Assim este trabalho normalmente se desenvolve junto às áreas de influência que os revolucionários e os operários de vanguarda conseguem criar nas fábricas, nos bairros, nos sindicatos; nas reuniões de grupos de apoio ao movimento de oposição sindical e de coordenação desta atividade; sem contudo deixar de aproveitar todas as possibilidades e eventualidades (uma arbitrariedade particularmente infame cometida pela ditadura, uma demonstração de resistência importante por parte dos trabalhadores ou de outras classes ou setores oprimidos da população) para se estender mais amplamente.

O indispensável entretanto é que o conteúdo desta agitação e propaganda seja verdadeiramente revolucionário, isto é, expresse os interesses políticos do proletariado na luta contra a ditadura. O resultado mais importante que este trabalho proporciona atualmente é a criação de setores conscientes no movimento de oposição sindical, setores estes que nada mais são que a fusão das atividades combativas com a agitação e propaganda desenvolvida pelos revolucionários. A importância destes setores está em que eles, em primeiro lugar, contribuem para neutralizar a instabilidade ou as vacilações de operários combativos que ainda têm algum tipo de ilusão em relação ao sindicato pelego ou que são facilmente enganados pelos pelegos devido ao seu nível de consciência ainda baixo. E, em segundo lugar, estes setores conscientes representam a construção de bases partidárias embrionárias nas fábricas, nos bairros, nos sindicatos.

Seria um erro imenso desprezar as possibilidades de formar estes setores conscientes, de avançar na construção do partido, com a justificativa de que a conjuntura não permite a constituição ou a formação acabada do partido. Uma coisa não nega a outra, porque se o nível de mobilização e de consciência da classe operária impedem que as idéias revolucionárias se enraizem sólida e amplamente no seio do proletariado, isto não nos impede de lutar para fundir as atividades combativas com as perspectivas revolucionárias. Mas é certo que jamais chegaremos a construir o partido revolucionário da classe operária se, de um lado, não procurarmos nos ligar às práticas combativas, influenciá-las, dirigi-las, por mais baixo e vacilante que seja o nível de consciência dos operários que delas participam, e, de outro lado, se não levarmos a estas práticas uma agitação e propaganda revolucionárias, isto é, reivindicações não truncadas, não "confusas", não "parciais", mas autenticamente proletárias.

Eis aí porque podemos afirmar que a tática revolucionária se caracteriza pelo fortalecimento da direção operária nas lutas de resistência, avançando na formação de um movimento político de luta contra a ditadura liderado pelo proletariado consciente - única possibilidade de um combate sério ao regime policial da burguesia, única possibilidade de se conquistar verdadeiras liberdades políticas

para as classes trabalhadoras. Nossos de mocratas parecem não ser capazes de compreender questões tão simples como estas ou de retirar daí as diretrizes mais acertadas para sua atuação política. Assumindo as reivindicações formuladas pela resistência democrática da pequena-burguesia e convertendo estas reivindicações no centro de sua agitação política (vez por outra enfeitando seu raciocínio com uma fraseologia democrática barata - ver como exemplo disto o editorial do jornal trotskista "Marcha Operária", nº 1) não se dão conta que enfraquecendo as perspectivas revolucionárias não tornam mais próxima a conquista de liberdades. Pelo contrário, se compreendermos que o proletariado é a única classe capaz de conduzir a luta pelas liberdades a umavictória completa, e nossa obrigação defender seus interesses políticos desde agora, trabalhando com firmeza e energia para que ele venha a dirigir as classes oprimidas na luta contra a ditadura da burguesia

7.-ACERCA DE ALIANÇAS

Um argumento que às vezes é utilizado para justificar a adoção de reivindicações democráticas e o que se refere as alianças. Como a classe operária tem em parcelas consideráveis da pequena-burguesia um aliado para a luta contra a ditadura, afirma-se que por isso deve-se apoiar as reivindicações democráticas. Este argumento implica em dois erros graves. Primeiro, não parte da definição dos interesses políticos do proletariado na luta contra a ditadura, interesses para os quais a classe operária deve procurar atrair as demais classes e setores oprimidos da população, inclusive parcelas consideráveis da pequena-burguesia. Sem este ponto de partida, a compreensão dos interesses políticos do proletariado na luta contra a ditadura - não se pode dar nem mesmo um passo no enfrentamento correto das questões de aliança pois seria impossível determinar quem deve atrair quem e para que posições. Segundo, este argumento desconhece o significado do termo aliança para uma política revolucionária.

O termo aliança não significa numa política revolucionária um acordo feito entre dois parceiros acerca de uma determinada questão, como acontece frequentemente entre dois partidos burgueses quando se quer aproveitar uma lei agradável a ambos ou entre duas tendências políticas quando, depois de muitas discussões, apresentam uma mesma proposta para a continuidade de um movimento. Aliança também não é fazer concessões mais ou menos importantes para ganhar ou assegurar a fidelidade de um parceiro menos firme e menos estável. E nada disto significa uma renúncia por princípio a todo tipo de acordos ou compromissos, pois muitas vezes eles são úteis e até mesmo indispensáveis para avançar o movimento da classe operária ou mesmo para efetuar um sucesso organizado (como ocorre por exemplo

com uma greve que só foi vitoriosa parcialmente e não tem mais forças para prosseguir).

A aliança numa política revolucionária é a situação criada quando duas ou mais classes, visando atingir um mesmo objetivo, mobilizam-se para alcançá-lo. A aliança forja-se portanto na luta, no combate, e não em escritórios ou gabinetes. E nesta luta, neste combate, a classe mais decidida, mais enérgica, mais consequente, dirige e sustenta a classe menos decidida, menos enérgica, menos consequente. Assim, na revolução socialista a aliança e a maneira pela qual o proletariado consciente atrai as demais classes oprimidas para a luta revolucionária contra as classes dominantes e seus aliados sustentando as demais classes oprimidas todas as vezes que elas travam um combate verdadeiro contra o inimigo comum e neutralizando sua instabilidade e suas vacilações. Se aplicarmos esse raciocínio às condições em que se travam as lutas de classe em nosso país, não é difícil compreender que a classe mais decidida, mais enérgica, mais consequente na luta por liberdades políticas é a classe operária e que, portanto, tanto ela deve, no curso do processo revolucionário, atrair para suas perspectivas todas as classes e setores oprimidos pela ditadura policial da burguesia.

Pois bem: como se coloca este problema hoje em dia, quando as lutas de resistência que se opõem ao regime são travadas em níveis distintos por parte dos oprimidos (lutas de resistência econômica dispersas e localizadas por parte da classe operária, lutas de resistência democrática por parte de setores da pequena-burguesia, etc.) e quando esta resistência não possui uma direção comum, como a que poderia exercer um partido revolucionário? Pode-se nestas condições falar de aliança em geral entre a classe operária e a pequena-burguesia? Naturalmente que não. Mas cabe, sim, discutir que atitudes devem assumir os revolucionários, os operários de vanguarda e todos os partidários da causa do proletariado em relação às lutas travadas por outros setores da sociedade, particularmente por setores da pequena-burguesia.

Ao analisarmos a resistência democrática que setores da pequena-burguesia opõem ao regime podemos distinguir 2 lados. Um lado positivo que, por questionar o regime, por denunciar o seu caráter policial, por fornecer exemplos importantes de combatividade, ajuda a impulsionar a resistência popular a ditadura. E possui também um lado negativo que, por pretender apresentar as ilusões de poder da pequena-burguesia como alternativa à ditadura, procura atrair a classe operária para um caminho reformista de luta contra a ditadura. Levando em conta esses dois lados e a necessidade da classe operária atrair as classes oprimidas para uma luta consequente contra a ditadura, os revolucionários devem apoiar as outras classes e setores oprimidos pela ditadura toda vez que estes travem um verdadeiro combate contra o regime, apoio

este que se expressa na divulgação destes combates e das lições que deles se pode extrair e na disposição de marchar juntos com outras tendências políticas, visando fortalecer os movimentos que estejam lutando para conquistar certos objetivos imediatos. Ou seja, se expressa na propaganda e na agitação do caráter anti-operário e anti-popular da ditadura, demonstrando que ela oprime não só os operários mas também a grande maioria da população e que as classes em que se divide a população oprimida constituem aliados que a classe operária deve atrair para a luta contra a ditadura (destacando aí que os trabalhadores do campo, os camponeses pobres e as camadas proletarizadas da pequena-burguesia urbana são os aliados principais a serem ganhos para as perspectivas do proletariado); se expressa também na atividade prática que os revolucionários desenvolvem nas lutas de resistência, atividade esta que admite acordos ou compromissos (que na maioria dos casos não são formais nem verbais) a fim de fortalecer e ampliar um movimento que vise objetivos bem determinados (como por exemplo um movimento pela criação de entidades livres para os estudantes, uma greve de jornalistas, um movimento de oposição sindical, etc.). Como se pode notar os acordos e compromissos que possam ser necessários hoje para fortalecer e ampliar as lutas de resistência produzem - se nos próprios movimentos e não fora deles.

Este trabalho que em seu conjunto procura fortalecer e ampliar a resistência popular a ditadura não implica de maneira nenhuma em abandonar ou por de lado o programa revolucionário, as reivindicações principais deste programa, em suma os interesses políticos do proletariado, pois ao intervirem nas lutas de resistência os revolucionários procuram dar-lhes uma direção consequente. A defesa dos interesses políticos do proletariado nas lutas de resistência e portanto indispensável a fim de que se acumule forças para um amplo movimento político de luta contra a ditadura policial da burguesia, liderado pelo proletariado consciente.

O receio de que este procedimento frente as lutas da pequena-burguesia democrática possa enfraquecer a resistência à ditadura não tem o menor fundamento. O lugar que a pequena-burguesia ocupa na sociedade capitalista faz com que ela tenha um comportamento vacilante frente a burguesia e apenas a luta revolucionária da classe operária é capaz de paralisar ou neutralizar estas vacilações e de atrair as suas camadas proletarizadas e setores mais combativos. E o Brasil não constitui uma exceção a esta regra geral. Em termos imediatos, as lutas de resistência de setores da pequena-burguesia podem contribuir para o enfraquecimento da ditadura independentemente de apoiarmos ou não o seu democratismo. Mas é preciso ter claro que este democratismo não é capaz de esclarecer para as classes oprimidas as causas dos sofrimentos que padecem, nem tampouco é capaz de apresentar uma alternativa consequente de luta contra a ditadura. Mesmo as lutas de resis-

tência de setores da pequena-burguesia refletem estes problemas, pois o democratismo que as caracteriza gera confusões no encaminhamento das lutas.

Não há nada que justifique portanto a adoção por parte das tendências revolucionárias do democratismo da pequena burguesia pois ainda que suas parcelas proletarizadas e seus setores mais combativos sejam aliados da classe operária na luta pelas liberdades políticas, o democratismo não é um meio de enfrentar as maiores debilidades das lutas atuais nem é capaz de representar uma alternativa consequente de luta política.

CONCLUSÃO

Nossas principais divergências com as tendências revolucionárias que propõem a luta por "liberdades democráticas" como eixo central da atividade revolucionária na atual conjuntura podem ser resumidas nos seguintes pontos: a) a questão do poder, isto é, que governo devemos propor como alternativa a ditadura; b) as reivindicações políticas que, a partir da definição de uma alternativa ao governo revolucionário, devemos adotar em nossa agitação e propaganda; c) a questão das alianças.

Acreditamos que estas divergências têm seu fundamento nas influências geradas pelas lutas de resistência democráticas de setores da pequena-burguesia numa conjuntura em que o proletariado não está presente nas lutas de classe com uma alternativa própria, independente. Acreditamos ainda que as posições assumidas pelas diversas tendências revolucionárias que se deixam envolver pelo democratismo da pequena-burguesia, se levadas as últimas consequências, implicam em concepções teorizadas ("objetivos parciais") ou não (seguidismo) de uma luta por etapas contra a ditadura e pelas liberdades políticas, o que é incompatível com uma estratégia revolucionária.

Os resultados imediatos da adoção dessas posições são, a nosso ver, a incompreensão das necessidades mais imediatas dos trabalhadores e da necessidade de buscar uma unidade o mais ampla possível entre os operários combativos; a confusão na consciência dos operários que despertam para a luta acerca da maneira de ver as liberdades por parte das diferentes classes sociais de nosso país e acerca dos objetivos do proletariado consciente na luta contra a ditadura; a despreocupação em fortalecer a direção operária nas lutas de resistência.

Convidamos todos os companheiros, todos os revolucionários e especialmente os operários de vanguarda a estudar, aprofundar e discutir estas questões. Como afirmamos no início, este debate é fundamental para que se alcance uma unidade maior em termos de programa, para que se fortaleça a atividade revolucionária no país, e para que se avance verdadeiramente rumo à derrubada da ditadura e à conquista de liberdades políticas.

Diogo Lopes
junho de 1976

OS CAPRICHOS DO DESTINO



de Sérgio Pechman (de Opinião)

Pouco importa o local. Sua presença pode ser notada numa apertada viagem de trem, acompanhando os solavancos do ônibus que leva ao emprego, de baixo do sol quente da praia, e até mesmo, nos intervalos que o trabalho, na fábrica, ou no escritório, deixa escapar.

Penetra na vida de povos de culturas as mais diversas, não distinguindo adolescentes e adultos, pretos e brancos, cristãos e mulçumanos.

O ano de 1951 marca o lançamento da fotonovela no Brasil, grajeando, nos primeiros números, a simpatia de cerca de trinta mil leitores. Um quarto de século se foi e o número de publicações no gênero tem atualmente uma venda mensal de aproximadamente três milhões de exemplares. Montou-se no país, durante este período, verdadeira indústria de fotonovelas, cujas publicações no momento vendem menos do que as revistas de quadrinhos infantojuvenis, mas tanto quanto as de atualidades, conforme indica o

quadro abaixo(1).

Quem constitui o público consumidor de fotonovelas? "Os resultados de todas as pesquisas ligadas ao mercado editorial e publicitário concordam em que o público das revistas de fotonovela se encontra maciçamente nas classes B e C", afirma Angeluccia Habert, autora do livro *Fotonovela e Indústria Cultural (Vozes, 1974)*, primeiro no gênero publicado no Brasil. "Nosso objetivo é atingir o público feminino, especialmente da classe C, apesar da maior parte das leitoras de *Amiga* serem da classe B", diz o chefe da editoria de textos para as fotonovelas da Editora Bloch. Eis o alvo da fotonovela: o segmento feminino da pequena burguesia - o que fará dos personagens femininos as figuras centrais de suas histórias. A vida instável levada por este grupo favorece uma fácil absorção de ideologia de ascensão social, com as promessas de segurança social e eliminação do fantasma do rebaixamento de classe. A vida burguesa torna-se, então, sua máxima aspiração social, e mais que isso, a

própria razão de sua existência.

Não é por mero acaso que o tema *Ascensão Social* está presente em grande parte das fotonovelas. Estando bloqueadas a este grupo as vias que conduzem ao enriquecimento - já que as funções que desempenham são mal remuneradas, via de regra - a fotonovela apresenta-lhe o casamento como o único mecanismo capaz de viabilizar sua ascensão social. O romance se dá quase sempre entre dois jovens de famílias burguesas ou, então, entre um rapaz desta classe e uma moça dos escalões sociais inferiores.

Se a realidade concreta não concede ao leitor as oportunidades necessárias para que se afetivem seus ideais de ascensão de classe, a fotonovela oferece-lhe uma compensação em troca: suas histórias criam a doce (ou amarga?) ilusão de que todos podem vir a ser burgueses. O mundo burguês está aberto a todos, parecem dizer suas entrelinhas, até mesmo aos menos bafejados pela sorte. Mas desde que a ascensão social se proceda sempre a nível individual, mantendo-se, assim, inalterável a posição de cada classe na estrutura social

Os personagens da fotonovela são construídos à luz de uma concepção maniqueísta de vida. De um lado estão os heróis, símbolos do bom-mocismo, insensíveis aos apelos materiais da vida e conformados com sua sorte. No extremo oposto localizam-se os vilões, indivíduos inescrupulosos, dispostos a se valer de todos os meios para enriquecer. No fundo, porém, ambos nutrem uma mesma ambição: ter uma farta vida material. A fotonovela estimula estes anseios em seus personagens mas castiga aquele (o vilão) que assume plenamente esta opção (não se conforma com a realidade e por isto luta para subir socialmente), ao mesmo tempo em que premia ao que diz repudiá-la (o herói), mas que, na verdade, também deseja enriquecer. Este porém, ao contrário do vilão, espera que o destino lhe recompense por seu comportamento paciente e "desinteressado" diante de sua situação.

A fotonovela trabalha com tipos-padrões de beleza, estabelecidos a partir dos valores estéticos ocidentais: peles claras e narizes arrebitados, enfiados em vistosas roupas, constituem a marca registrada dos heróis que povoam as páginas de suas revistas. E para que o leitor se sinta capacitado a

vir a ser como o seu ídolo, a fotonovela serve-se de um poderoso recurso, no sentido de convê-lo de que este sonho não é impossível - a publicidade.

Não é por simples coincidência que a maior parte do espaço dedicado pelas fotonovelas a anunciantes é ocupado por produtos de beleza, artigos "corretores" de imperfeições estéticas (excesso de gordura), de papo, de seios etc. e cursos por correspondência, que ensinam desde corte e costura e técnicas de parto, até línguas estrangeiras e mecânica de automóveis.

Veja-se, neste sentido, os seguintes anúncios publicados pelas revistas *Capricho* e *Grande Hotel* no final do ano passado: A) Dicas para sua paquera - Curso cientificamente escrito com segredos jamais revelados: elaborado por especialistas em psicologia, sociologia, cosmetologia, moda, magnetismo físico, relações humanas e boas maneiras. Se você é solteiro (a) e não comprometido (a), em pouco tempo conquistará a pessoa desejada. Se já estiver namorando, ouvindo ou for casado (a), manterá sempre acesa a chama da paixão. Atenção: não use os ensinamentos deste curso para o Mal, pois você irá se tornar um (a) conquistador (a) irresistível.

B) Só é chamada de barriguda quem quer. Barriguda-teimosa-relaxada. Não precisa fazer regime e nem ginástica para voltar ao seu peso ideal e ter aquela postura natural de pessoa elegante. Flacidez abdominal e dilatação muscular acabam em 15 dias com o uso da faixa abdominal Unissex Yoga, indicada pelas maiores autoridades médicas do mundo. Sua barriga some na hora ou você receberá seu dinheiro de volta.

C) Triunfe: o Brasil precisa de seu sucesso. Jovem! Homem ou mulher! Garanta seu lugar neste Brasil-Potência, com diploma na mão. Estude por correspondência pelo método "Professor em Casa", exclusivo de *Dom Bosco Escolas Reunidas*. Abra as portas da universidade! Com diplomas de primeiro e segundo graus, você poderá ingressar em qualquer faculdade, tornando-se professor, engenheiro, advogado, dentista, médico etc.

Como se constrói a trama da fotonovela? O roteiro segue uma tri-



lha linear, constituindo-se o epílogo no arremate que falta para que a situação criada no início da estória atinja o seu coroamento. De maneira geral, ela se inicia com um par de jovens, que a despeito do desconhecimento mútuo da personalidade e interesses pessoais, descobre-se, de repente, perdidamente apaixonado. Nenhum traço individual de caráter serve para dar solidez ao romance, que se constrói sobre a simples atração sexual recíproca.

O amor que une o casal paira no espaço, acima de todas as possíveis controvérsias entre os dois. A descoberta do amor faz com que o resto do mundo, perca, então, qualquer importância para eles. O amor, na fotonovela, serve de panacéia a todos os males existentes, por isso, todos os problemas que afligem a humanidade são interpretados por ela como decorrentes da ausência de amor, bastando que as pessoas se amem - como fazem os casais da fotonovela - para que desapareçam a angústia e a miséria humanas.

Para que o roteiro ganhe vida e consiga envolver o leitor num (falso) dilema - como se o epílogo não estivesse já contido no início da trama - é que surge o contratempo. Este, além de alimentar a narrativa, adia para o leitor a solução final da estória. Quem o manipula é o vilão (ou a vilã), que tentará conquistar o amor da heroína (ou do herói), formando assim um triângulo amoroso, que rompe com o curso "natural" da estória rumo ao seu desfecho.

O vilão surge para gerar tensão, criar conflito, atrevendo-se a desafiar o destino reservado pela estória a seus protagonistas. A fotonovela, porém, rejeita o conflito, daí então ela amaldiçoar o vilão. Absorver o conflito em sua trama significaria para a fotonovela perder as garantias de que o desenlace da estória estivesse submetido ao seu

rígido controle. O bom-mocismo, a passividade do herói, a sua alienação à realidade poderiam não triunfar.

Há casos, no entanto, em que o contratempo introduz na estória o herói, ao invés do vilão. Isto ocorre porque houve algum "deslize" no romance que iniciou a trama (descobre-se que o namorado da heroína é ladrão, inescrupuloso etc.), devendo, portanto, ser desfeito. Neste caso, o contratempo corrige os "erros" contidos na estória, ao invés de conspirar contra o seu "bom" andamento. Tanto num caso, quanto noutro, entretanto, o contratempo serve para revelar ao leitor quais os legítimos heróis do romance. No primeiro caso, aponta o vilão para ratificar os heróis, e no segundo, aponta os heróis para denunciar o vilão.

Todo o cuidado é pouco com a interpretação que o leitor fará da estória. Em nenhum momento as suas simpatias podem estar sendo canalizadas para o vilão. Todas as dúvidas são dirimidas no decorrer da estória, a fim de que o triunfo do herói não suscite controvérsias.

Negado ao leitor a necessidade de participar ativamente de sua realidade, que alternativas de mudança social a fotonovela lhe apresenta? Ou bem, esperar que o destino se encarregue de fazer-lhe justiça, premiando-o por sua incansável e resignada espera, ou então, cumprir os mandamentos prescritos pelos anunciantes, que prometem, com seus produtos mágicos, fazer de cada piebeu um indivíduo bem sucedido na vida sentimental e profissional - tal e qual os seus heróis das fotonovelas.

* - Revistas filiadas ao IVC (Instituto Verificador de Circulação): vendagem média durante o 2º semestre de 1975.

Revistas de Fotonovela

Amiga - 110.752 (semanal)
Capricho - 308.359 (quinzenal)
Carícia - 184.809 (mensal)
Contigo - 167.946 (quinzenal)
Grande Hotel - 66.677 (semanal)
Ilusão - 104.793 (quinzenal)
Sétimo Céu - 167.829 (quinzenal)
Sétimo Céu/Amor - 159.025 (quinzenal)
Super Novelas Capricho - 89.656 (quinzenal)

Das nove revistas acima, apenas as da Editora Bloch (*Sétimo Céu* e *Amiga*) não são traduções das originais estrangeiras. As revistas não filiadas ao IVC não estão incluídas nesta relação por não fornecerem dados oficiais.

HIROSCHEMA NOSSA, DE CADA DIA

ATO 1

"Eram 10 horas da noite quando cheguei no meu barraco, de volta da manicure onde trabalho. Quando vi, a casa estava coberta de fumaça e um cheiro de "Q-BOA" (água sanitária) invadiu meus pulmões. Olhei para minha filha de 6 meses e ela estava botando sangue pelo nariz. Aí eu peguei ela nos braços e corri pro meio da rua e vi tudo escurecido. Meu marido começou a vomitar e um bocado de gente que também tinha corrido pro ar puro gritava por socorro. Muitas pessoas rolavam pelo chão, outras desmaiavam e eu mesma só acordei no balão de oxigênio".

Este é o relato de um dos moradores do bairro de Alagados, na Bahia, que foram atingidos no mês de agosto pela política da ditadura que facilita os mais descarados processos de produção para não atrapalhar a fome de lucro das classes dominantes.

Além da forte concentração de cloro nos depósitos da Cia. Química do Recôncavo - uma subsidiária da PETROQUÍMICA - os habitantes dos Alagados tiveram que suportar as 10 toneladas de mercúrio lançadas na Enseada dos Tainheiros. Apesar do cloro ser considerado arma de guerra (foi usado na 1ª guerra mundial) e ter sido admitido pela secretaria da Saúde que o contato com o cloro fatalmente provocaria asma, dispnéia, bronco-pneumonia e endemia pulmonar, nada foi feito, nem ao menos para diminuir tais riscos para a população local.

Na verdade, a empresa sabe que não pode duplicar sua produção onde está localizada, hoje, e isto a torna anti-econômica. Assim, vem procurando tirar proveito da própria poluição que provoca, tentando obter recursos da ditadura para fazer sua transferência. É para isto, pouco importa o asfixiamento de 2000 pessoas.

ATO 2

"Rolos de uma espuma branca começaram a sair do Rio Tietê, em setembro de 75 e a invadir a cidade de Santana do Parnaíba. Cobrindo cercas e telhados, acabaram de matar os poucos peixes que ainda restavam. Além do forte odor que permanecia (da espuma mas também dos peixes mortos que eram levados pelos cachorros à todos os locais da cidade), continuaram sua obra devastadora: destruíram plantas, árvores, enchendo de detergente o solo dos moradores de Santana".

Um conto de ficção científica?

Não. Simplesmente o descaso dos patrões para com o povo brasileiro.

Um gerador danificado e a LIGHT não pensou duas vezes. Abrindo suas comportas despejava a água por cima das barragens. A forte queda d'água, combinada com um agente químico que ela continha se encarregava de produzir a espuma. O perigoso agente gerador da espuma - o tetrapropilbenzeno - já fora condenado e proibido de entrar em todas as fábricas de detergentes europeias e norte-americanas. O tetrapropilbenzeno foi inventado pela I.G. Farben em 1920 e patenteado pela Hoechst em 1935. Passou a ser fabricado pela Smis, a Shell, a Huls e a Reed & Horn. Em 1964, o governo da Alemanha - assustado com as montanhas de espuma sobre o Reno, já sem peixes ou plantas aquáticas, proibiu a fabricação de detergentes com o tetrapropilbenzeno. Em 30 de junho de 1965 foi o governo americano e no final da década passada foi a vez da França. Mas no Brasil o "agente poluidor" encontrou, além de asilo, proteção legal contra seus competidores.

PILOGO

Crise ecológica, crise nas relações entre o homem e seu meio ambiente, crise do modo de vida, são temas que estão na moda. Os profetas não faltam, que prevêem uma catástrofe encontrando sua origem nos 3 fatores seguintes:

- a explosão demográfica na qual o número de seres humanos sobre a terra cresce de 100 000 unidades à cada dia;
- o esgotamento das reservas naturais, energéticas, minerais e agrícolas que seria um dos fatores da atual crise econômica;
- a poluição crescente que ameaça submergir a humanidade em um oceano de lixo.

Não se trata para os marxistas de um problema inteliramente novo; os teóricos do movimento operário já o abordaram desde o século XIX, Engels particularmente em seus estudos sobre "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra", "A questão habitacional", "O anti-Dühring"...

A lógica do capital implica na busca desenfreada e ao menor preço os elementos naturais necessários à produção: esta é a razão da pilhagem siste-

mática da natureza desde o início do capitalismo. A insistência das classes dominantes em comprometerem a saúde, as condições de vida e o futuro da humanidade procede da própria essência do sistema estabelecido, pelo qual a natureza, assim como o homem são, antes de mais nada, objetos de exploração e lucro.

Mas, nos discursos oficiais, o móvel verdadeiro deste duplo crime fica evidentemente escondido. O traço comum dos ideólogos burgueses ou pequeno-burgueses é a negação do caráter de classe das relações homem/meio ambiente. Para as classes dominantes, o meio ambiente é sempre tratado como um problema mundial, que atingiria igualmente a todos os homens, todos os continentes, todas as classes sociais. Através da ideologia interclassista do "nós estamos todos no mesmo barco, nós somos todos responsáveis!" se esconde a questão essencial: o antagonismo de classe entre explorados e exploradores. No fundo, na burguesia, existe uma tomada de consciência dos problemas do meio ambiente mas cujos limites são precisamente os da ideologia burguesa:

- uma visão catastrófica de seu próprio futuro que ela confunde com o futuro da humanidade porque a burguesia não pode conceber o seu desmoronamento, senão como o fim do mundo;
- a vontade de fazer tudo para salvar e guardar seu próprio poder e preservar as condições que permitirão o prosseguimento da acumulação do capital.

E porque o sistema capitalista é antes de mais nada o reino da produção de mercadorias, os seus economistas nos dizem: o que não tem preço não tem valor; assim, demos um preço às reservas, que elas não tinham oficialmente: a água clara, o ar puro, o raio do sol e a vida humana, naturalmente. Traba-

lhadores que morrem da sílicose, do saturnismo, dos cânceres "profissionais"; povos colonizados, explorados, dizimados. Não se preocupem. Saibam que os economistas do capital pensam em vocês, nas suas análises "custos-vantagens", porque neste mundo tudo se compra e tudo se vende.

Por outro lado, o movimento ecológico que conheceu um fluxo considerável nos últimos 10 anos, ficou prisioneiro de esquemas confusos. O movimento ecológico hesita entre duas linhas fundamentais:

- a nostalgia mística das sociedades do passado: é necessário buscar a saúde em um retorno à natureza, num ascetismo individual capaz de parar o desenvolvimento;
- a busca revolucionária de uma forma nova de sociedade, de uma aliança com a classe operária que é portadora desta sociedade.

A origem da confusão está, em primeiro lugar, na natureza pluri-classista dos comitês pela defesa do meio ambiente, do movimento ecológico. Mas, também, no caráter ideológico dos temas do meio ambiente e no fato que as lutas neste terreno se situam no domínio da reprodução, fora do processo de produção em si mesmo.

Para nós, não se trata da "proteção da natureza" abstratamente.

Nós estamos atentos às tentativas utópicas que se manifestam tentando abrir passagem a uma nova ordem social. A própria confusão no movimento naturalista e ecológico deve nos incitar a saber distinguir, na tradição do Manifesto Comunista, a utopia reacionária (voltada para o comunismo primitivo) da utopia revolucionária (que aspira ao "comunismo superior" como falava Marx).

Devemos nos lembrar do que nos distingue desta corrente utópica: a análise do papel do proletariado no processo revolucionário.

LUMA SEÇÃO SOBRE "MODO DE VIDA"

Se nos países industrializados os problemas referentes à ecologia e aos problemas urbanos, às relações entre o homem e seu meio ambiente vêm sendo enfrentados pelo movimento operário (pelo nível de consciência alcançado pelo movimento operário e pela presença de um importante setor de intelectuais liberais), já nos países como o Brasil, a situação é completamente diferente.

A classe operária brasileira e sua vanguarda não estão suficientemente organizadas, política e ideologicamente, para se opor à busca desenfreada de lucro por parte das classes dominantes. Como consequência, a destruição do meio ambiente e o agravamento

das condições de vida das massas trabalhadoras, atingem hoje níveis insuportáveis.

Considerando que esses problemas assumem uma dimensão política importante no desenvolvimento do capitalismo brasileiro pois exarcebam as contradições entre as classes dominantes e as demais classes da sociedade brasileira; considerando que a classe operária e sua vanguarda devem se organizar para impedir que as classes dominantes comprometam a sua saúde, as suas relações com o meio ambiente, enfim a sua existência, passaremos a dedicar um espaço da revista aos problemas ecológicos do meio ambiente, da poluição, aos problemas urbanos e da vida cotidiana, procurando refletir sobre estes problemas e também absorver de maneira crítica, as concepções e experiências políticas que se manifestam no seio do movimento operário internacional visando o seu enfrentamento.

OS PONTOS DE PARTIDA DE CAMPANHA

Os quatro artigos a seguir, vieram a público em setembro e outubro de 1972, nos números 1 e 2 do jornal Campanha, editado no Chile, mensalmente, no período de setembro de 72 a setembro de 73 (12 números). Eles cumpriram no jornal o papel de declaração política, apontando em traços gerais a linha que deveria seguir o jornal e posteriormente o grupo Campanha. Quatro anos depois, após a sua reconstrução (inicialmente como jornal - 13 nú-

meros-, e atualmente como Cadernos - 4 números), aqui na França, o grupo se propõe desenvolver um balanço deste período, de maneira a consolidar seus avanços, superar suas limitações e aprimorar sua linha. No essencial e le ainda reivindica as linhas gerais de seu posicionamento inicial. No geral, quatro anos depois, os artigos mostram uma extrema atualidade. Mas muitas coisas se avançou neste período, além das modificações concretas na conjuntura brasileira e internacional, além da diferença do "environnement" (do Chile -UP, e da França -lis card), que cerca a atividade dos brasileiros no exterior. Isto tudo que exige o aprimoramento das análises e das alternativas apontadas.

A publicação destes artigos, que já tem um papel de documento, e que devem ser analisados em função do momento que foram lançados (ver posicionamentos de outras forças na época), é um meio de fornecer os elementos para trazer a público uma discussão que ora se abre no grupo Campanha. Posteriormente deverao ser publicados outros documentos dentro da mesma preocupação, assim como um balanço crítico do próprio grupo sobre os seus posicionamentos e sua prática anteriores.

FAZER DO EXÍLIO UMA CAMPANHA DE LUTA

1) É cada dia maior o número de brasileiros no exterior. São estudantes, artistas, professores, intelectuais, sufocados pela situação irrespirável de opressão, que acabam por abandonar o país com a esperança de encontrar fora de le uma alternativa qualquer. Fugindo da solução real do problema: a queda da Ditadura Militar. São também companheiros que lutavam por melhores condições de vida e de trabalho, que lutavam contra a ditadura ou se solidarizavam com esta luta. Gente que terminou por encontrar no exílio o único meio de escapar à prisão, à tortura ou à morte. Para outros companheiros, o que os levou a sair do Brasil foi a falta de uma alternativa política que desse condições para levar à prática sua vontade de lutar.

A história de muitas revoluções começou no exílio, porque os exilados souberam transformá-lo em arma contra os regimes de opressão. Em nosso caso, porém, se está ainda longe disso. Pelo contrário, o que predomina é a passividade, a busca individual de uma alternativa qualquer e a "nostalgia do exílio". O dese-

jo de voltar... um dia... sem saber muito bem como, sem procurar criar condições para isto.

Mas voltar... é um problema político. É o problema de se encontrar uma via conseqüente de luta contra a ditadura. É o de colaborar por todos os meios com os que ficaram lutando no Brasil, para que o avanço da luta crie condições para voltarmos todos. Se no momento atual isto parece difícil, é que a ditadura procura (e em parte consegue) mostrar-se com uma estabilidade indestrutível. Para que esta imagem de invulnerabilidade se mostre acreditável ela difunde a derrota imposta a Esquerda Revolucionária, como se essa derrota houvesse sido o resultado de sua solidez e não dos erros da própria Esquerda Revolucionária. Utiliza uma barreira de controle de propaganda e controle de informações para ocultar o que está se passando no país. Para encobrir as revoltas e as lutas que começam de novo, ainda que embrionariamente, para tentar isolar uma luta da outra e por esse meio evitar que elas se ampliem e que sua força cresça.

Mas por trás de tudo isto a ditadura tem medo. Ela sabe que a exploração, a miséria, a opressão permanente das massas trabalhadoras estão transformando o Brasil em um barril de pólvora. Não é necessário muita coisa para fazê-lo explodir... e isto depende em muito, de nós.

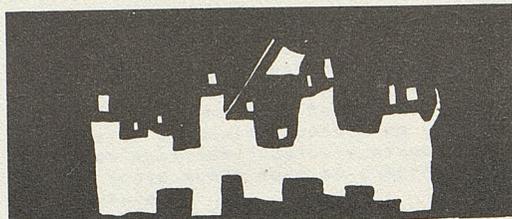
1) Nosso objetivo, ao lançar este jornal é iniciar uma campanha pela unidade dos brasileiros no exterior. Ou, mais exatamente, transformar a estadia fora do Brasil em uma CAMPANHA que realmente seja parte de todo o combate contra a ditadura militar. Para isto, duas coisas são necessárias:

A primeira, são as informações acerca do que realmente está se passando no Brasil. E portanto, a destruição da barreira de propaganda e controle de informações da ditadura, reduzindo o máximo possível os efeitos de sua censura.

Diminuir os efeitos desta censura não é apenas difundir as informações que a ditadura oculta. É também compreender a significação real dos problemas que se escondem por detrás de cada fato e saber dar-lhes a resposta.

A segunda questão importante é a da alternativa política. Para nós ela está baseada na compreensão que temos da ditadura como sendo a expressão política da atual aliança de classes dominantes (a burguesia industrial financeira e agrária, nacional e imperialista), como sendo o meio de garantir sua permanência no poder e de dar solução aos problemas econômicos, às custas da super-exploração dos trabalhadores brasileiros. A destruição desta aliança de classes depende da remobilização e da luta desses mesmos trabalhadores contra o regime que mantém esta super-exploração: a ditadura militar.

No momento atual em que não existe um



Partido Revolucionário da classe operária no Brasil e, em que a Esquerda Revolucionária se mantém completamente afastada das massas operárias, acreditamos que a construção do Partido que necessitamos passa por duas tarefas: a formação de uma vanguarda política socialista diretamente vinculada às massas operárias em todo o país, a partir dos grupos de operários de vanguarda existentes hoje; é a formação de uma Frente de Esquerda Proletária que reúna os setores dispersos da Esquerda e dê verdadeiramente, à tarefa de formação desta vanguarda, uma amplitude nacional.

Tendo em conta estas duas questões - as informações e a da alternativa política - vemos o jornal como um instrumento que ajudará a impulsionar o trabalho no exterior, de colaboração permanente e decidida com os companheiros que ficaram lutando no Brasil. Se neste primeiro número não fazemos ainda nenhuma proposta de plano de atividades para o exterior (problema que procuraremos enfrentar nos próximos números), não se pode esquecer algumas questões básicas. É responsabilidade de cada um aproveitar esta estadia fora do Brasil para meditar sobre as experiências do Movimento Revolucionário Internacional, passadas e presentes, assim como sobre as experiências do passado mais antigo de lutas no Brasil e do mais recente, que os milhares de brasileiros exilados guardam na memória, de modo a que estas experiências não fiquem perdidas e possam ser aproveitadas para o avanço da luta no Brasil. E sempre que possível devemos buscar os meios de fazer com que estas informações e experiências cheguem aos companheiros do Brasil.

Com base nisto é que será possível aprofundar um programa de luta que sirva de guia ao trabalho de organização e mobilização das massas operárias brasileiras.

Responsabilidade de cada um é também - buscar a solidariedade dos operários de todo o mundo para a luta que se desenvolve no Brasil, preparando as bases para que ela assumam verdadeiramente seu caráter internacional. Neste sentido é necessário denunciar a ditadura brasileira, por todos os meios e em todas as partes, em todas as oportunidades que apareçam. Mostrar os problemas a que a exploração sujeita os operários brasileiros - a fome, as doenças, a miséria. Mostrar as experiências de luta. E onde for possível, mostrando como é suja a ditadura militar brasileira; dificultar

suas saídas sub-imperialistas.

3) É este o sentido de nossa CAMPANHA. Quanto ao jornal, temos perfeita consciência de nossas limitações. Sabemos - como ainda são reduzidas as informações que temos, e como estamos ainda longe de poder difundir tudo que é necessário. Conhecemos também a limitação de nossa equipe de trabalho. Além de serem poucos, os companheiros que agora assumem a tarefa de edição deste jornal nem são os melhores, nem os mais experientes entre aqueles que se encontram fora do Brasil. Por último, sabemos também, que a própria alternativa política que temos a oferecer têm também limitações. Ainda que correta, e o resultado de uma experiência política restringida, do mesmo modo que a experiência que tem hoje outros setores da Esquerda Revolucionária Brasileira, e às quais é necessário se incorporar.

Assim mesmo consideramos que era importante fazer o jornal. Porque neste momento no exterior, não existe nada que pudesse substituí-lo. Em geral o que se difunde são documentos de organizações, com distribuição limitada, e que por seu conteúdo mesmo, são inacessíveis à grande maioria daqueles que se interessam pelo Brasil. Há ainda uma iniciativa importante: a Frente Brasileira de Informações, boletim de denúncias. Mas apesar de cumprir um papel de denúncia da ditadura brasileira, o FBI não pretende, nem pode, por suas características, oferecer uma alternativa política. Por isso resolvemos assumir a responsabilidade de dar um primeiro passo e fazer do próprio jornal um meio de buscar a ajuda de que necessitamos. A ajuda dos companheiros que, dentro do Brasil, nos enviarão informações e daqueles que fora do país passarão a redatá-lo e a publicá-lo conosco;

4) Agradecemos por último, a todos os companheiros chilenos, bolivianos e brasileiros que nos ajudaram na publicação deste primeiro número, redatando-o, trazendo-o e revisando-o conosco.

ALTERNATIVA A DITADURA : REVOLUÇÃO DOS TRABALHADORES !

Algum tempo atrás, quando o militarismo começou a se debilitar na razão direta que suas ações se repetiam sem maiores repercussões e, principalmente, sem maior consequência política, um pro-

blema a se colocar para a esquerda: e agora, que sucederá?

Veio o desânimo. A ditadura "não pôde ser derrubada pelas armas". Agora, que fazer? O imediatismo que num momento se manifestou sob a forma de militarismo, começou a se manifestar em outras formas. Quem sabe unificando a esquerda? Quem sabe se a aliança com os setores de oposição burguesa? Todas estas formulações, implicitamente, tendem a determinadas respostas. Respostas que, em última instância, consistem em unificar a Esquerda em volta do nada. Em entregar nas mãos da "oposição" burguesa a luta contra a ditadura, na medida em que a ER não tem forças sociais que a respaldem.

Todas essas respostas são respostas imediatistas que fogem do problema real e que, de tempos em tempos, têm levado a Esquerda a derrotas. Elas têm como consequência a prorrogação indefinida da solução real do problema.

Para responder hoje ao problema da luta contra a ditadura, é necessário verificar, qual é a sua base social? Quem pode derrubar a ditadura? Além de algumas outras questões.

As discussões assumidas por setores de "oposição" burguesa fazem com que muita gente recomece a ter alguma esperança em que, a partir das classes dominantes, surjam iniciativas para terminar com a ditadura. E, conseqüentemente a solução é a de aliar-se a esses setores para reforçá-los. Esta solução é tão superficial, como a apreciação que se faz do atual debate. Os limites deste são mais ou menos consenso geral dentro das classes dominantes: não existe setor importante que pretenda que a "democracia" vá além da "criação de condições" para que o empresariado possa influir no poder. Resumindo, todos eles têm claro que a discussão é se deve haver mais ou menos "democracia"... para a burguesia. Para compreender melhor o porquê desses limites, devemos compreender as razões da existência da ditadura.

A primeira razão do golpe militar de 64 foi uma razão essencialmente política. A situação anterior ao golpe foi marcada por um período de intensas lutas operárias (greves, Comício de 13 de março), lutas do movimento estudantil e outros setores da pequena burguesia (mobilização da UNE, greve nacional estudantil, grupo dos 11) e alguns embriões de revolta de setores de base das Forças Armadas (confraternização de marinheiros e metalúrgicos, Rebelião de Aragarças). Essas manifestações, no princípio controladas política, orgânica e ideologicamente por setores da burguesia liderados por João Goulart, e com a aceitação do Partido Comunista Brasileiro (reformista), começavam a se rebelar contra as direções populistas e, em muitos casos, chegaram a pegar em armas. Foi contra este perigo - "o perigo comunista" - que as classes dominantes (a burguesia industrial, agrária e imperialismo) conseguiram chegar a uma unidade

e, ao mesmo tempo, arrastar assim setores importantes da pequena burguesia.

A segunda razão foi uma razão econômica. Foi a compreensão de que não havia soluções para o capitalismo brasileiro sem o controle das reivindicações de salários, o que criaria condições para enfrentar a inflação e assim atrair o capital internacional.

Em 1964, sem dúvida alguma, o aspecto principal do golpe foi político. Foi a questão do poder. Exatamente por ser em volta dele que se dava o consenso geral das classes dominantes e que, passando o primeiro período de repressão, já controlado o movimento operário e seus aliados, se reabriu a discussão sobre a questão da ditadura. Durante os anos 66/67 as discussões dentro das classes dominantes se aguçaram em torno de dois pontos. O primeiro sobre a forma que se daria a ditadura de classe. Alguns setores da burguesia (importantes, ainda que minoritários) começaram a achar que controlado o "perigo da subversão e do comunismo", a ditadura militar não tinha mais razão de existir. Daí em diante passavam a reivindicar a restituição de determinadas liberdades. A segunda questão que se discutia era sobre os caminhos econômicos. Ainda que a ditadura tivesse "tirado o Brasil do fundo do poço", o avanço econômico não havia chegado a tanto. A abertura do mercado internacional era muito precária. Se começava a ver a necessidade de criar um mercado interno que, provisoriamente, desse as condições necessárias ao desenvolvimento econômico. Mas como criar este mercado interno?

Ante essa dúvida surge a segunda fase do golpe. Neste momento, este assume um caráter principalmente baseado em criar condições para a resolução de determinados problemas econômicos. O golpe do AI-5, não há dúvida, também pretendia terminar com as mobilizações de 68. Mas estas manifestações ainda não eram suficientemente importantes para pôr em risco o poder. Neste momento então, o novo golpe teve, predominantemente um caráter econômico. Tinha por objetivo criar condições para uma solução econômica e o aspecto político estava subordinado a este, na medida em que a solução econômica estaria baseada na manutenção e aprofundamento da super exploração da

classe operária. Portanto, era necessário aperfeiçoar o Aparelho Estatal, muito mais para impedir as manifestações de resistência da classe a esta super exploração e que podiam de fato ocorrer, do que para terminar com as manifestações de 68 que já se esgotavam.

A solução econômica que se deu posteriormente, todos conhecemos. Em breves linhas, ela consiste em criar um excedente a partir da super exploração da classe e com ela sustentar um setor privilegiado na pequena burguesia, criando assim um mercado para as indústrias de bens duráveis. Somando-se a isto, a manutenção do preço barato da mão de obra, o que por um lado permite a atração de capitais internacionais (além da acumulação interna de capital, base necessária para a dinamização da indústria) e por outro lado, a diminuição do valor do produto para concorrer no mercado exterior. Em suma, esta solução tem como base o baixo salário. Isto ao mesmo tempo cria condições para a existência de um mercado interno provisório e, para abrir assim caminho a uma solução a prazo: a saída sub imperialista, pela penetração no mercado internacional.

Desse modo toda discussão dentro das classes dominantes não entra no campo em que possa por em risco a existência da super exploração através de baixos salários. Tanto no campo econômico, onde as saídas econômicas podem aceitar uma redução desta super exploração mas, nunca a sua extinção, como no campo político, onde a "democratização" não pode criar condições para que a classe lute contra a super exploração. Por isso a "democracia" reivindicada pelos setores de "oposição burguesa" é a democracia para o empresariado e nunca para o proletariado, camponato e camadas assalariadas da pequena burguesia.

Por isso não podemos esperar alianças com os setores burgueses, a menos que nos limitemos a seus objetivos. Não há dúvidas que as contradições internas e o debate da burguesia debilitam momentaneamente as classes dominantes, o que poderia acentuar-se em caso de uma crise econômica. Não há dúvida também que essas contradições podem criar brechas para a mobilização dos trabalhadores da cidade e do campo. Mas elas serão temporárias e, rapidamente as contradições e crises burguesas podem ser solucionadas enquanto não existir uma força social capaz de romper a atual correlação de forças. E esta força social são as massas trabalhadoras da cidade e do campo.

Por isso vemos com clareza que o caminho para a destruição da ditadura passa pela paciente mobilização e organização das classes trabalhadoras. Não é a luta armada - como dizem alguns - que foi derrotada e que portanto não caberia agora mais do que a posição de expectativa em relação às iniciativas que partem de dentro das classes dominantes. A luta armada da vanguarda, esta sim é que foi derrotada. A mobilização dos trabalhadores da cidade e do campo só poderá ser vitoriosa. Não temos dúvida que



sua vitória só se dará na medida em que elas estiverem armadas política e ideologicamente, mas também militarmente, por que a burguesia não terá dúvidas em usar a violência.

Organizar as classes trabalhadoras da cidade e do campo em suas lutas concretas e particularmente o operariado industrial, seu setor mais combativo e de maior capacidade de organização, é hoje a tarefa de todo elemento que luta contra a ditadura. Neste sentido devem trabalhar desde o mais dedicado militante revolucionário, até o mais humilde - simpaticante da revolução.

Se antes de 64 foi possível a burguesia dar um golpe mesmo com a existência de mobilização dos trabalhadores, isto não se deu porque ela fosse mais forte que a classe trabalhadora. Se deu porque os trabalhadores naquele momento estavam dominados por uma alternativa política reformista que pretendia subordinar as massas trabalhadoras a alianças com setores burgueses, aparentemente - progressistas.

Foi por esperar a iniciativa desses setores, que concretamente estavam articulados dentro de forças golpistas, que o proletariado recebeu o golpe passivamente, sem resistência. Os setores do movimento que fugiam do controle das classes dominantes, eram suficientes para assustar a burguesia, mas não para enfrentá-la. Digamos que o golpe era "necessário" e isso unia as classes dominantes. Mas, se houvesse resistência, as dificuldades podiam ter levado a burguesia a dividir-se em sua ação, criando - por consequência, condições para que o golpe fracassasse.

São estes os pontos principais que mostram os contornos nos quais devem - ser confundidos os debates interburgueses e os que definem as bases fundamentais, para então adquirir uma posição - em relação a eles.

Sem dúvida, a análise feita já mostra um caminho:

- Construir paciente e decididamente a organização das massas trabalhadoras da cidade e do campo (especialmente a dos operários industriais, seu setor de vanguarda).

- Qualquer saída imediata que não esteja de acordo ao dito anteriormente é retardar a derrubada da Ditadura Militar.



CONSTRUIR O PARTIDO OPERARIO

Quando o movimento de massas e a demarcação da esquerda chegam a um ponto tão baixo como sucedeu no Brasil,

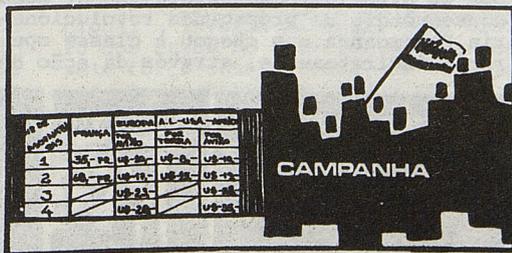
é mais ou menos natural que comece a quebrar-se a barreira do sectarismo. Isto é o que sucede atualmente na esquerda brasileira. A sensação de impotência leva-a a uma natural reaproximação num instinto de sobreviver. Entretanto, nem todo sectarismo desaparece. Mas o sectarismo que ainda persiste já não é um elemento tão decisivo para impedir os novos reagrupamentos da esquerda revolucionária.

Pensar neste problema, o da reaproximação da Esquerda Revolucionária (ER), nos obriga também a pensar nas condições e no sentido em que esta atuará. Nós partimos deste ponto de vista quando propusemos à ER a alternativa de formar uma Frente de Esquerda Proletária.

Começamos primeiramente por analisar a situação atual das experiências e os caminhos que acreditamos necessários de serem levados a cabo. Por outra parte (e nisto a maioria da esquerda já está de acordo) pela compreensão do esgotamento do militarismo, tendência política hegemônica neste último período, e pelo consequente esgotamento de sua expressão orgânica: A Frente das Organizações Armadas. Este esgotamento produziu na esquerda uma lacuna que ainda não foi preenchida e urge preenchê-la.

Ainda que a ER pareça seguir um rumo consequente no sentido de se vincular aos trabalhadores, a inexistência de um catalizador pode retardar o período de consolidação dessa tendência. Isto poderá permitir, inclusive, que uma tendência política inconsequente assumira um peso político importante, a partir de fenômenos conjunturais enchendo assim a lacuna de uma nova hegemonia política na esquerda. A consequência disto poderá ser a retardação decisiva na formação do Partido Revolucionário, correndo-se o risco de perder futuras conjunturas que seriam favoráveis. A formação do Partido Revolucionário é a condição decisiva para uma luta consequente contra a ditadura e em prol da Constituição de um Governo de Trabalhadores da Cidade e do Campo.

Já dissemos que a ditadura militar é a forma como se expressa nas atuais condições brasileiras a aliança entre as classes dominantes. Lutar contra a ditadura é portanto o meio de golpear o poder político dessas classes. Vimos que a única força capaz de criar uma conjuntura que faça possível a queda desta ditadura é a organização e mobilização dos trabalhadores da cidade e do campo. Isto é que fará impossível a manutenção



do poder militar, ainda que a burguesia o necessite.

Mas, como mobilizar os trabalhadores da cidade e do campo? Este é o problema básico da esquerda hoje.

A Esquerda Revolucionária se formou a partir do rompimento ideológico com o reformismo e o revisionismo do Partido Comunista Brasileiro. Mas, este rompimento teve deformações básicas. A pa-receu fundamentalmente nas camadas pequeno burguesas do Partido.

Alguns setores romperam em torno de divergências no campo da discussão da estratégia e da reafirmação teórica dos princípios leninistas. Outros setores tiveram como único ponto (ou quase único) para seu rompimento, a afirmação do caminho armado como negação à visão pacifista do PCB. Estes foram os setores que deram origem à nova esquerda, setores desvinculados de qualquer base social, e especialmente, da classe operária. Nenhum "era a expressão política de um setor politicamente mobilizado". Mas ainda há mais. O rompimento com o PC não foi só com sua política equivocada. Pelas características que teve, foi também um rompimento com todas as experiências anteriormente acumuladas, que eram apesar de sua deformação, a base sobre a qual se podia apoiar um novo Partido Operário.

Estas são as características da ER de hoje em dia. Uma esquerda teórica e desligada de bases sociais (particularmente da classe proletária), desvinculada das experiências do passado mais remoto e também do mais recente (de seu próprio passado) na medida em que estão mortos, presos ou no exílio seus melhores e mais experimentados militantes, e na medida de sua desagregação orgânica.

É este o dilema da Esquerda Revolucionária. Primeiro dedicar-se realmente a organizar as classes trabalhadoras da cidade e do campo. Depois, a necessidade de organizar o Partido Proletário. Para resolver este problema de condição básica é a transformação da ER de vanguarda teórica (ou que conta pelo menos com um programa estratégico) em vanguarda da política de setores importantes da classe proletária (que conta também com uma tática concreta de construção do partido e de luta contra a ditadura).

Para isto a esquerda deverá dedicar-se hoje, pacientemente, a organizar os setores avançados da classe, nos lugares de trabalho de maior importância econômica e política.

Esta tarefa passa pela atividade - junto a operários de vanguarda, em grupos ou dispersos, que existem hoje como consequência da propaganda revolucionária. Propaganda que chegou à classe operária indiretamente, através da ação de

militantes isolados ou, a partir da repercussão do movimento estudantil de 68 e das greves de Osasco e Contagem e que encontrou um terreno fértil na classe devido a super-exploração que sofre.

Mas exatamente por não ter sido esta vanguarda formada pela ação sistemática de um Partido Revolucionário, tem como consequência dois problemas fundamentais: a dispersão de grupos isolados (em diversas regiões) e as definições políticas difusas, produto da preparação política limitada com a inexistência de um plano político de atividades.

Vincular-se a estes grupos, contrair para sua depuração política e para sua coordenação nacional, entregando-lhes os instrumentos que necessitam para isto, e reproduzi-los em todas as áreas econômicas importantes do país é a tarefa central dos revolucionários.

Transformar e multiplicar a vanguarda potencial que existe na classe, formando uma vanguarda socialista estruturada em cada fábrica, em cada área rural, em cada escola e coordenada nacionalmente.

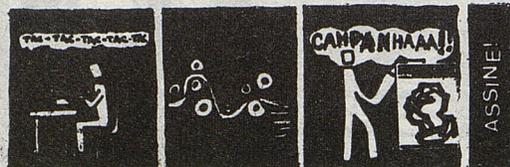
Para cumprir este papel, a esquerda terá que elaborar um plano de atividades para esta vanguarda (plano que se irá revisando e melhorando na medida direta de sua aplicação). Elaborar um programa de luta e um plano de atividades que considere a conjuntura política da ditadura, as condições econômicas, políticas e ideológicas dos trabalhadores, que sistematize suas reivindicações políticas e econômicas e também as formas de luta (apoiando-se na experiência de cada frente). Levar este programa de lutas como uma proposição concreta (que irá se enriquecendo), como uma convocação para a atividade revolucionária, a cada trabalhador e estudante de vanguarda.

Estas são hoje as tarefas da esquerda. Em torno delas devemos reagrupar as forças em torno a:

- a luta contra a ditadura e por um governo dos trabalhadores
- a luta pela construção de um Partido Operário Revolucionário
- a organização independente da classe operária nas fábricas e indústrias, em sindicatos livres que sejam independentes do controle estatal.
- do trabalho junto aos grupos operários de vanguarda e no trabalho concreto e paciente de uma Vanguarda Política Socialista estruturada em cada local e nacionalmente coordenada. Formação que se fará em torno das lutas concretas, econômicas e políticas da classe.

O que caracteriza fundamentalmente o setor que aceita esta alternativa é o seu caráter político proletário. É por isso que o chamamos de Esquerda Proletária e propomos a formação de uma Frente de Esquerda Proletária.

Pensar hoje que se pode formar uma frente para derrubar a ditadura, pode nos levar a dois erros: o de fazer uma "Frente de Aparatos Partidários", pois a ER não é mais do que isso (completamente desvinculada de qualquer setor soci-



al), ou entregar simplesmente a luta - contra a ditadura à oposição burguesa, ou a grupos de militares, já que somente eles contam hoje com algumas forças organizadas atrás de si, e esperar que eles levem a cabo a luta contra a ditadura (sonho inútil).

Não aceitamos nenhuma dessas alternativas, imediatistas e falsas. Podemos e devemos aproveitar as brechas criadas a partir da luta dentro da burguesia. Mas nunca cooperar para reforçar suas bases sociais. Ao sonho de alianças com setores da burguesia para uma "imediate derrota da ditadura", opomos a atividade concreta da organização independente dos trabalhadores e a formação do Partido Revolucionário na luta contra a ditadura. Ao sonho da aliança de "aparatos" para "derrotar a ditadura" opomos a FEP - Frente de Esquerda Proletária. Também "Frente de Aparatos Partidários" mas em bases concretas, com objetivos definidos: romper o dilema da esquerda ou vincular-se à classe operária no caminho da formação de seu Partido.



ORGANIZAR A LUTA NO EXTERIOR

Muitas vezes colocamos a necessidade de transformar o exílio em uma frente de luta. Para isto é necessário um pouco mais do que vontade. É necessário uma alternativa política que marque o sentido geral da atividade no exterior; é necessário um plano de trabalho, formas de organização, instrumentos de agitação e propaganda e de definir as prioridades para cada momento; é necessário uma direção política que centralize, coordine e organize o movimento.

Quanto a alternativa política, no geral, acreditamos que ela começa a definir-se. O processo de autocritica que vem se desenvolvendo na esquerda há algum tempo, tem tendido a formulação de um caminho proletário de luta.

Realizar organicamente esta tendência, reunindo os diversos setores que a compoem, em torno de uma atividade política concreta, no debate comum e na troca intensiva de experiências, é isto que levará ao amadurecimento e consolidação dessa alternativa.

O grande vazio é portanto, a inexistência dessa expressão organica. Isto depende da formação da Frente de Esquerda Proletária que permitira acelerar o processo de formulação política desta alternativa e a elaboração de um plano de trabalho que lhe dê consequencia. Por ig

so é necessário, o mais intensamente possível, desenvolver a propaganda da Frente de Esquerda Proletária e dar passos concretos para sua formação.

É necessário para isto, tomar algumas iniciativas. Tomar desde já uma posição frente ao trabalho a ser iniciado, em nosso caso as atividades no exterior. Propor tarefas práticas, que comecem a ser enfrentadas.

AS FRENTE DE LUTA NO EXTERIOR

Podemos dizer que temos duas tarefas básicas: a de contribuir diretamente na luta dentro do Brasil contra a Ditadura e contra a exploração capitalista; e a de estabelecer relações de intercambio de experiências e solidariedade com a luta internacional dos trabalhadores. Ambas as tarefas dependem de um terceiro aspecto: o de formar a organização dos brasileiros no exterior e de sua vanguarda, formando assim a força capaz de cumprir ambas as tarefas.

1. Apoiar a luta no Brasil - contribuir com a luta que se desenvolve no Brasil, ajudar a definir os caminhos de luta e contribuir na vinculação da ER com a classe operária. Para isto devemos contribuir na análise da atual conjuntura da luta dos trabalhadores da cidade e do campo em seus aspectos políticos, econômicos, nível de consciência, etc. Contribuir num programa de reivindicações políticas e econômicas e das formas de luta e manifestação que podem ser usadas no momento atual. Em suma, contribuir na elaboração de um plano político - que sirva como referência à mobilização e organização dos trabalhadores nas cidades e no campo e seus aliados. Mais que isto é necessário a sistematização de experiências vividas ou apenas conhecidas por todos os companheiros combatentes que estão fora do país, em todos os campos de atividade. Não permitindo assim que a ditadura quebre uma vez mais a tradição da ER, obrigando aos companheiros que hoje lutam no Brasil (em geral companheiros mais novos, de formação recente) a percorrer os mesmos caminhos e erros que percorreram os companheiros que estão aqui fora. Transformar estas experiências em instrumentos concretos de agitação, propaganda e educação de novos combatentes. Por último, contribuindo concretamente na formação de uma infra estrutura para a luta revolucionária no Brasil, ou seja, financiando a luta dos trabalhadores, a organização de sua imprensa e a organização de sua vanguarda.

2. Forjar as bases para a luta internacional - Invariavelmente, cada brasileiro que chega no exterior é surpreendido pela força internacional da luta de classes. O desconhecimento que se tem no Brasil do que ocorre em outros países, o isolamento às experiências de luta na América Latina e do mundo convulsionado a nossas portas ... tão próximas e tão distantes ... A inexistência de uma direção internacional dos trabalhadores, faz com que seja difícil para nós ver qualquer luta mais além de nossas fron-

teiras. Nesta situação, o internacionalismo proletário se transforma em uma verdade teórica, sem maiores consequências políticas na luta diária. O sentido internacional de nossa luta não se limita a aceitação de que a vitória final do socialismo depende da vitória do proletariado internacional sobre o capitalismo internacional. Não é apenas o objetivo histórico a ser alcançado um dia o que une os explorados e oprimidos de todo o mundo. A própria luta que conduz à implantação do governo aos trabalhadores em cada país, depende de uma solidariedade internacional ativa - Cuba, Vietnã e Chile recentemente, mostram o que é a solidariedade dos trabalhadores de outros países e como pode ser decisiva. Mas tudo depende dos trabalhadores e de sua vanguarda em cada país, de forjar - esta solidariedade, aprender com as experiências que vão sendo vividas em outros países e divulgando as suas próprias. Depende da compreensão do caráter internacional da exploração capitalista e da compreensão da unidade internacional que existe entre os capitalistas para sua defesa.

Se soubermos assimilar as experiências forjadas a cada passo em frente na luta dos trabalhadores da América Latina e do mundo, os trabalhadores brasileiros não necessitariam viver uma série de derrotas. As experiências concretas dos trabalhadores de todo mundo - organização sindical, greves, luta política, construção do partido proletário - nos ajudaram a reorganizar nossa luta.

Do mesmo modo a denúncia da situação política brasileira, da exploração e violência exercida contra o proletariado e contra o conjunto do povo brasileiro, significa transformar as derrotas que sofremos em experiências para os trabalhadores e revolucionários de todo o mundo.

Significa contribuir para que os trabalhadores em outros países desenvolvam consequentemente suas lutas, ao mesmo tempo em que se organiza a solidariedade para com nossa luta. É um meio de conseguir a solidariedade internacional dos trabalhadores, cuja força política impede que seus governos dêem um apoio aberto ao governo militar brasileiro e a sua política sub imperialista.

Somos nós, fora do Brasil que temos que levar adiante estas tarefas, estabelecendo contatos com organismos de massa, organizações revolucionárias, ou simples grupos de companheiros de outros países, desenvolvendo junto a eles uma intensa campanha de agitação e denúncia da situação brasileira. Levando atrás de nossas experiências a incorporação de tudo quanto elas podem ensinar-nos.

3. Organizar os brasileiros no exterior e prepará-los para cumprir esta tarefa - é preciso convocar todos os brasileiros que se encontram no exterior. Para isto, em uma primeira instância é necessário democratizar as entidades dos brasileiros criados no exterior. Desburocratizá-los e apoiá-los no conjunto dos brasi-

leiros, e não apenas em organizações - partidárias.

Cerca de 10.000 brasileiros se encontram no exterior (Chile, França, Argélia, etc). Têm reivindicações concretas, seja em relação ao Brasil (direito de entrar e sair do país quando queiram sem repressões, nem prisões; direito a correspondência com seus familiares sem a intervenção de censura, desviando ou desaparecendo com suas cartas), quanto às suas relações com os governos dos países onde se encontram (na medida em que as embaixadas brasileiras não atendem seus interesses e necessidades). E se há reivindicações, são necessárias organizações que dêem expressão a essas reivindicações.

As organizações "representativas" - que se criaram fora do país, respondem apenas em parte a estas necessidades. A Caixa, O Comitê de Denúncia da Repressão, A Frente Brasileira de Informações etc., não estando apoiadas diretamente pelo conjunto dos brasileiros, tendem irremediavelmente ao burocratismo.

Não há dúvida que são necessárias as frentes de organizações revolucionárias, mas elas têm outro papel. Neste sentido é que formulamos a necessidade de criar um polo de aglutinação dos setores mais consequentes da esquerda, a F.E.P. (Frente de esquerda Proletária).

A este organismo caberá o papel de vanguarda neste processo, dinamizando as entidades, organizando e propondo - formar grupos de trabalho que discutam suas reivindicações fora do país, que discutam a situação política do Brasil, sistematizando reivindicações políticas concretas e discutindo caminhos para sua obtenção. Sistematizando suas experiências de lutas, organizando campanhas de finanças, elaborando instrumentos de propaganda e agitação que contribuam - desde já na luta desenvolvida no Brasil desenvolvendo sua autoformação política e desenvolvendo a agitação e denúncia da exploração e opressão capitalista no Brasil, divulgando as experiências concretas de lutas dos trabalhadores e sua vanguarda. Em resumo, contribuindo com a luta no Brasil e preparando as condições para a volta de todos os brasileiros para que somem assim suas forças a dos trabalhadores e a da maioria do povo brasileiro.

AS S INE CAMPANHA



ACHEI A SOLUÇÃO
PARA OS MEUS
PROBLEMAS,
"IDEOLÓGICOS".



COM
SENSATEZ?



NÃO, COM
PASSAPORTE



EU, MILITANTE ???

Marina

... "Se uma outra vez, você tiver algo a me dizer, lembre-se de que não sou professor; sou um homem entre tantos outros que lutam hoje por uma Cuba nova, mas que teve a oportunidade de viver ao lado de Fidel nos momentos difíceis da Revolução Cubana e de viver alguns dos momentos mais trágicos e mais gloriosos da história do mundo que luta por sua liberdade. Isto explica porque você me conhece e porque eu me esqueci do teu nome; poderia ter sido o contrário: a diferença é que eu estaria te escrevendo de uma longínqua região do mundo, aonde minha vagabundagem teria me levado, já que não nasci aqui. É tudo."

Trecho de uma carta de Che Guevara à José Medero Mestre em 20/fev/64.

Tudo ia tão bem que eu estava de saco cheio.

Primeira saída: terapia:

- "você gosta de criar problemas" dizia o terapeuta.

Depois, a decisão: vou prá França? Porque a França? Por quanto tempo?

Não sabia...

E "debarco" aqui com a minha "cultura Veja" nesse mundo de jornais, de tendências políticas, de "revolucionários" aposentados...

Mas também num mundo de informações sobre o Brasil, que descubro, não existia sozinho. Existia como parte de um todo vivo, cheio de importância, de significado - a América Latina.

Dai surge a necessidade que me aproxima da esquerda brasileira e de todo o seu contexto: socialismo, marxismo, tendências, divisões, passado de lutas.

Um acaso me aproximou do grupo.

... e com o aumento da consciência a surge a necessidade de uma opção.

Não podia mais ficar com um pé dentro, outro fora: o de fora me dava caimbras; o de dentro não tinha equilíbrio.

Difícil uma decisão.

Sobretudo quando "revolução" é uma palavra bonita mas distante, não palpável. Quando os "revolucionários" não são os "heróis" dos livros e das revoluções já prontas.

Mas sim, os amigos de todo dia, os companheiros às vezes tão chatos, sempre a fazer "auto-crítica"...

Tão frágeis... Tão iguais a nós mesmos.

Penso no nosso grupo, tão pequeno e tão ativo. Parte de uma constelação de grupos hoje ainda tão dispersos e igualmente frágeis.

Todo o trabalho a ser feito... a grandeza do objetivo... a nossa importância ... (ou somos capazes?)

Mas penso também que a revolução cubana é uma realidade e que os sobreviventes do Gramma, seus "heróis", em um momento, foram apenas 12.

E me vem a idéia: se eu tivesse convivido com o Che, apostado que o acharia pretensioso e machista.

Que os "heróis" são gente...

Que os Marx e Lênines da história também tinham dor de barriga. E nem por isso o que deixaram tem menos valor. Muito pelo contrário...

Mas eu não sou um Che.
Ou serei?



O RACISMO DIVIDE, O RACISMO MATA !

O assassinato do companheiro boliviano Alberto Zacarias Quisbert(1), e o desenvolvimento das investigações policiais relativas a ele, traz para perto de nós, os latinoamericanos residentes na França, um problema até o momento considerado como se não nos dissesse respeito: o do racismo.

A sua morte por desconhecidos, sem que nenhuma ocorrência fornecesse a justificativa para isto; os clássicos insultos em relação a estrangeiros; a ira, o ódio, a violência (não podem ser justificados por "cabeça quente", um assassinato aonde a vítima é transportada por quilômetros até um lugar vazio e onde o corpo é atropelado por diversas vezes até ficar transfigurado); todos estes fatores desvendam o caráter racista do assassinato.

A investigação policial por sua vez, vai trazendo à tona o racismo existente dentro do próprio mecanismo do poder, e a sua massificação ao nível ideológico. São os árabes que vão sendo chamados para acareação, é o tratamento ao próprio companheiro boliviano no Rudi (que estava com Zacarias no momento anterior ao seu assassinato), é o deslocamento do eixo das investigações para um eixo político (os endereços, publicações políticas legais, recolhidas em sua casa), é a tentativa de aproveitar o fato e pressões psicológicas originadas na situação, para colher depoimento sobre o assassinato do cônsul boliviano (2) levado a cabo há quase um ano.

Por último se vê o racismo na imaginação popular, aonde qualquer briga, qualquer problema existente é coisa de árabes, de portugueses, enfim de "estrangeiros".

A ocorrência traz à tona os riscos do racismo. Os riscos das observações levianas sobre o "árabe", o "português", etc., que, feitas de uma maneira tão inocente, vão formando, reproduzin

do, consolidando a "imaginação popular", e deste modo servindo às mãos do poder. O fato de não sermos, os brasileiros e latinoamericanos, os mais atingidos pelo problema do racismo até o momento, faz com que este problema seja tratado com relativa leviandade nos nossos meios. Se não estamos nos primeiros lugares da lista que serve de alvo do racismo, que tem à sua cabeça os árabes e portugueses, isto se dá entre outras coisas por sermos até há pouco uma colônia relativamente reduzida. Mas o aumento desta, devido a proliferação e consolidação de ditaduras militares e sanguinárias a escala continental (em América Latina), ligado à existência de um estreitamento de relações entre estas ditaduras e o estado francês, já vão forjando interesses que geram este racismo também em relação aos latinoamericanos (3). O "affaire Carlos" não teve como consequência secundária, mas nem por isso inconsciente, a de divulgar uma imagem do "latinoamericano terrorista" com a faca na boca?

O racismo divide, o racismo mata. E para quem não acreditava que, ao fazer ou divulgar comentários e piadas inocentes, estivesse contribuindo para isto; para quem pensava que o racismo era uma coisa que não nos dizia respeito, que o assassinato de Zacarias lhe sirva de exemplo.

(1) Veja, neste número, testemunho de seu companheiro.

(2) Assassinato levado a cabo em Paris o General Joaquim Centeno Arraia, participou em 1967 do cerco e assassinato de Che Guevara.

(3) A tendência ao aumento do racismo com relação aos latinoamericanos faz parte também do difícil momento político que vive as classes dominantes, que impulsionam o racismo sobre o conjunto dos estrangeiros.



Durante o Golpe de Estado que levou Pinbochet ao poder, todos os estrangeiros que nos encontrávamos no Chile fomos perseguidos e a maior parte feitos prisioneiros. Alberto Zacarias não pertencia a nenhum partido político e foi uma vítima a mais da xenofobia do regime, ainda que já residisse no Chile há 23 anos, que fosse casado com uma cidadã chilena, pai de seis filhos e sustento absoluto de sua família, incluindo sua sogra. Junto com dois amigos, chegou ao Estádio Nacional do Chile, convertido em campo de concentração, aonde foi interrogado brutalmente. Ainda que não tivesse nenhuma acusação contra si, as autoridades determinaram sua expulsão do país, do mesmo modo que a seus colegas e ao resto dos estrangeiros que se encontravam naquele campo de concentração. Devido a que compartilamos a mesma cela, fizemos amizade e não tardamos muito a ser bons amigos.

Saímos do campo de concentração - em fins do mês de outubro de 1973. As autoridades chilenas concederam um prazo de dez dias para que os liberados abandonassem o país, e foi assim que chegamos na França, dia 7 ou 8 de novembro, na qualidade de "evacuados de guerra".

A VIDA
DE ZACARIAS
NA
FRANÇA

Instalado, a primeira preocupação de Zacarias foi conseguir um trabalho para poder enviar dinheiro à sua família. Sua alta qualificação de operário soldador, lhe permitiu de encontrar um trabalho rapidamente. Nossa amizade - foi se desenvolvendo ainda mais no Poyer (em que habitávamos juntos), durante as horas em que se encontrava fora de seu trabalho.

Em maio do presente ano decidi trazer sua família para a França, porque se sentia muito só. Vivia muito pobremente, com a preocupação de poupar. Enviava 150 dólares mensais à sua família; outra pequena quantidade para que seu irmão assistisse à sua mãe idosa, reservava um pouco para si e o resto - de seu salário ia diretamente ao banco.

No sábado, dia 28 de agosto chegou à minha casa. Fomos ver o filme "Actes de Marusia" e às 21 horas voltamos a meu domicílio. Bebemos uns dois copos de cerveja, uma garrafa de vinho branco e nos deitamos rapidamente. Zacarias costumava vir nos fins de semana e ficar para dormir, já que sua casa era muito distante.

No domingo, dia 29, entre 20,30 - horas e 20,45 (depois de estarmos juntos todo o dia), caminhamos até a Rua Malasis, e vimos à frente e um pouco - mais abaixo, a luz de um pequeno café. Nos dirigimos a ele e entramos imedia-



**TESTEMUNHO
DE UM
ASSASSINATO
RACISTA**

tamente. Mais tarde abandonamos o local e saímos à rua. Havia caído totalmente a noite e a rua estava vazia. Eu tomei meu amigo pelo braço e começamos a subir a rua Malasis muito lentamente, enquanto conversávamos. Como sou cardíaco e Zacarias muito lento a caminhar, paramos alguns segundos para reiniciar a caminhada em uma segunda etapa, pois a encosta era muito fatigante.

"CAMINHEI ATÉ
ÉLE AFIN DE
ACALMAR
SUA COLERA"

De repente, vi aparecer um vulto que parou alguns metros à frente de nós, ao mesmo tempo que ouvi um derrapar de freios. Zacarias e eu olhamos para a frente. Tratava-se de um automóvel branco, de onde vinham alguns gritos de insultos. Creio que o chofer dizia "dégagez, vous", "merde", "étrangers ivrognes", além de outros insultos que eu não compreendi.

Permanecíamos calados na rua até que uma das portas se abriu, saindo um juvenzinho de uns 18 à 20 anos, de um metro e setenta, aproximadamente. Caminhei até ele, afim de acalmar a cólera com que nos insultava. Seu porte era atlético e me impressionou sua cara infantil, impregnada de ódio. Ligeiramente curvado para a frente, golpeava sua mão direita contra a palma esquerda repetidas vezes. Em sua mão direita tinha uma espécie de mangueira de borracha vermelha. Seu olhar, cravado no meu, buscava o momento oportuno para golpear, enquanto eu retrocedia para um lado e para cima, num supremo esforço para evitar o golpe. O automóvel, os outros gritavam "tape! tape!", enquanto isto o atacante murmurava "tu ne comprends pas... tu ne comprends pas...". Quando eu percebi que os outros desciam do carro para ajudar o atacante (tudo em espaço de segundos), olhei para a esquerda e vi uma brecha por onde podia escapar. Dei um quarto de volta sobre mim e, ao correr, tropecei no pé do atacante, ao mesmo tempo em que recebia um golpe leve no lado esquerdo. O fato é que eu corri tudo o que pude, até cair, violentamente, devido ao esgotamento físico. Me pus em pé como pude e recomecei a correr. Completamente esgotado, e ao notar que ninguém me seguia, comecei a baixar para ver o que se passava com meu amigo, a fim de tratar de ajudá-lo de alguma forma. Enquanto fazia isto, um outro automóvel parou do meu lado, com a disposição de se estacionar em uma garagem particular. Como eu tinha medo, pensei que podiam ser de novo os atacantes - quando esqueu o motorista, parei-me para para dizer-lhe não me fizesse mal. Logo vi uma mulher a seu lado o que me tranquilizou. Pedi então ajuda para o meu amigo Zacarias que havia ficado mais abaixo. Como eu não sabia dizer em frances "voyeux", eu disse :

"por favor, senhor, senhora, salvem o meu amigo... acabamos de ser atacados por hipies". Não deram importância, e a mulher falou "aqui não existem hipies...". Desesperadamente me pus a chorar para que me acreditassem, e creio que a mulher aconselhou o marido que não se metesse. A mulher me disse: "é acidente de rua e estão levando o homem ao hospital". Ao escutar isto, me precipitei para baixo e consegui ver de longe as silhuetas de homens que metiam um outro no que pensei ser uma ambulância. Voltei a encontrar o casal, para que voltasse imediatamente para a casa. "Em todo o caso socorreram o seu amigo", me disseram. Dei-lhes então a mão, e voltei à minha casa. Minha mulher fez-me deitar, tratando de tranquilizar-me da crise de nervos que me atacou.

Segunda-feira, 30 de agosto, aproveitando um espaço de tempo, fui à Drancy, afim de ver se meu amigo voltara à sua casa. Encontrando sua porta fechada, perguntei ao vizinho se meu amigo tinha voltado à noite. Ele não soube responder-me.

As 15 horas, apresentei-me à um Comissariado, aonde, em linhas gerais, contei o que se passara a noite anterior e eles me aconselharam a telefonar para a polícia de Vitry. O Comissariado de Vitry me aconselhou que eu chamasse a polícia de Ivry. Ninguém respondeu, e eu e minha esposa resolvemos chamar pessoalmente os hospitais, afim de averiguar se em algum deles estava Zacarias. Ninguém pôde nos informar.

"SEM NENHUM
PAPEL, FIZERAM
UMA REVISTA
EM MINHA CASA"

Voltamos à casa e quando nos dispúnhamos a entrar em nosso apartamento, das escadas e do piso superior saíram quatro homens que nos perguntaram nossos nomes. Respondemos e nos disseram que eram da polícia judicial. Os policiais puseram-me para dentro e sem que deixassem explicar-me, começaram a fazer uma série de perguntas sobre os amigos que eu tinha. Vi-me obrigado a interrompê-los para contar o que havia sucedido no domingo. Ao mesmo tempo - lhes perguntava desesperadamente o que havia sucedido com meu amigo Zacarias. Trataram de ocultar-me até que um deles informou que meu amigo estava morto. Os policiais, sem mostrar nenhum papel que lhes permitisse, fizeram uma revista na minha casa. O barulho que fizeram traumatizou minha pequena filha - que não parava de chorar, pois viu os revólveres e minha crise nervosa. A dor que me causava a morte de meu amigo não me permitiu evitar que cometessem estes abusos.

Puseram em uma maleta algumas propagandas políticas, do mesmo modo que

recortes de jornais. Expliquei-lhes - que era jornalista, o que me obrigava a ler uma grande quantidade de livros, revistas e folhetos. Quebraram meu roupeiro e pisaram, sem dar importância, jóias de minha pequena filha, estragando-as. Tiraram a porta do contador de águas e não a repuseram. Abriram a malaleta de Brigitte (uma amiga minha que estava em casa naquele momento) e finalmente levaram o carnet de cheques, assim como endereços que eu tinha comigo. Deixaram tudo desarrumado e nos levaram a verificar o automóvel de Brigitte. Nos puseram (depois) em diferentes carros e nos conduziram à Brigada Criminal de Quai de Orfevres número 36. Quando passávamos pela rua Malasis, eu mostrei o lugar aonde pedira ajuda. Estacionaram e buscaram o proprietário, que se aproximou do automóvel e me reconheceu. Imediatamente o afastaram do lugar.

Na polícia judicial tomaram nossas declarações.

**"QUERIAM ME
FAZER DECLARAR
SOBRE O ASSASSINATO
DO EMBAIXADOR BOLIVIANO"**

Na quarta-feira, 1º de setembro, às 9:30 hrs. fui convocado para reconhecer o cadáver de meu amigo Zacarias. Chegamos ao necrotério por volta de dez horas. O cadáver estava enrolado em panos e tinha o rosto completamente desfigurado pelo efeito das rodas de um automóvel que havia passado sobre ele várias vezes. O policial que me conduziu, muito amavelmente me explicou que segundo a autópsia, meu amigo Zacarias havia morrido por motivo de atropelamento sofrido no Bosque de Vincennes (de via ter sido transportado para lá e depois atropelado várias vezes). Quando voltei à polícia judicial fui acareado com o casal de árabes donos do café onde estivemos pela última vez na noite de domingo. Eles estavam muito atemorizados.

Na quinta-feira, dia 2, fui à polícia judicial e me pediram para ampliar minhas declarações. Esta vez me acarearam com um árabe que estava no café (com o qual Zacarias tivera uma discussão). As onze horas fui conduzido a outra seção (bureau 412), aonde me disseram que me necessitavam "para outra coisa diferente do assassinato de meu amigo Zacarias". Me dei conta de que era outra seção, mais especializada e lhes disse que queria ver meu advogado. Disseram-me que não era necessário.

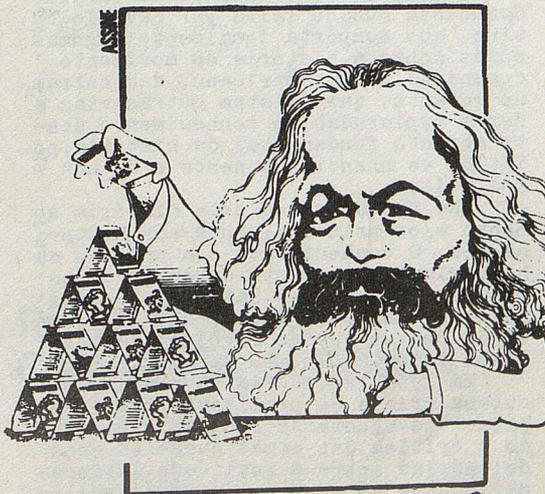
Na Polícia Judicial me disseram - que desta vez eu faria declarações com relação ao caso do assassinato do Embaixador da Bolívia, General Joaquim Centeno Arraia. Protestei vivamente, dizendo-lhes que me encontrava magoado com a morte de meu amigo e com os nervos destróçados, o ponto de não poder dormir desde domingo. Pediram minha identidade e eu me neguei a falar. Afir-

maram-me que se eu negasse corria o risco de ficar preso, já que segundo a lei, os estrangeiros eram obrigados a isto. Começou então um longo interrogatório. Dei todos os detalhes das declarações que fizera no outro caso, em relação à minhas atividades, e rechacei toda resposta de ordem político-militante, do mesmo modo que nomes e identidades de outros compatriotas e amigos franceses. "Com isto você poderá passar a ser suspeito", disse-me o interrogador, ao qual afirmei que responderia quando assistido por um advogado. Disse que não me lembrava do que fizera dia 11 de maio (dia da morte de Centeno), que ficara sabendo da morte pelos jornais e que, como segundo estes, tratara-se de um crime político, eu preferia não falar, além do que, este crime não me concernia.

**"UMA BRIGA
ENTRE
PORTUGUESES"**

Durante o interrogatório, os policiais que se ocupavam do caso do Zacarias, me acarearam ainda à outra mulher árabe, que trabalhava em um Café. Pelas 16:00 horas do dia 3, sexta-feira, encontrei casualmente na rua Malasis, dois policiais que faziam investigações. Informaram-me que um dos testemunhas falara com os assassinos, que lhe haviam dito que um homem estava doente (se tratava de Zacarias) e que o estavam levando para o hospital.

Dia 7, terça-feira, às 9:30 horas, fui convocado novamente; durante 3 horas ratifiquei minhas afirmações anteriores. Tais esclarecimentos se deram ao depoimento de um velho (que parece ser um conhecido inventor de histórias), que afirmara que se tratava (o caso da morte de Zacarias) "de uma briga entre portugueses, os mesmos que tiraram os casacos para brigar".



PROGRAMA DE ESTUDO

OS PARTIDOS COMUNISTAS NA AMERICA LATINA ANTES DA REVOLUÇÃO CUBANA



M. Garcia

A história do movimento operário latinoamericano, assim como a de seus Partidos Comunistas e movimentos revolucionários ainda está por ser escrita, apesar da quantidade relativamente grande de obras dedicadas a analisar a globalidade ou parte do tema.

Que a maioria dos que se preocupam com o problema: Alexander, Goldemberg, Halperin, Chilcote, Dulles para citar alguns casos não sejam latinoamericanos (Victor Alba, em certa medida uma das únicas exceções, não recomenda muito) não deixa de ser sintomático.

Da mesma forma não deixa de ser sugestivo a linha analítica seguida pela quase totalidade destes autores, linha que oscila entre uma historiografia tradicional (mas correta do ponto de vista da informação, ainda que ascética politicamente) e o mais deslavado anti-comunismo, no bom estilo dos anos da guerra fria.

A interessante análise do Partido Comunista cubano feita por Savério Tuitino, que comporta igualmente algumas notas sobre a história do movimento comunista latinoamericano, demonstram, no entanto, que existem outras vias a serem exploradas no conhecimento deste aspecto fundamental da história política de nosso continente e de nossos países.

Mas não deixemos esta História somente e/ou principalmente aos historiadores. O conhecimento e a análise da história do movimento operário e dos Partidos Comunistas latinoamericanos deve ser uma peça importante no ajuste de contas que os revolucionários devem fazer com o seu passado.

Em 1959, a vitória da revolução cubana criava as premissas políticas para este ajuste de contas, submetendo à crítica das armas quase 40 anos de teorias sobre a realidade latinoamericana e sobre o carácter de sua revolução. Não é assim por pura coinci-

dência que toda uma revisão que se operou no plano da economia e da sociologia latinoamericana, se fez diretamente sob o impacto da vitória revolucionária em Cuba e de seus prolongamentos, naquele momento incertos, ainda no resto do continente.

Mas tudo se passou como se houvesse uma implícita divisão de trabalho na qual a arma da crítica seria exercida por uma intelectualidade recém engajada, enquanto a crítica das armas feita a partir de uma ruptura fundamentalmente empírica, seria a tarefa exclusiva dos revolucionários. Com isto como que se sacramentou a separação que em muitos casos tomou o carácter de antagonismo.

São conhecidas as armadilhas que a história prepara para os que teimam em desconhecer-la. Recusando apropriar-se de seu passado e ajustar contas com ele, o jovem movimento revolucionário dos anos 60, fechou os olhos para quatro décadas de experiências cujo conhecimento seria fundamental para sua ação presente e futura. Não é surpreendente, assim, que esta crítica, pela metade, da perspectiva reformista que dominou quase que sem trates a história do movimento operário latinoamericano até a década dos 60, pavimentasse o caminho de um retorno acrítico a este mesmo reformismo, a partir do momento em que os des caminhos do militarismo levou a maioria das experiências de luta armada ao fracasso na América Latina.

Na série de Notas que publicaremos a partir do próximo número, sobre a história do movimento operário e dos partidos comunistas latinoamericanos trataremos de retrazar os aspectos principais desta dimensão da luta de classes em nosso continente. Esperamos assim estar contribuindo para este balanço fundamental em um momento em que a esquerda revolucionária brasileira e latinoamericana enfrenta as duras condições da contra-revolução burguesa, mas revela uma inequívoca disposição de construir-se e/ou desenvolver-se em bases absolutamente novas e, de conhecendo seu passado, libertar-se definitivamente de seus fantasmas.

PLANO DE ARTIGOS

1. Condições de emergência do movimento operário latinoamericano: problemas históricos e metodológicos;
2. A formação dos Partidos Comunistas Latinoamericanos;
3. A Internacional Comunista e a "bolchevização" dos PCs latinoamericanos;
4. Os PCs latinoamericanos e a perspectiva do poder: entre insurreições e as Frentes Populares;
5. O ultra-democratismo "browderista";
6. A guerra fria e os novos problemas tático-estratégicos.

CARTAS



AOS CAMARADAS DO G. CAMPANHA (PARA COMBATER VISÕES SIMPLIFICADORAS)

Queridos camaradas:

Acompanho com vivo interesse o periódico que vocês publicam visto, não só o interesse que deposito nas questões relativas à Revolução brasileira e mundial, como também o bom nível e a atualidade dos Cadernos de Campanha. Além do mais pertencemos (nós e vocês) à mesma corrente da Esquerda revolucionária, a Tendência proletária, apesar das sérias divergências existentes não só no que tange à apreciação da conjuntura, às definições táticas como também à respeito da construção partidária, motivo desta carta.

No último número de Campanha (nº 3, sem data), "um militante do Campanha" saúda o artigo do camarada Fábio de Almeida "No rumo da construção partidária, desenvolver a Tendência proletária da esquerda", publicado no Brasil Socialista nº 6 de abril de 1976. Depois de comentar alguns avanços em relação ao posicionamento do BS o camarada identifica uma "determinada visão de construção partidária, que vê o partido surgindo de um processo linear de soma de organizações revolucionárias entre si, e a catalização dos grupos operários".

Tendo algumas divergências com o excelente artigo do camarada Fábio, não concordo porém com a crítica do militante do Campanha. E não concordo porque o BS não tem a visão de construção partidária que o companheiro lhe atribui. O BS vê o partido revolucionário do proletariado através da intimidade que ele mantém com a superação da crise de direção do movimento revolucionário das massas. Assim sendo, a construção do partido acompanha de perto o processo de constituição da força social revolucionária centrada no proletariado. O desenvolvimento político da Classe operária, o aumento do seu grau de consciência e organização, está intimamente ligado à formação e amadurecimento do partido. Neste processo devemos conside-

rar dois aspectos, a saber: a formação da vanguarda e o trabalho de massa; é justamente este último e a condução política das lutas que vai caracterizar esta vanguarda.

A construção do partido atravessa, além disto, três instâncias específicas de trabalho dos comunistas, que devem ser desenvolvidas simultaneamente: "a) a gestação de um programa e de uma linha estratégica da revolução brasileira, que, superando os erros e indefinições revelados pela experiência da luta de classes, convertam-se em guias fundamentais para toda nossa atividade; b) a construção de bases partidárias no seio da classe operária e do povo, formadas no marxismo-leninismo e na perspectiva da Revolução Socialista e fogueadas na direção das lutas vivas das massas; c) a unificação dos verdadeiros comunistas, rompendo com a dispersão existente, derrotando o espírito de seita atualmente tão arraigado e superando os instrumentos orgânicos que prevalecem hoje em dia" (BS nº 3, julho de 1975. Grifos no original).

Aí está, camaradas, em linhas gerais, os elementos que constituem até a hora nossa visão de construção partidária. Não estando esgotado o assunto e sendo matéria motivo de constantes discussões dentro e fora da Organização, esperamos avançar o mais rápido possível nas definições a respeito.

Meu objetivo aqui foi o de reafirmar, o mais breve possível, o conjunto de nossas formulações, para combater visões simplificadoras que resgatam somente aspectos dela. Consideramos importante a aproximação dos comunistas e das organizações comunistas. A afirmação porém, de que a construção partidária para nós é o resultado de "um processo linear de soma de organizações", mostra que o único critério tomado em consideração para analisar as nossas posições é o orgânico; nesta análise, o conceito de partido estaria reduzido ao de um conjunto de militantes.

Saudações revolucionárias

Paris, 21 de setembro de 1976

M. Souza

Militante do MR-8

RESPOSTA AO CAMARADA M.SOUZA

Ao camarada M. Souza e demais camaradas do MR-8 e B.S.

Com alegria é que recebi, através da redação de Cadernos de Campanha, a

63

carta do camarada M. Souza, militante do MR-8. Com alegria, devido a que ela demonstra a disposição e decisão dos camaradas de desenvolver o debate e a luta ideológica em um nível elevado, no sentido do aperfeiçoamento de nossa prática política e da construção do partido da revolução.

Algumas questões porém caberia esclarecer.

Creio ter compreendido as posições de B.S., desenvolvidas no decorrer de seus números, desde seu surgimento. Isto tanto é verdade quanto procurei na minha carta remarcar a existência de uma evolução, no caso do artigo do camarada Fábio de Almeida em relação aos posicionamentos anteriores de B.S. Não era outra a razão pela qual eu inclusive solicitava um esclarecimento perguntando se o artigo era indossado por B.S. - o que a carta do companheiro não responde senão indiretamente e insuficientemente.

Dito o anterior considero que a simples reafirmação dos pontos, feitos na carta do camarada M. Souza, não respondem a minha crítica, na medida em que somente repetem que: a) existe uma íntima relação entre a construção do Partido e a linha de massas b) devem ser desenvolvidas simultaneamente as tarefas de elaboração teórica; a construção de bases partidárias e a unificação dos "verdadeiros comunistas".

Quando digo que esta visão é linear, e portanto não dialética, procuro afirmar que o que falta no posicionamento dos camaradas é uma compreensão sobre: a) qual é a relação e articulação entre a construção do Partido e a linha de massas; b) qual é a relação e articulação entre as tarefas colocadas no ponto b acima.

Não considero que a afirmação de que existe uma "intimidade" entre a construção do Partido e a luta de massas, assim como a palavra "simultânea", na segunda parte responde ao problema que aponto. Poderia mesmo afirmar que as afirmações do camarada (como a de B.S. até o momento) não passam de formulações gerais e de princípio que cabem para qualquer (ou quase todas) as sociedades capitalistas e não respondendo, portanto, às necessidades específicas da construção do Partido do proletariado no Brasil. É neste sentido que considero que a carta de M. Souza não responde e elimina a minha afirmação feita anteriormente.

Ficam aqui estas rápidas ressalvas às ressalvas. Considero no entanto que a polémica começa a ficar suficientemente importante para que se desloquem da seção de cartas para as páginas da revista. Para tal a redação de "Cadernos de Campanha" se dispôs a implementar a discussão sob a forma de um artigo mais elaborado em um próximo número, e de abrir suas páginas para E.S. posteriormente.

Paris, 27 de setembro de 1976
Mario Ribeiro
O mesmo militante de Campanha

REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO E A CIÊNCIA

AO "CADERNOS DE CAMPANHA" E A QUEM INTERESSAR POSSA

No mês de junho realizou-se mais uma reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso e a Ciência aonde várias teses e intervenções foram apresentadas para um auditório que surpreendeu pela quantidade de pessoas e pelo interesse demonstrado pelas discussões desenvolvidas.

As reuniões do SBPC, vêm de longa data, mas a reunião deste ano assumiu um papel especial devido a que ela se transformou em parte de um movimento mais geral, de características sociais.

Por um lado ela se insere no movimento de oposição à Ditadura ao se manifestar como uma tentativa de organização e de resistência. O ambiente formado na reunião foi nitidamente marcado pela crítica e pela denúncia da situação política que vive a sociedade brasileira, culminando pela apresentação de proposições gerais aonde podemos encontrar a revogação do decreto-lei 477, a reintegração dos professores atingidos pela repressão política, entre outras reivindicações democráticas. Neste sentido é que ela se transformou em uma manifestação da "oposição democrática" com todos os seus aspectos positivos e suas limitações.

Mas por outro lado ela faz parte de um movimento cultural que se evidencia e toma forma. De um movimento que procura ocupar o vácuo intelectual criado pelo período de 68/73.

A Ditadura Militar ao consolidar-se neste período no campo econômico, político e militar, teve como consequência tornar caducas todas as concepções ideológicas populistas (o que não quer dizer que elas não se manifestem sobre novas formas em novas ocasiões). Mas ao mesmo tempo ela não conseguiu reeompor uma visão de mundo adaptada às transformações econômicas ocorridas e às novas formas de dominação. Ela contentou-se neste período a apoiar-se na força e substituir a necessidade de uma concepção de desenvolvimento e compreensão de mundo que assegurasse sua hegemonia pela fórmula "tecnocracia e segurança".

No mesmo momento que se chega ao fim do monopolismo do sistema de dominação e que a crise de dominação abre brechas dentro do bloco no poder, começam a se manifestar em projetos políticos alternativos.

Assim, a reunião do SBPC contrasta

com os negros últimos anos onde a discussão, a troca de informações e o pensamento crítico foram substituídos ou pelo puro vazio intelectual ou pela penetração maciça da linguagem tecnocrática nos meios universitários, ao mesmo tempo que se dava uma identificação de problemas nacionais com as alternativas oficiais.

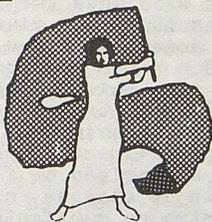
A reunião da SBPC reflete em certo sentido a re-politização do ambiente universitário e acadêmico, aonde a crítica, a discussão política e a reflexão teórica reaparece. Ela se soma a uma série de manifestações correlatas tais como reuniões e seminários, como os diversos institutos de pesquisa (CEBRAP, IEPES, etc), como a proliferação da "imprensa nanica" (Opinião, Movimento, outros semanários, jornais estudantis, revistas culturais, etc), que já se conformam em movimento cultural de características sociais seja pelos seus agentes como pelo campo de sua difusão.

Todos aqueles setores da esquerda que se preocupam em formular e criar uma alternativa a oposição burguesa e pequeno-burguesa de resistência à Ditadura, capaz de superar as conciliações e os limites inerentes a estes setores, não podem deixar de acompanhar este movimento. Jamais poderão disputar a hegemonia da resistência a Ditadura (e por consequência opor a sua solução a atual situação política e econômica) se não intervir neste movimento impedindo que novas correntes ideológicas e concepções de mundo burguesa e pequeno-burguesas ocupem o vácuo criado pela incapacidade e difiduldades das classes dominantes de reorganizar o seu sistema de dominação.

Daniel Leon

PUBLICAÇÕES

NÓS MULHERES



Era preciso um espaço bem grande! no Caderno de Campanha prá gente botar dentro a nossa alegria ao ler o jornal Nós, Mulheres saído no Brasil em junho deste ano.

Se o apito da fábrica de tecido toca e ainda por cima a gente leva pancada; se a gente faz bico e ganha um dinheirinho pingado; se a gente desde menina aprende a ser mãe e esposa e depois vira psicótica-maniaco-depressiva, tudo isso acontece porque:

"Desde que nascemos, NÓS MULHERES, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que nós mulheres não precisamos

estudar nem trabalhar, pois isto é coisa prá homem. Aprendemos que o sexo é um pecado para NÓS MULHERES, que devemos ser virgens até o casamento, e que as relações sexuais entre marido e mulher devem ser realizadas tendo como objetivo principal a procriação." (editorial)

Mas Nós, Mulheres,

"Queremos mudar esta situação. Queremos boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares para que junto aos homens possamos assumir as responsabilidades da sociedade". (editorial)

"Mas não é só. NÓS MULHERES queremos junto com os homens lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E por isso não separamos a luta da mulher de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação". (editorial)

E essa luta hoje, no Brasil, desponta pouco a pouco furando a mordida desses 12 anos de Ditadura. São os estudantes, são os operários, somos NÓS MULHERES!

E este movimento que cresce hoje, que se reflete nos vários pequenos jornais de mulheres, na assembléia da região do ABC em que éramos 4.000 a discutir o custo de vida.

E, de todas as iniciativas surgidas no país, para nós, a mais séria, a mais consequente foi esta das companheiras de NÓS MULHERES.

Os votos de Nós Mulheres brasileiras no exterior é de que esse trabalho se consolide e sobretudo dentro da linha de seu 1º número, que para se afirme como um órgão de expressão das mulheres brasileiras e de sua luta.

E para nós, aqui fica a tarefa de divulgar este trabalho, apoiá-lo. As companheiras de NÓS MULHERES fica a tarefa de refletir a luta e a resistência dentro do país e nos fazer conhecer o que é a mulher brasileira, nos ensinar sobre nossas semelhanças e diferenças". Trabalho sério que já se iniciou, no 1º número, mostrando a vida da operária, da empregada doméstica, das lixeiras e da mulher negra.

GRUPO BRASILEIRO DE MULHERES REVOLUCIONÁRIAS

Ficha do jornal

Nº 1 - junho 76

artigos: Editorial, Senhor prefeito, senhores vereadores, Quando o apito da fábrica de tecido, Trabalho na casa dos outros, Procura-se uma esposa, Direitos da Mulher, Um dinheirinho pingado, Lugar de fogão não é só na cozinha, Lindonéia ou o peso da vida, Margaridas no asfalto, Controle da Natalidade: ser ou não ser mãe, Essa negra falou.



Chinois, si vous saviez...

Li Yizhe à propos de la démocratie et de la légalité sous le socialisme



- "-Por que é que tu estás na prisão?
-Eu, diz o primeiro, porque era contra Teng Hsiao Ping.
-Eu, diz o segundo, porque era a favor de Teng Hsiao Ping.
-E você, então? Dizem os dois ao terceiro que tinha se calado.
-Oh! comigo é muito diferente... Eu sou o próprio Teng Hsiao Ping." (1)

O centro da discussão apresentado pelo último livro de Christian Bourgois Editeur é muito mais do que o problema da legalidade sob o socialismo, a questão do conceito de democracia na China. Debatendo de maneira mordaz, as posições dos diversos setores burocráticos, o autor denuncia o conceito de democracia utilizado pelos burocratas.

Quando em agosto de 1973, Chou-En Lai anunciava a realização iminente da IV Assembléia Nacional Popular (ANP) - que trataria de normalizar a partir de uma nova constituição, a vida social na China, o jovem cantonês Li Cheng-Tien, de pseudônimo Li Yizhe (2) aproveitava esta ocasião para redigir com outros dois camaradas o "dazibão" (3) "A propósito da democracia e da legalidade sob o socialismo" que "é oferecido ao presidente Mao e à IV Assembléia Nacional Popular". Uma segunda versão - revista e corrigida seria difundida em dezembro de 1973. Somente quando a campanha contra Lin Piao e contra Confucius, lançada pelo próprio Mao-Tsé-Tung, atinge seu auge, é que os três amigos começam a discutir a redação final do dazibão. Em setembro de 74 ele é terminado e divulgado nos muros de Cantão e Pequim (4). Esse texto final teve a sua última parte revista e corrigida ("nossas esperanças na IV Assembléia Nacional Popular") e foi introduzido um longo prefácio que tornou-se

necessário em função dos acontecimentos políticos que a China conheceu entre setembro de 1973 e setembro de 74.

"A propósito da democracia e da legalidade sob o socialismo" apresenta os textos traduzidos do chinês do prefácio da última parte revista e corrigida, e a resposta de Xuau Ji-Wen (5), ao dazibão de Li Yizhe.

Em seu dazibão, Li Yizhe tenta formular uma crítica marxista às origens da burocracia na China, às novas formas que assume a sua base de desenvolvimento material e à luta contra ela. Procurando entender o significado das lutas políticas entre os setores burocráticos para assumir o controle do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, do Exército, do Estado e de todas as instituições sociais, ele demonstra os limites das manobras burocráticas para adormecer as massas e a dinâmica dessas massas em sua luta pela democracia socialista.

Se os propósitos do texto de Li Yizhe obtiveram uma importante repercussão a ponto de exigir uma resposta oficial do PCC, isto deve-se, não tanto pelo excelente estilo de análise ou pela riqueza de seus propósitos, mas sim pela dimensão política dos assuntos abordados evidenciando desta forma que, após 27 anos de "ditadura do proletariado", o conceito de democracia na China continua sendo um elemento explosivo.

Apoiando-se nas proposições manifestadas em vários discursos proferidos pelo próprio Mao Tsé-Tung: "A etapa da sociedade socialista é um período histórico relativamente longo que não conhece o desaparecimento das classes, das lutas de classe e das contradições de classe" (Intervenção à Conferência do Trabalho do CC do PCC de 9/8/62 à Beidaihe), Li Yizhe reivindica o prosseguimento da luta de classes e que este deve ter como referencial a consciência da classe operária, afim de desenvolver seu movimento dialético até o ponto onde começa a consolidação de suas reivindicações e cuja necessidade encontra-se demonstrada por este próprio movimento. Isto significa que este movimento pressupõe como resultado a aparição de formas concretas da luta de classes, a luta por exemplo, contra as manifestações da burocracia, contra o culto da personalidade ou contra a arte pequeno-burguesa nacional, e portanto, falsamente proletária e a não utilização das mobilizações das massas para fazer valer as reivindicações de um outro setor da burocracia.

Se hoje estamos sem notícias de Li Yizhe é porque entre outras coisas, ele denuncia a existência de um setor privilegiado que se transformou de "servidores do povo em senhores do povo". Porque ele denuncia as novas bases de desenvolvimento material desse setor que consiste na transformação dos bens públicos em bens privados, segundo critérios de redistribuição burgueses. Essa redistribuição dos bens e poderes do proletariado é realizada

a partir das posições políticas cedi-
das por necessidade, pelo proletariado
a certos quadros do Partido, e que pas-
sam a ser transformados por estes, em
privilégios econômicos estendendo-os à
família e amigos, desenvolvendo assim
uma clique oligárquica que vive do po-
vo, mas oposta a seus interesses. A di-
nâmica de preservação e desenvolvimen-
to desses privilégios faz com que este
setor burocrático pratique uma linha -
organizacional sectária, reprimindo as
iniciativas das massas sempre que se -
trate de questionar estes privilégios,
e pior ainda, atentando contra os seus
interesses econômicos.

Aproveitando e alinhando-se à cam-
panha contra Lin Piao e contra Confu-
cius, que foi aberta pelos setores bu-
rocráticos de "esquerda", aglutinados
em torno à Mao Tsé-Tung para avançarem
suas próprias reivindicações e reassu-
mirem o controle do Comitê Central, do
Partido e das outras instâncias da so-
ciedade chinesa que, neste momento, esta-
vam nas mãos da clique de Lin Piao, o
ex-guarda vermelho denuncia os limites
da luta empreendida por este setor con-
tra o sistema Lin-Piaquista: crítica à
teoria, ao programa, à linha, às orien-
tações, à política, aos métodos, ao es-
tilo do partido, ao estilo de estudo,
etc.

Abrindo um processo de crítica ao
sistema Lin Piao, este setor começou a
apoiar-se na verdadeira democracia das
massas revolucionárias (concessão fei-
ta pela dimensão que a luta exigiria -
para eliminar Lin Piao), mas vê-se de-
pois obrigado a decretar o fim da Revo-
lução Cultural, começando pela repres-
são aos elementos mais radicais, aos -
Guardas Vermelhos (chamados de "esquer-
distas") para impedir a consolidação -
desse processo: o questionamento de su-
as próprias bases de existência.

Li Yizhe, aceitando ainda o cami-
nho proposto pela fração maoísta, tenta
aprofundar uma crítica ao sistema Lin
Piao. Não a crítica esperada pela es-
querda da burocracia. Como criticar o
sistema Lin Piao em toda sua complexi-
dade, sem criticar aqueles em quem en-
contra-se elementos políticos importan-
tes de continuidade do sistema Lin
Piao (contradição da burocracia: conso-
lidação dos privilégios de um pequeno
setor, repressão às conquistas políti-
cas e econômicas das massas)?

Aponta que as diferentes alas da
burocracia, fazendo passar sua crítica
pela discussão de duas entre as cente-
nas de correntes políticas que a China
conheceu em sua história (confucionis-
tas e legistas - um dos elementos de
conflito ideológico entre os setores
de Mao e Lin-Piao), demonstram que tan-
to uma como a outra, tinham como objeti-
vo "a defesa do despotismo feudal". Fa-
zendo assim clara alusão ao significa-
do da luta política que os setores
"portadores da via socialista" desenvol-
vem contra os setores "portadores da
via capitalista", apontando que não fun-
do, ambas têm como objetivo a preserva-
ção e a realização das reivindicações

de setores da burocracia.

Considerando o socialismo chi-
nês como o filho prematuro de uma so-
ciedade semi-feudal e semi-colonial e
que deu origem à formação de um setor
privilegiado que vive acima das massas
e nas costas dela, ele previne sobre o
perigo da instauração de uma nova or-
dem social, exigindo da IV Assembleia
Nacional Popular um pronunciamento a
respeito das seguintes questões:

- Garantia dos direitos democráticos
das massas populares;
- Limitação dos privilégios dos mem-
bros do partido;
- O direito do povo a "revogar e tro-
car a qualquer momento" os quadros,
sobretudo os quadros superiores dos
organismos centrais, que perderam a
confiança das massas;
- Reforçar a ditadura do proletariado
e colocar em defensiva os reacioná-
rios: castigar os elementos que igno-
raram ou abusaram das leis em detri-
mento das massas, que fabricaram fal-
sos processos judiciais. Em suma, to-
dos aqueles que aproveitaram-se das
posições outorgadas pelo povo para
enganá-lo e reprimi-lo;
- Afirmar a linha política e estratégi-
ca do PCC e tratar com severidade
aqueles que sabotem a política do
Partido;
- Pronunciar-se sobre o princípio "De
cada um segundo suas capacidades", "à
cada um segundo seu trabalho".

Ao ser um depoimento de dentro da
própria sociedade chinesa, este livro
é uma enorme contribuição para a discu-
ssão do desenvolvimento do socialismo
na China e da natureza do PC Chinês.

Em função do acirramento das lu-
tas entre proletários e burgueses, a -
nível internacional, a maior parte dos
Partidos Comunistas de massa vieram se
adaptando desde há algum tempo às no-
vas condições de luta, significando,
concretamente, um abandono da ideologi-
a do proletariado, do marxismo-lenini-
smo. O Partido Comunista Chinês, por
sua crítica à política seguida pela
URSS e pela Revolução Cultural, empre-
endida por um momento, chegou a atrair
a simpatia dos povos do Terceiro Mundo
e oferecendo-se de alguma maneira como
alternativa político-ideológica às mas-
sas revolucionárias em sua luta.

Mas a inexorável dinâmica da luta
de classes revelou-nos os limites da
consolidação do socialismo nascido num
país em que as massas revolucionárias
herdaram do semi-feudalismo e semi-co-
lonialismo. Um forte processo de luta
política abre-se na China, pelo contro-
le do aparelho de Estado. A Revolução
Cultural é um elemento importante des-
se processo. A política exterior da
China é ainda uma peça desse processo.
A morte recente de Mao Tsé-Tung deve
fatalmente influir nesse processo. A
declaração de Agostinho Netto de que a
China é um aliado objetivo do imperia-
lismo americano é tão somente uma crí-
tica, o reflexo exterior, mas não dei-
xa por isso de ser extremamente impor-
tante: o problema da política exterior.

Mas, qual é a relação entre essa política exterior com a luta política e as linhas em choque no próprio interior - da China?

Este livro é mais um elemento importante na contribuição à discussão sobre os problemas da democracia proletária sob o socialismo (apesar de não concordar com algumas informações do autor, como por exemplo sobre a caracterização social dos regimes soviético e dos países do leste europeu, que ele define como capitalistas).

Abrir um debate dentro da esquerda brasileira sobre o significado da luta política que vive a China, com seus reflexos interiores e exteriores, sobre o significado político da Revolução Cultural, sobre as atuais perspectivas que se esboçam na sociedade chinesa, são algumas das tarefas importantes que devem ser enfrentadas pelos revolucionários brasileiros.

Hugo Ribeiro

militante do CAMPANHA.

Notas:

- (1) de uma peça teatral levada à China por estudantes poloneses, que a cada apresentação mudam o nome da terceira pessoa.
- (2) Em 1966 quando a revolução cultural é decretada, Li Yizhe é estudante da seção de pintura do Instituto de Belas Artes de Cantão. Ele lança-se na luta política e chega a representar uma importante organização de guardas vermelhos, o Quartel General dos Rebeldes Vermelhos de Cantão. Em 1968 ele e seus dois camaradas são convocados pelos serviços de segurança militar de Cantão. Seus dois amigos prosseguirão em "convalescença ideológica" no campo, e ele ficará preso durante anos.
- (3) jornais murais utilizados pelas massas revolucionárias chinesas.
- (4) Os 77 afiches colados um ao lado do outro na Avenida de Pequim, chamaram a atenção de uma massa de leitores tão grande, que foi necessário desviar o trânsito para evitar congestionamento. As margens brancas dos afiches são escritas pelos leitores: "bravo", "esse cara é legal", "Quantas verdades!", "te saudamos", etc.
- (5) Xuau: primeiro caractere de Xuanchuan-propaganda
Ji: coletivo
Wen: artigo.



Autor: Ernest Mandel

Editora: Editions Galilée (França)

Idioma: Francês

Preço: 44 francos (35,50 francos na Livraria "Rouge" - Impasse Guéméné n° 10, Metro Bastille)

Reagrupando textos escritos por Mandel no período de 1946 à 1967, cujas edições foram esgotadas, este livro constitui, segundo seus editores "um verdadeiro balanço dos trinta últimos anos - de dificuldades, mas também de lutas pelo socialismo".

O conjunto de textos selecionados, procura esclarecer o significado do desencadeamento dos avanços revolucionários, das reações da contra-revolução nos últimos trinta anos. Da vaga revolucionária de 1944-45 na Europa à Revolução Chinesa, o seu objetivo é o mesmo: o reconhecimento do marxismo e da atividade revolucionária "adormecida" pelos crimes do stalinismo e "adiadas" por décadas de prosperidade capitalista.

Entre os textos contidos no livro, podemos destacar:

- Problemas da revolução europeia (escrito em maio de 1946)
- A terceira revolução chinesa (dezembro de 1950)
- O projeto de programa do PCURSS (setembro de 1961)
- Ensaio de interpretação da "revolução cultural" (maio de 1967).

Endereço para correspondência:
CAMPANHA C/O Mouvement pour le Desarmement
la Paix et la Liberté (MDPL). BP 126-10 -Paris
Doações e pagamentos de assinaturas:
CCP 2272-22 com CLAUDE BOURDET (Paris).
Supplement a l'ALERTE - comition paritaire n°

MIR

dois anos en la lucha
de la resistencia popular
del pueblo chileno

1973-1975

SELECCION DE DOCUMENTOS, DECLARACIONES
PUBLICAS Y DISCURSOS EMITIDOS DURANTE
LOS DOS AÑOS POSTERIORES AL GOLPE MILITAR

Pablo Gomez

Através de 456 páginas de texto, os leitores de língua espanhola têm agora a possibilidade de conhecer a mais completa antologia sobre as posições do Movimento de Izquierda Revolucionaria (o MIR chileno) adotadas após a derrocada do presidente Salvador Allende, em setembro de 1973

Esta edição completa e prolonga ou tras iniciativas editoriais, centradas no entanto, no período do governo da Unidade Popular, isto é, entre 1970-1973 (1), e permite aos militantes de todo o mundo acompanhar a evolução de uma das organizações revolucionárias que, por suas posições e por sua prática, tem se constituído em uma referência indispensável para todos os que estão preocupados com os problemas da estratégia e da tática revolucionárias.

Antes do golpe militar de 73, o MIR já havia desenvolvido, especialmente no domínio das posições táticas, um conjunto de formulações fundamentais para a compreensão do período pré-revolucionário que atravessou o Chile da Unidade Popular.

Depois do "pronunciamento", mais precisamente em dezembro de 1973, a Comissão Política do MIR dava a conhecer "A ditadura gorila e a tática dos revolucionários" (2), documento elaborado na clandestinidade, no qual, conjuntamente com um balanço crítico e auto-crítico do período anterior, o MIR oferecia sua análise sobre a significação das profundas mudanças que se haviam produzido no país, refutando a caracterização do regime atual como "fascista" e apontando para o equívoco teórico e graves implicações políticas de uma tal posição.

O "documento sobre a tática", como é conhecido este texto de 73 pelos militantes do MIR, associava uma brilhante análise do período contra-revolucionário aberto em setembro de 73 com o golpe de estado, com uma clara e militante definição de tarefas, definição tão mais importante se se leva em conta o fato de que o MIR chileno, contrariamente à imensa maioria das organizações de es-

querda, havia decidido ficar no país, - enfrentando as duras condições de repressão para levar adiante a reorganização de um movimento de massas duramente golpeado.

A presente Antologia complementa e atualiza as primeiras posições do MIR depois do golpe; revelando somente agora alguns documentos de circulação restrita a seus militantes e que permitem melhor acompanhar a evolução desta organização em meio a condições repressivas extremamente duras, responsáveis pela perda de centenas de seus militantes e dirigentes, como Miguel Enriquez, seu secretário-geral e fundador, morto em combate em outubro de 1974.

O leitor encontrará igualmente, um primeiro esboço de definição internacional (capítulo II) que busca preencher uma lacuna até então existente nas posições do MIR chileno, definição que será a mais tarde aprofundada (3) constituindo-se hoje em uma de suas preocupações fundamentais.

Mas os textos que têm maior interesse são seguramente os reunidos nos capítulos III, IV e V, nos quais se analisa a situação nacional, se estabelece as definições básicas sobre a estratégia e a tática do MIR e se particulariza este último problema estudando a complexa questão das alianças e da unidade da esquerda.

O livro, ao reunir textos que, em sua maioria foram escritos no interior, salvo alguns poucos de responsabilidade do Comitê Exterior, dá uma demonstração da grande vitalidade política do MIR, apesar das duras condições vigentes na mais repressiva das ditaduras latinoamericanas de todos os tempos.

Preparada para os militantes espanhóis, que vivem dias decisivos para o futuro de seu país, a antologia tem um interesse fundamental igualmente para os revolucionários brasileiros que, por muitos anos fecharam os olhos para os processos políticos que se desenvolviam na América Latina, cortando-se assim do conhecimento de experiências fundamentais para a elaboração de um pensamento revolucionário no Brasil.

Sem oferecer receitas para a luta de classes no Brasil, distinta em muitos aspectos daquela do Chile, as posições do Movimento de Izquierda Revolucionária, amadurecidas em 11 anos de atividade continuada, são um marco de reflexão indispensável para todos os que estão empenhados em construir o partido que dirigirá a revolução proletária no Brasil.

(1) Por exemplo Mouvement de la Gauche Revolutionnaire (1970-1973) recueil de textes, Politique Hebdo, Paris, 1974.

(2) Ver nº especial do Correo de la Resistencia, Paris-México, 1974.

(3) Ver o discurso de Nelson Gutierrez membro do CP do MIR em Estocolmo (11/3/76), publicado no nº11 do Correo de la Resistencia e outro discurso publicado no nº12 da mesma revista.

OPM ACONHA EM NOVO FORMATO

Campanha em novo formato.

Desde que começou a ser publicado na França, inicialmente como jornal, agora como "Cadernos", Campanha veio a público em diversos formatos.

As dificuldades de infra-estrutura e finanças, os preços das gráficas, nos obrigavam - contra a nossa vontade - a mudar a forma para tentar baixar os custos e para superar problemas que implicariam em maiores atrasos.

Agora mais uma vez mudando a forma, esperamos, desta vez (pelo menos por um bom tempo), chegar a um formato permanente.

Algumas coisas nos permitem esta afirmação: Primeiro o fato da consolidação política de Cadernos de Campanha, e conseqüentemente de uma rede de colaboradores, o que nos permite preparar com bastante antecedência o grosso das matérias, deixando para último momento so-

mente os materiais mais conjunturais. Assim, poderemos assegurar a periodicidade de dois meses e ao mesmo tempo evitar a pressa na fase de impressão.

Em segundo lugar, assegurado um preço de custo de produção mais baixo por um bom período, podemos, não só evitar atrasos por razões financeiras, como ampliar o corpo de matérias (antigamente tínhamos somente 48 páginas).

Em terceiro lugar, asseguramos um mínimo de rede de distribuição e de colaborações financeiras, que garantem a cobertura dos pagamentos de impressão (com o mesmo nível de qualidade de impressão atual).

Assim, o leitor de Cadernos de Campanha pode ir se acostumando com a nova forma. Algumas modificações ainda poderão ser feitas no número de páginas, na capa, na possibilidade de sair encadernado e não mais grampeado, na diagramação e qualidade de impressão, e, principalmente na qualidade do tipo (se pudermos comprar uma máquina de escrever elétrica).

Mas estamos mais perto do que nunca da consolidação de um padrão ao nível da forma e qualidades gráficas e de garantir que, no futuro, as mudanças sejam não o fruto de pressões de infraestrutura, mas fruto de necessidades originadas em opções políticas das pelo avanço do processo de luta e de nosso amadurecimento político neste sentido.

Este cartaz e uma reprodução do original divulgado no Brasil (65 x 43,5 cm.) em solidariedade a resistência dos trabalhadores chilenos.



As eleições municipais e a resistência
1º Encontro Nacional dos Estudantes
Juscelino, o democrata
Entrevista a Vladimir Palmeira
Brincando com eleições
O Partido Comunista e o Parlamentarismo
Comunicado do G.A. do POC sôbre as eleições
CRUSP. uma luta exemplar
O proletariado consciente e as liberdades
políticas (documento de interior)
Caprichos do destino
Hirochima nossa de cada dia
Uma seção sobre modo de vida
Os pontos de partida de Campanha
Eu, militante ?!?!
O racismo divide, o racismo mata
Testemunho de um assassinato racista
Programa de Estudo
Cartas, livros e publicações

3
7
8
9
14
15
20
24
28
45
47
48
49
57
58
59
62
63